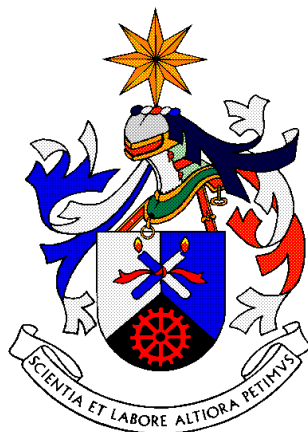


UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



COMUNIDADE E CRIME: O DISCURSO DOS *MEDIA*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM JORNALISMO: IMPRENSA,
RÁDIO E TELEVISÃO

ANA SOFIA SIMÕES FIGUEIREDO

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOÃO CARLOS CORREIA

COVILHÃ 2010

COMUNIDADE E CRIME: O DISCURSO DOS *MEDIA*

ANA SOFIA SIMÕES FIGUEIREDO

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para que esta dissertação se tornasse possível. A todos eles expresso aqui o meu mais profundo agradecimento.

Gostaria antes de mais de agradecer ao Professor Doutor João Carlos Correia, por toda a disponibilidade e orientação prestada, pelo apoio e compreensão que demonstrou da primeira à última fase deste trabalho.

Em segundo lugar, agradeço aos directores e jornalistas dos respectivos jornais, *Notícias da Covilhã*, *Jornal do Fundão* e *O Interior*, por toda a disponibilidade prestada e pelas informações cedidas que em muito contribuíram para o enriquecimento deste estudo.

Gostaria ainda de agradecer aos meus pais, pelo apoio incondicional e por, acima de tudo, nunca duvidarem de que este trabalho se tornaria realidade.

À minha irmã, por me demonstrar todos os dias que o empenho e força de vontade são as principais características de um vencedor.

À minha avó, por ser um exemplo de coragem e determinação que não se deixa esmorecer perante os obstáculos da vida.

Last but not least, ao João, meu amigo e companheiro, pelo carinho, compreensão e motivação com que me acompanhou nestes últimos meses.

Resumo: Esta dissertação tem como tema “Comunidade e Crime: O Discurso nos *Media*” e tem como objectivo principal perceber como a temática do crime é abordada pela imprensa regional e como é que a comunidade envolvida passa a ser representada. A base do nosso estudo centra-se na análise de um caso específico de crime, ocorrido em 2007, numa aldeia da periferia da Covilhã e que por se tratar de um meio pequeno envolveu várias pessoas de uma mesma comunidade. Este caso teve um grande impacto social e, como tal, uma enorme atracção mediática. Estabelecendo uma comparação com a imprensa nacional, tentamos perceber quais as dificuldades dos meios de comunicação regionais em abordar o crime ocorrido na região e de que modo foi feita esta abordagem.

Palavras-chave: Crime, Comunidade, Proximidade, Imprensa Regional

Abstract: This work has the theme "Community and Crime: The Discourse of the Media" and it's intended mainly to see how the issue of crime is addressed by the regional press and how the community involved is represented. The basis of our study focuses on examining a specific case of crime, which occurred in 2007, in a village on the outskirts of Covilhã. Considering that it is a small place the crime involved several people from the same community. This case had a huge social impact and as such a huge media attraction. Comparing to the national press, we try to understand the difficulties of regional media in broach a crime that occurred in the region and how this approach was made.

Keywords: Crime, Community, Proximity, Regional Press

Índice

Introdução.....	7
Capítulo Primeiro.....	11
SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA IMPRENSA ESCRITA.....	11
O Iluminismo e a Esfera Pública.....	11
Espaço Público e Espaço Privado	12
Imprensa de Opinião.....	14
Esfera Pública Política.....	16
Imprensa na Fase Industrial	18
Da Objectividade ao Sensacionalismo	21
Capítulo Segundo.....	25
CARACTERÍSTICAS DA IMPRENSA NO CONTEXTO REGIONAL.....	25
A especificidade da Imprensa Regional	25
Do Local ao Global	34
Comunidade <i>versus</i> Sociedade.....	39
Estigma e Identidade Social.....	45
Relação entre Jornalistas e Fontes.....	48
Audiências da Imprensa Regional.....	56
Capítulo Terceiro	58
A TEMÁTICA DO CRIME E A SUA REPRESENTAÇÃO NOS <i>MEDIA</i>	58
O que é notícia?.....	58
Critérios de Noticiabilidade: os valores-notícia.....	62
Crime como Valor-Notícia	71
O consumo de <i>fait-divers</i>	75
A Representação Social da Criminalidade	77

Crime, tema de discussão pública	82
Capítulo Quarto	86
PESQUISA EMPÍRICA.....	86
Breve descrição dos jornais regionais seleccionados.....	88
Metodologia e <i>corpus</i> de trabalho	90
I. Análise Quantitativa: Análise de Conteúdo	91
II. Análise Qualitativa: Discurso e Enquadramento no “caso da Borracheira”... 101	
1.Estruturas textuais.....	103
2.Vocabulário utilizado e significado	110
Análise Geral.....	123
Conclusão	129
Anexos.....	145

Introdução

Não sendo a representação do crime nos *media* um tema inédito, surge agora o interesse de perceber como é que este se processa num meio regional pequeno. O crime é uma das temáticas recorrentes nos meios de comunicação por conter grande carga simbólica na definição social da norma e do desvio. Tendo em conta o seu potencial dramático e emotivo, esta temática torna-se apelativa no resgate de atenção do público. As histórias de crime ganham visibilidade e consistência através da divulgação dos *media* e ao serem contadas convertem-se em experiência socialmente partilhada. É na troca constante de informações que se formam opiniões e reforçam crenças.

Um dos principais propósitos deste trabalho resulta da curiosidade de tentar perceber como é que fenómenos criminais ocorridos em meios pequenos se reflectem na abordagem dos *media*. Em meios pequenos é comum existir uma forte protecção comunitária no que respeita à divulgação de acontecimentos problemáticos, a que poucos conseguem aceder. Os residentes locais como não querem ser associados a algo negativo afastam a comunicação social da tentativa de exploração de pormenores do foro privado. A proximidade da imprensa regional em relação aos problemas da região, pode assim, traduzir-se num fechamento, ou seja, os *media* locais e regionais tenderem a evitar referências a situações que ponham em causa a região.

Por diversas vezes vemos a imprensa de âmbito nacional, mesmo os jornais de referência que não costumavam dar espaço a este tipo de factos, fazer manchetes e a dar grande destaque a temáticas de crime, tornando-os em casos de grande mediatismo. Mas quando pensamos na imprensa regional dificilmente a associamos a este tipo de matérias, havendo uma aparente recusa ou minimização deste tipo de notícias nas páginas dos jornais. A temática do crime é assim, aparentemente abordada de forma diferente pela imprensa regional relativamente à nacional. Para compreender o porquê desta aparente diferença, se é que existe, importa perceber que valor dão os *media* regionais à violência e ao crime quotidianos e até que ponto a proximidade entre os *media* e a comunidade pode afectar a sua divulgação.

Deste modo, estabelecemos algumas questões que irão servir como linhas de orientação às quais tentaremos responder no decurso deste trabalho: A abordagem mediática de um caso de crime na região é abordado pelos *media* regionais de forma

semelhante ou distinta dos nacionais? Como é que os meios de comunicação regionais estabelecem a relação com as suas fontes? O factor proximidade pode servir, de certa forma, como um constrangimento na abordagem feita pelos órgãos locais? A proximidade entre a imprensa regional e as pessoas da região pode traduzir-se num fechamento? Como é que a comunidade local é vista e retratada pelos próprios meios de comunicação local e regional? Que lugar e destaque é concedido ao crime nas páginas do jornais regionais?

Para responder a estes problemas de análise concentrámo-nos no estudo de um caso específico ocorrido em 2007 numa aldeia da periferia da Covilhã, que teve um grande impacto social e como tal, uma enorme atracção mediática. As opiniões sobre este caso não são unânimes, porque além de se tratar de um crime não intencional, envolve, de certa forma, uma comunidade inteira com familiares, vizinhos e amigos muito próximos dos principais intervenientes.

O caminho que percorremos para descoberta e exploração deste tema é apresentado segundo quatro capítulos distintos. Assim, no Capítulo Primeiro analisamos a partir do Iluminismo as transformações que ocorreram nas relações entre o público e o privado. Estas mudanças impulsionaram a exposição da opinião livre do cidadão que participa livremente, discute, problematiza e contribui para a organização política e social da sociedade. O alargamento da opinião pública leva à reunião de cidadãos em locais próprios de discussão. Damos assim, relevância à esfera pública porque é na sua emergência que o papel da imprensa periódica se reveste de especial importância.

Partindo da imprensa como fórum de promoção do debate e da discussão de questões políticas, acompanhamos a imprensa até à sua fase industrial que surge no século XIX com a chamada *penny-press*. Relembramos como surgiu este tipo de jornalismo, que é o que mais se assemelha ao que conhecemos hoje nas sociedades democráticas, e que começou a dar mais importância aos *fait-divers* e às notícias de rosto humano. Concluimos, por isso, o Capítulo Primeiro com a passagem da objectividade ao sensacionalismo.

No Capítulo Segundo, descrevemos a potencial revitalização do espaço público que vai sendo conseguido na prática de informação regional que potencia a problematização de questões do quotidiano sociopolítico e cultural dessa mesma região.

Analizamos aqui algumas das especificidades da imprensa regional, bem como a importância do local na construção da identidade e o seu lugar no que concerne ao global. Para entender as características da imprensa no contexto regional, abordamos ainda a oposição que se estabelece entre comunidade e sociedade. Afinal, a imprensa regional está delimitada pelo seu território e encontra-se inserida numa comunidade onde as pessoas têm uma interação próxima e onde partilham valores, interesses e língua comuns.

Ao falar de comunidade inserimos também o tema da estigmatização e da identidade social, ou seja, de pessoas que não se inserem em determinada comunidade e são deixadas à margem da vida social quotidiana. Importa aqui também apurar como se estabelece a relação entre jornalistas e fontes, bem como entender quais as principais fontes a que o jornalista costuma recorrer para completar as suas matérias noticiosas. Terminamos este capítulo com uma análise à audiência da imprensa regional no que respeita ao distrito de Castelo Branco.

O Capítulo Terceiro centra-se na definição do que é considerado notícia e dos respectivos critérios de noticiabilidade (valores-notícia). Apresentamos algumas noções e tipologias usadas nos diversos critérios de selecção de notícias. Inserimos aqui a questão do crime, enquanto detentor, por si só, de um elevado grau de noticiabilidade. O crime reúne determinados valores-notícia, como o conflito, a negatividade e o inesperado, que são os que melhor identificam o jornalismo sensacionalista e contribuem para o exacerbado consumo de *fait-divers*.

Neste sentido, concluímos o capítulo com a representação social da criminalidade. O crime começa a fazer parte dos acontecimentos quotidianos e diariamente as pessoas são confrontadas com informações de crimes como homicídios, raptos, roubos e outros delitos menos frequentes mas com grande impacto social devido à violência com que são realizados. Os *media* apresentam-se como instâncias de controlo informal, na medida em que esboçam os limites do normativo, ou seja, do socialmente aceitável e dão visibilidade aos problemas sociais que são inerentes ao crime. As histórias de crime são frequentemente temas de discussão pública, partilhadas por uma comunidade que apelam de certo modo, a uma tomada de posição. Deste modo,

a criminalidade é um tema emergente de discussão pública, uma vez que reflecte a vida em sociedade e os males que a assolam.

Por fim, o quarto e último capítulo desta dissertação é dedicado integralmente à análise de um caso específico de crime. O nosso estudo recai sobre um acontecimento ocorrido na Borrallheira, Covilhã, a 28 de Outubro de 2007. Um residente da aldeia, alvo comum de brincadeiras por alguns habitantes, foi encontrado morto parcialmente preso a uma grade de uma janela de um café, depois de ter estado durante a noite a consumir bebidas alcoólicas com os então alegados responsáveis pela sua morte. Depois de o atarem, os acusados acabariam por abandonar o local, deixando a vítima com as mãos e pernas atadas por cordas. A vítima acabaria por falecer durante a noite, sendo encontrada de manhã pela sobrinha que alertou as autoridades.

Para esta investigação optámos pelo método da análise de conteúdo na vertente quantitativa e pelo método de análise do discurso/enquadramento na vertente qualitativa, enquanto recursos metodológicos para uma compreensão objectiva e aprofundada do discurso produzido pela imprensa regional, comparando-o simultaneamente com a imprensa nacional, em torno do caso específico a analisar. Assim, seleccionámos três jornais da região da Beira Interior (*Notícias da Covilhã*, *Jornal do Fundão* e *O Interior*) e dois de âmbito nacional (*Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*) para apurar de que forma interpretaram o caso da Borrallheira, que valor lhe atribuíram e como o descreveram, entre outros aspectos que entendemos como relevantes para se poder perceber como os *media* regionais abordaram este caso e se comparativamente aos *media* nacionais há diferenças significativas nos destaques e enquadramentos escolhidos por cada um dos jornais.

Capítulo Primeiro

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA IMPRENSA ESCRITA

O Iluminismo e a Esfera Pública

Nem sempre o Homem pôde demonstrar e expor o seu pensamento de forma livre, de questionar o seu destino e de se transcender. Foi sobretudo, na França, Alemanha e Inglaterra, em finais do século XVII, que uma nova corrente filosófica, o Iluminismo, criou as bases para que o Homem pudesse alterar e questionar, a sua relação com o mundo. É através desta racionalidade individual que o sujeito se permite questionar sobre o seu próprio destino. O Iluminismo criou assim as bases para que o Homem pudesse ser senhor de si e dono do seu próprio destino enquanto pessoa livre e racional.

Os filósofos iluministas estimularam de certa forma a emergência de uma racionalidade determinante para a autonomização do sujeito e a emergência do sujeito livre. Os iluministas acreditaram que ao Homem cabe o poder de conseguir transformar o mundo. Para isso, basta que ele acredite nas suas capacidades e oriente a sua vida sempre pela única lei que o pode auxiliar: a razão. Assim, sob a alçada do Iluminismo, desenvolve-se a exposição da opinião livre do cidadão, originando, na segunda metade do século XVIII, o aparecimento da opinião pública e a sua institucionalização como um campo autónomo de legitimidade.

É na emergência da esfera pública que o papel da imprensa periódica se reveste de especial importância. No final do século XVII e inícios do século XVIII, surge o aparecimento de jornais de cariz crítico, que Habermas considera terem proporcionado um novo espaço para o debate público. Mas embora a imprensa tenha despoletado a institucionalização da esfera pública política, ela surgiu sobretudo do confronto entre a aristocracia dotada de poder público e a burguesia iluminada mas privada de poder, ou seja, entre as classes dominantes e dominadas. Este conflito originou uma nova esfera, onde “um público politizado e iluminado, constituído por cidadãos livres que, no âmbito do espaço público, impuseram a si próprios a missão de estabelecer os limites da

autoridade do Estado segundo a exigência de uma responsabilidade colectiva”¹. Um espaço público com uma dimensão política mais próxima da que se conhece actualmente.

Espaço Público e Espaço Privado

É na Esfera Pública Moderna, tal como o filósofo alemão Habermas a definiu, que assenta de certo modo esse ideal iluminista. Como explica Pedro Coelho, a proximidade entre o pensamento filosófico iluminista e o modelo habermasiano de esfera pública moderna revêem-se na “emergência de uma racionalidade determinante para a autonomização do sujeito das formas transcendentais de explicação do mundo, e a emergência do cidadão, enquanto sujeito livre que assume posições políticas, que intervém, que participa, que discute as decisões do poder e que problematiza a realidade, com vista à obtenção de uma opinião mais esclarecida”².

As concepções de “público” e de “privado” têm vindo a alterar-se ao longo do tempo, acompanhando os constantes desenvolvimentos naturais da sociedade. A fronteira entre o particular e o público tem-se alterado sobretudo na sociedade moderna. Como diz José Augusto Alves “é a redefinição do privado que permite, em contraponto, ao Espaço Público desenhar-se e afirmar-se”³. A esfera privada correspondia ao domínio particular de cada indivíduo, ou seja, à casa, à família, à soberania do chefe de família. Nesta esfera onde predominava a desigualdade e onde o chefe de família era rei e senhor perante a mulher e os filhos. Pelo contrário, na esfera pública todos eram livres de expressar as suas ideias não havendo desigualdades entre os cidadãos que dela fazem parte.

João Carlos Correia caracteriza a esfera pública como “forma de mediação caracterizada pelos ideais de universalidade, igualdade e liberdade essencial no que respeita à abertura aos participantes e ao conteúdo dos temas em debate”⁴. Interessa

¹ Esteves, João Pissarra; *A Ética da Comunicação e os Media Modernos* – Legitimidade e poder nas sociedades complexas, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p.201

² Coelho, Pedro; *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp.9-10 (dissertação de mestrado)

³ Alves, José Augusto; *O poder da Comunicação*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005, p.83

⁴ Correia, João Carlos; *Comunicação e Cidadania – os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.67

analisar o conceito de esfera pública, lançado por Habermas, que relaciona o aparecimento do espaço público e do espaço privado com a democracia grega, fazendo a separação entre estes dois domínios.

Durante o período Iluminista, verifica-se uma articulação entre o público e o privado: “o Público torna-se estritamente dependente dos seus membros (indivíduos que assumem a sua privacidade e que fazem da subjectividade um “trabalho” de vida) e o Privado só pode constituir-se plenamente quando se projecta numa experiência de vida em comum (confronto com “privacidades individuais”, no quadro de uma vida colectiva que se realiza no interior dos públicos)”⁵.

Habermas não analisa a esfera pública em geral, mas sobretudo, as origens e transformações da “esfera pública burguesa”. A esfera pública burguesa surge ligada à troca de mercadorias e à troca de informações iniciadas com o capitalismo financeiro e mercantil, juntamente com o aparecimento dos primeiros correios e imprensa. O desenvolvimento do capitalismo mercantil no século XVI, aliado às mudanças das formas institucionais do poder político, reuniu as condições para a emergência de uma nova esfera pública na Europa.

Contudo, só nos séculos XVII e XVIII é que a esfera pública assumiu uma forma própria. É nesta altura que o Estado assume o estatuto de autoridade pública, dirigido pela nobreza, enquanto a burguesia estava privada de poder. A esfera pública burguesa surge entre a esfera da autoridade pública e a esfera privada da sociedade civil, para discutir assuntos relacionados com a regulação da sociedade civil e a conduta do estado, actuando assim como instância mediadora entre o Estado e a sociedade civil. Isto acontece porque a burguesia ascendente tinha poder económico, mas pouca capacidade de influência política. A esfera pública burguesa, até então oprimida, surgia como uma nova dinâmica, com uma forma mais livre e racional de enfrentar a vida, unindo pessoas que querem defender a sua liberdade económica, política e cultural e simultaneamente lutar contra o próprio princípio de dominação vigente. Para Habermas, a grande tarefa da esfera pública burguesa residia na “regulamentação da sociedade civil”⁶.

⁵ Esteves, João Pissarra; *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p.31

⁶ Habermas, Jürgen; *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984, p.69

Na habitação da burguesia surge uma nova divisória: o salão, espaço de convívio e como tal, local que faz ponte entre a esfera privada e a esfera pública. Este salão não serve ao “lar” mas sim à sociedade, como refere Habermas “a linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa. As pessoas privadas saem da intimidade de seus quartos de dormir para a publicidade do salão”⁷. O salão burguês constitui-se como lugar de relação entre a publicidade e a privacidade, tornando-se “ao lado dos cafés, dos clubes e das lojas maçónicas, um espaço de busca do entendimento através do exercício crítico da razão e do convencimento mútuo sem olhar a privilégios de estatuto, prestígio ou classe”⁸.

João Carlos Correia refere que “o espaço público do século XVII surge, pois, como uma forma emergente de sociabilidade que, no limite, aspira a modelar o agir político”⁹. Como resultado da acção destes novos públicos, surge uma opinião pública qualificada, que pela força do debate e pela crítica, constitui uma opinião pública livre, fundamentada e racional, que se manifesta num espaço público comum a todos; valorizando a liberdade individual, e tudo o que é público, contra o que era «privado», identificado como domínio das proibições e tradições.

Imprensa de Opinião

Os primeiros jornais, apelidados como “jornais políticos”, surgiram numa primeira fase semanalmente e passaram a diários na segunda metade do século XVII. Antes, existiam correspondências privadas com noticiários minuciosos sobre assembleias parlamentares e guerras, impostos, transportes de metais preciosos e sobretudo, notícias sobre o comércio internacional. No entanto, apenas uma pequena parte dessa informação passava para os ditos “jornais políticos”, uma vez que os beneficiários dessas correspondências privadas não tinham interesse em que o seu conteúdo se tornasse público.

Porém, as informações que chegam à publicação são difundidas e convertem-se em matéria pública, onde o jornal era tido como um boletim informativo «ao serviço do comércio e do homem comum, para que este pudesse tomar conhecimento dos decretos,

⁷ *Idem*, p.62

⁸ **Correia**, João Carlos; *Comunicação e Cidadania*, op. cit., p.72

⁹ *Ibidem*

baixar os preços das diferentes mercadorias e, assim, colocar as suas mercadorias a um preço melhor»¹⁰. Esta troca de informações desenvolve-se na trilha do intercâmbio de mercadorias, passando as próprias notícias também a serem consideradas mercadorias, na medida em que estão dependentes das mesmas leis do mercado e a cujo surgimento elas devem a sua existência.

Durante o século XVIII, um pouco por toda a Europa, a imprensa regista um aumento de leitores, de publicações e conseqüentemente, a sua periodicidade. As revistas e os jornais, sobretudo os que abordassem questões políticas, adquirem uma certa expansão nesta altura, sendo a base de toda a vida social. A nova classe burguesa que lia os jornais, não tinha educação literária requintada nem uma cultura profunda, preocupações ou exigências formais. Contudo, procurava uma rápida aquisição de conhecimentos gerais e debate de problemas concretos da administração pública. O interesse pela vida política faz com que surjam as sociedades de leitura. É nestas sociedades, que um público burguês politicamente activo lê e discute os assuntos abordados na imprensa.

As correntes de opinião pública formam-se a partir de discussões e debates animados e controversos que ocorrem tanto em clubes privados como em cafés. É a partir destas discussões que surgem os textos de imprensa a pulsar de novas ideias e opiniões, como críticas de arte, de literatura, de teatro, etc. Como refere Habermas, “os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés em objecto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles”¹¹. Mas a chamada “opinião pública” tem os seus primórdios nos antigos círculos de leitura, uniões que ocorriam devido “à necessidade das pessoas privadas burguesas para formarem uma esfera pública enquanto público pensante: ler revistas e conversar sobre elas, trocar opiniões pessoais e formular em conjunto aquelas que (...) são depois chamadas de «opinião pública»”¹².

A imprensa veio, assim, contribuir para a formação e libertação da opinião do público, que se pode fazer ouvir, não apenas localmente, mas também em territórios mais longínquos, graças à circulação constante das informações. A opinião pública

¹⁰ Habermas, Jürgen; *op. cit.*, p.37

¹¹ *Idem*; p.59

¹² *Idem*; p.92

surge naquela época “como a instância do saber, dos factos, da honestidade, da razão, em luta contra o querer, associado à corrupção, ao obscurantismo despótico do soberano”¹³ e cujo objectivo é efectuar a mediação entre o Estado e a sociedade civil.

A imprensa de opinião, como debate sem restrições os problemas do país, conquista neste período um espaço importante. A imprensa trouxe assim grande contributo à esfera pública burguesa, como meio de informação e de formação de uma opinião esclarecida sobre matérias de governação, decisões económicas ou relações internacionais, mas também “na conjugação entre conteúdos de interesse público no que respeita à *polis*, ao espaço social partilhado, e outros conteúdos (não menos políticos) que remetem para a experiência comum, as inquietações da existência, uma certa busca do sentido da vida”¹⁴.

Assim, como explica Pedro Coelho, a imprensa de opinião surge “numa época em que os jornais são considerados o verdadeiro centro da vida política e social, porque através deles os leitores conhecem e debatem os problemas do país e do mundo, estes adquirem uma influência tal que determina o aparecimento de públicos específicos interessados em determinados assuntos”¹⁵. É desta forma que o jornal realiza um papel de mediador na esfera pública política, desempenhando um papel activo para a consolidação da democracia. A imprensa tornou-se assim, nesta época, num espaço de expressão e discussão sobre temas actuais. Esta imprensa de opinião é essencialmente uma imprensa ligada aos públicos, onde existe preocupação manifesta com a vida política e onde se cria a existência de um público que se pensa a si mesmo como participante nessa esfera política e nos acontecimentos que nela se desenvolvem.

Esfera Pública Política

A esfera pública a funcionar politicamente surge inicialmente em Inglaterra, no início do século XVIII. É constituída por forças que querem passar a ter influência sobre

¹³ **Rodrigues**, Adriano Duarte; “O Público e o Privado”, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Artigo publicado na Revista de Comunicação e Linguagens 2, Dezembro de 1985, in <http://www.bocc.uff.br/pag/rodrigues-adriano-publico-privado.pdf>, p.4, consultado a 03/11/09

¹⁴ **Ponte**, Cristina; *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.25

¹⁵ **Coelho**, Pedro; *op. cit.*, p.23

as decisões do poder estatal e, como tal, apelam ao público iluminado por ajuda para legitimar reivindicações perante este novo fórum.

A imprensa começa a exercer grande influência no campo político e simultaneamente a esfera pública vai progredindo através do permanente confronto entre a classe dominante, a aristocracia, e a burguesia. “Na esfera pública burguesa, desenvolve-se uma consciência política que articula, contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstractas e que, por fim, aprende a se autoafirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis”¹⁶. A esfera pública burguesa que se desenvolveu primeiramente no campo da literatura foi subsequentemente, através da opinião pública, transformada numa esfera pública ligada a problemas políticos. Contudo, esta esfera pública continua literária mesmo quando assume funções políticas. Desse conflito entre a aristocracia e a burguesia resultou uma nova esfera, “uma esfera pública política onde os cidadãos, maioritariamente burgueses, por afirmarem a sua subjectividade em todos os domínios da vida social, assumem posições políticas”¹⁷.

Nos séculos XVII e XVIII, o cidadão, politicamente activo, reúne-se em salões e cafés para discutir e debater assuntos literários e problemas de interesse geral, onde os problemas comuns e as suas soluções passam a ser analisados em grupo. O desenvolvimento da indústria jornalística nessa época facilitou essas discussões, porque os jornais foram-se ligando mais às questões políticas do que propriamente à transmissão de informações de outros tipos, uma vez que rapidamente se aperceberam que esse tipo de assuntos facilitavam mais a venda e a propagação dos jornais. O jornal realiza o seu papel de mediador na esfera pública política, desenvolvendo-se no seu interior, uma “imprensa politicamente activa”, que desempenha um papel decisivo na consolidação da democracia. A imprensa surge como bastião contra o poder, exigindo dele, prestação de contas e interrogando as estruturas arcaicas que o elegendem.

Através de uma imprensa livre, o público politicamente activo pode finalmente, discutir e criticar o exercício do Estado. O poder político começa a ser discutido perante um público que possui a força da argumentação e da crítica, onde a imprensa surge

¹⁶ Habermas, Jürgen; *op. cit.*, p.71

¹⁷ Coelho, Pedro; *op. cit.*, p.12

interessada em dar voz aos cidadãos e mediar as suas reivindicações diante desse novo fórum.

Imprensa na Fase Industrial

Se no século XVII e XVIII a imprensa servia, sobretudo, como meio de ligação entre os indivíduos que compõem um público e como fórum de promoção do debate e da discussão de questões políticas, é sobretudo na segunda metade no século XIX que surge uma imprensa mais semelhante à que conhecemos hoje nas sociedades democráticas. Cristina Ponte lembra que neste período em Portugal, o panorama dos leitores era “pautado por um elevadíssimo analfabetismo e por uma baixa literacia, definindo um espaço de circulação da informação bem afastado dos ideais do iluminismo que marcaram uma imprensa de referência para a sustentação de uma forte opinião pública”¹⁸.

Esta imprensa com grande alteração no seu conteúdo e na sua forma assinala a sua fase industrial. Um pouco por toda a Europa e também nos Estados Unidos surgiram jornais que foram respondendo à nova fase industrial da imprensa. Uma nova imprensa como resultado dos conflitos sociais e conseqüentemente resultado também do declínio da discussão desinteressada e da ascensão de um nova forma de financiamento: a publicidade. Esta imprensa é assim atingida pelo movimento de mercantilização que atinge o campo cultural no seu conjunto, ou seja, o jornal passa a ser mercadoria e como tal tem de dar lucro. Assim, como explica Pedro Coelho, “a lógica de organização da imprensa passa a ser uma lógica mercantil e empresarial”¹⁹.

É nesta lógica empresarial que, na década de 30 do século XIX, surge um novo tipo de jornalismo, a chamada *penny press* ou imprensa de massas, cujo principal objectivo é o aumento das tiragens. Ao aumentar a circulação, o jornal chega a pessoas que normalmente não compravam um jornal por razões económicas e o baixo preço desta imprensa de massas torna-os acessíveis a um novo leque de leitores. Com a chegada da *penny press* cria-se um novo conceito de audiência, ou seja, um público

¹⁸ Ponte, Cristina; *Leituras das Notícias*, op. cit., p.25

¹⁹ Coelho, Pedro; op. cit., p.35

mais generalizado e não tanto uma elite educada e, conseqüentemente, um público politicamente menos homogéneo.

Esta imprensa de tostão surge em França com o jornal *Le Siécle*, *La Press*, *Le Journal des Connaissances Utiles* e em Inglaterra com o *Times*. Assiste-se também ao desenvolvimento da imprensa popular em especial ao Domingo com o *Sunday Times* e o *Sunday Monitor*. Nos Estados Unidos surge o *Sun* e mais tarde o *New York Tribune* entre outros, mas todos marcados pela vontade comum de conquistar o gosto popular.²⁰

Em Portugal, o *Diário de Notícias*, fundado em 1865 por Eduardo Coelho, foi o primeiro jornal a seguir o modelo da *penny press*. O objectivo de Eduardo Coelho na criação da imprensa de tostão era simples: com o aumento de tiragens, as despesas gerais seriam sensivelmente as mesmas, o que faria com que o preço de cada exemplar fosse menos elevado; com maior número de tiragens aumentariam os anúncios que podiam ser pagos a preço mais elevado; de modo que, para aumentar os lucros, bastaria reduzir o preço de cada exemplar e dirigi-lo a uma mais vasta camada de leitores, dando mais ênfase à notícia e ao acontecimento em detrimento do jornalismo meramente de opinião²¹. Simultaneamente, para aumentar as tiragens aposta-se num noticiário de sensação onde as notícias de retorno mediato como os negócios públicos, os problemas sociais, assuntos económicos, educação e saúde são preteridas por notícias de retorno imediato onde estão incluídos os *fait divers*²², as notícias de rosto humano, eventos sociais, acidente, corrupção, desporto e entretenimento.²³ O primeiro número do *Diário de Notícias* foi posto à venda a 1 de Janeiro de 1865, com um preço convidativo aos vários tipos de bolsas das camadas sociais – 10 réis – um preço bem mais apetecível tendo em conta os cerca de 40 réis que na altura custava um jornal. Um preço apenas possível devido às elevadas receitas publicitárias.

Foram as histórias de amor e de aventura, que sob a forma de folhetins conquistaram espaço no jornal e assumiram especial relevância nesta época. No final, o

²⁰ **Correia**, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, Covilhã, Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, 1998, p.91

²¹ **Tengarrinha**, José Manuel; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 213-214

²² “Formato jornalístico vocacionado para divulgar factos com baixa intensidade informativa e elevado teor de entretenimento. Forma específica de *soft news* destinada a aligeirar o tom informativo de um noticiário ou de uma publicação” – in *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto, Porto Editora, 2000, p.102

²³ **Correia**, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, op. cit., p.92

jornal foi ao encontro do público e adivinhou-lhe os seus gostos. Foi assim, com uma linguagem simples e objectiva e através de um conjunto de narrativas, que o *Diário de Notícias* tentou libertar o leitor da rotina quotidiana e simultaneamente foi cativando um novo público. Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial de um jornalismo voltado para o negócio e não para a política e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. Como refere Jorge Pedro Sousa, “o público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (de 1866), do Porto”²⁴.

Os jornais passaram assim a ter uma maior autonomia em relação aos partidos políticos, graças às novas formas de financiamento, às receitas da publicidade e ao crescente rendimento das vendas de jornais; passo fundamental para a instalação de um jornalismo de informação e não de propaganda, ou seja, um jornalismo que privilegia os factos em detrimento da opinião. Foram condições como a “urbanização, o progresso nos transportes e nas comunicações e o incremento da alfabetização, o alargamento dos públicos”²⁵ que ajudaram a criar condições propícias ao surgimento de novas concepções em termos de conteúdo da imprensa.

Surge nesta altura a noção de “repórter”, aquele que investiga e que vai à procura da informação, ou seja, as notícias começaram a ser produzidas por trabalhadores especializados, contratados para o efeito. Estava assim lançada a primeira pedra para a construção de um jornalismo contemporâneo cujos valores principais se mantêm até hoje: “independência, neutralidade, objectividade e profissionalismo”²⁶.

O jornalismo do final do século XIX cria o conceito de *lead* que se mantém actualizado até aos dias de hoje, de forma a manter o essencial da informação; resumindo no primeiro parágrafo o mais importante da informação e que responde às seis questões clássicas do jornalismo – Quem? O quê? Onde? Quando? Como?

²⁴ **Sousa**, Jorge Pedro; “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, *in* <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>, p.35 consultado a 05/11/09

²⁵ **Mesquita**, Mário; “Em louvor da santa objectividade”, *in* www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=517&idCanal=300, consultado a 13/12/09

²⁶ **Coelho**, Pedro; *op. cit.*, p.36

Porquê?²⁷ – e aplicando a regra da pirâmide invertida, que resume o essencial da informação no primeiro parágrafo e no final, o acessório. Surge assim, o jornalismo enquanto profissão, onde os jornalistas se submetem a um conjunto de princípios de classe que se destaca por uma deontologia e uma técnica próprias. Este jornalismo sem opinião é um jornalismo “neutro”, capaz de cativar todas as sensibilidades políticas.

Antes da época da *penny-press*, as notícias versavam apenas assuntos políticos e económicos e o respectivo comentário. Assim, com a introdução da *penny press* houve uma maior diversidade de informação, mas foi também, sobretudo no final do século XIX, que surgiu uma torrente de jornalismo sensacionalista.

Da Objectividade ao Sensacionalismo

É extremamente comum falar-se de objectividade quando se entra em discussão sobre a natureza do campo jornalístico. A “objectividade” adquire grande pertinência no jornalismo sobretudo durante o século XIX. Como afirma João Carlos Correia, “a notícia como espelho da realidade tornou-se desta forma como um dos grandes mitos centrais em torno dos quais se estrutura o campo jornalístico”²⁸. Isto porque a forma como os jornalistas encaram a realidade nem sempre foi a mesma, e consequentemente com o passar do tempo, a noção de objectividade também foi sofrendo modificações.

Ao longo dos tempos foi-se preferindo a informação objectiva em detrimento da discussão e opinião, “as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos”²⁹. A necessidade de abranger um público mais vasto faz com que os jornalistas ao produzir as notícias tendam para uma atitude objectiva, dirigindo-se a todo o tipo de público, e não a um grupo de leitores de elite, necessariamente muito mais restrito.

No entanto, os jornalistas tardaram em perceber que as notícias nunca poderiam ser o “espelho da realidade”, e que é difícil transpor para o texto exactamente todo o acontecimento em si, porque “o mundo não é transparente nem as palavras coincidem com as coisas”³⁰. Relativamente a esta questão, Nelson Traquina considera que “os

²⁷ O “Como” e o “Porquê” são questões que na maioria das vezes se podem omitir do *lead*, guardando essas explicações para o parágrafo subsequente.

²⁸ Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, op. cit., p.102

²⁹ Tengarrinha, José; op. cit., p.219

³⁰ Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, op. cit., p.103

jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjugação de acontecimentos e de textos”³¹. Desta forma, o acontecimento cria a notícia e simultaneamente a notícia também cria o acontecimento.

Como explica Jorge Pedro Sousa, foi só nos anos sessenta do século XX, com o segundo modelo de Novo Jornalismo³², que “alguns jornalistas importaram para o campo jornalístico a ideia de que a objectividade, entendida como o espelho da realidade ou a apropriação integral do objecto de conhecimento pelo sujeito que conhece, pode ser uma meta mas não uma meta alcançável”³³. No entanto, a ideia de que as notícias são objectivas porque espelham a realidade entranhou-se de tal forma na cultura jornalística, que é difícil dissociar a ideia de objectividade como “espelho da realidade”.

Para que se consiga retratar os factos o mais fiel possível à realidade, os jornalistas consideram que objectividade é sobretudo descrever os factos verificáveis, citar fontes credíveis e optar pela imparcialidade. Contudo a mesma realidade pode ser vista de maneiras diferentes, ficando o leitor sempre dependente do olhar do jornalista. O repórter é assim, um filtro entre o acontecimento real e a informação que chega ao leitor. Mas como refere Anabela Gradim, “atingir uma objectividade propriamente científica quando se pratica a actividade de informar, ou esperar obter uma

³¹ **Traquina**, Nelson; “As notícias” in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Comunicação e Linguagens, Vega, 1993, p.168

³² O segundo movimento de Novo Jornalismo surge em pleno século XX, durante a década de 60, e o seu aparecimento deveu-se em grande parte à instabilidade política que se vivia na altura, propícia à experimentação e às rupturas (movimento hippie, Maio de 68, Guerra do Vietname, movimentos alternativos, novas formas de expressão musical, etc.). Este movimento do Novo Jornalismo surge como uma tentativa de retoma do jornalismo aprofundado de investigação por parte de jornalistas e escritores que se sentiam descontentes com as rotinas do jornalismo, uma vez que até então o jornalismo se apresentava da maneira formal e rotineira e centrado apenas na objectividade e em dados factuais. Foi com o surgimento do Novo Jornalismo que se assume a subjectividade nos relatos sobre o mundo, assim como a retoma do jornalismo de investigação em profundidade. Jorge Pedro Sousa explica que “com o advento deste segundo Novo Jornalismo, o jornalista passa a ser encarado como um intérprete activo da realidade enquanto o jornalismo se perspectiva como um fenómeno da mente e da linguagem. Mesmo se o acontecimento continua a ser o principal referente do discurso jornalístico, passa, porém, a ser a perspectiva do jornalista, impressionista e subjectiva, a constituir o centro da enunciação” in **Sousa**, Jorge Pedro; “Elementos de Jornalismo Impresso”, Porto, 2001, in <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>, p.30, consultado a 18/12/09

³³ *Idem*, p.46

fundamentação de tipo transcendental da mesma, é impossível”³⁴. Porque como humano que é, o jornalista tem emoções e mesmo que não queira, por vezes é impossível alhear-se dessas sensações que acabam por ser transmitidas no texto que redige.

Para atingir o jornalismo “ideal”, o jornalista deve orientar-se sempre pelos valores do rigor, da independência, do compromisso com a realidade, da honestidade, da intenção de verdade. No entanto, fica sempre a dúvida se o jornalista consegue, de facto, alhear-se dos seus sentimentos, das suas emoções, das suas crenças, e escrever uma matéria jornalística com a imparcialidade e o rigor que se pede.

A tendência que vinga actualmente é na procura de jornais de acontecimentos que tenham uma grande carga emocional e dimensão espectacular. Geralmente, casos de crime, desde raptos a atentados terroristas, passando por homicídios ou abusos sexuais são os que mais facilmente tendem para o sensacionalismo e que, em muitos casos, figuram na primeira página dos jornais com grande destaque. Como afirma António Fidalgo “a abundância de *fait-divers* nos telejornais e na imprensa, o sensacionalismo noticioso mais variado, o sucesso da imprensa de coração, revelam que para lá do interesse público há uma curiosidade informativa insaciável que da informação espera mais diversão que formação”³⁵.

Os jornais ao transmitir a notícia estão de uma certa forma a tomar uma posição. É esta posição que atrai o público, o leitor. O ângulo de abordagem da notícia é essencial para distinguir a linha editorial do periódico. Na matéria publicada há uma narrativa, louvor, crítica, apoio, ataque. Adriana Monteiro acredita que “no meio de tantas matérias, reportagens e notícias sobre morte, inflação, guerras, assaltos, enchentes e secas existem também aquelas em que há emoção transcrita por quem esteve no local de fato e são realmente verdadeiras”³⁶. Este posicionamento explícito relativamente às temáticas visa suscitar nos destinatários da informação uma certa atitude, fazer com que

³⁴ **Gradim**, Anabela; “Manual de Jornalismo: Livro de Estilo do Urbi et Orbi”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, s.d., in <http://www.bocc.uff.br/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>, p.11, consultado a 27/12/09

³⁵ **Fidalgo**, António; “O consumo de informação. Interesse e curiosidade”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006, in <http://www.bocc.uff.br/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.pdf>, p.1, consultado a 21/11/09

³⁶ **Monteiro**, Adriana; “Emoção no discurso da mídia impressa”, Paraíba, Faculdade de Comunicação Social de Patos, s.d., in <http://www.bocc.uff.br/pag/monteiro-adriana-emocao-discurso.pdf>, p.5, consultado a 23/11/09

estes efectuem um certo juízo, que, de uma forma implícita, se encontra no ângulo de abordagem da notícia.

Pretende-se assim transmitir uma emoção, um sentimento, de modo a que o leitor se identifique com o jornal. É nesta ligação que o leitor sente com o jornal que ele molda a sua opinião, ou seja, a forma que encara determinado acontecimento é semelhante ao que foi visto pelo olhar do jornalista. No entanto, esta questão do sensacionalismo nos *media* e a relação entre o jornalista e a comunidade envolvente, sobretudo em casos de crime, será novamente abordada e desenvolvida no terceiro capítulo.

Capítulo Segundo

CARACTERÍSTICAS DA IMPRENSA NO CONTEXTO REGIONAL

A especificidade da Imprensa Regional

Com o surgimento dos meios de comunicação de massa abriu-se caminho para um espaço público contemporâneo, onde se privilegia as formas de discussão mediadas. Actualmente, a revitalização do espaço público vai sendo conseguida na prática de informação local que potencia a problematização de questões do quotidiano sociopolítico e cultural de uma localidade, e ao qual os *media* de expansão nacional raramente conseguem dar expressão. Ricardo Carvalho acredita que “sem os *media* não é possível ao cidadão de uma sociedade complexa concretizar adequadamente os direitos e liberdades de expressão, associação, reunião e intervenção em assuntos públicos (cidadania cívica), assim como avaliar e eleger os seus representantes ou adquirir, ele próprio, capacidade para ser eleito (cidadania política)”³⁷.

Acreditamos que a imprensa local e regional permite a revitalização do espaço público, pois além das funções básicas de informar e entreter, deve manter e promover a democracia, permitir a troca de ideias e favorecer o debate. O objectivo é fazer com que os leitores assumam uma atitude participativa do ponto de vista social, pois é através do jornalismo regional que se forma uma opinião pública em volta das questões que se prendem com os problemas e decisões finais. Como defende João Pissarra Esteves, “à comunicação social local e regional cabe a tarefa insubstituível de promover o envolvimento do cidadão comum nos *processos de decisão*, através de um incentivo do conhecimento, discussão, diálogo e defesa dos pontos de vista das populações; o fomento de um *poder de autogestão responsável*; e a defesa de um *desenvolvimento equilibrado* das diferentes regiões”³⁸.

³⁷ **Carvalho**, José Ricardo; “Média e cidadania na periferia portuguesa - O caso da Beira Interior”, in <http://www.bocc.uff.br/pag/carvalho-jricardo-media-cidadania.pdf>, p.2, consultado a 14/12/09 (síntese de dissertação de mestrado).

³⁸ **Esteves**, João Pissarra; “Comunicação regional e local em Portugal” in *Revista de Comunicação e Linguagens* N°8, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, 1988, p.59

É neste sentido que se considera que o jornalismo que se pratica fora dos grandes meios urbanos, em vez de imitar a imprensa de massa, “pode ser um elemento estruturador desse espaço público regional entendido como esfera crítica de debate e de interação dos cidadãos em torno dos problemas que lhe são próximos”³⁹.

Aliás, como refere António Santos Pereira, foi à imprensa regional que se deveu a “grande responsabilidade no nascimento de uma opinião pública, próxima e participativa, crítica em relação aos actos de poder, sem o sentido abstencionista, a apatia e a indiferença a que assistimos nos nossos dias, diluídos na grande massa de destinatários, em relação virtual, mais do que de ideias, de slogans e estilos”⁴⁰. É portanto necessário que o desenvolvimento regional seja sustentado racionalmente por uma opinião pública dotada de sentido crítico, capaz de identificar problemas e de se questionar sobre as soluções necessárias.

A imprensa regional pressupõe a existência de uma identidade definida e funda-se no pressuposto da existência de um espaço público ligado pela identidade, ao qual pretende dar voz e reforçar os sentimentos de pertença. Consideramos aqui o ideal de espaço público na imprensa regional, mas que por vezes é difícil de concretizar dada a grande proximidade entre os *media* e as elites locais. Em certas situações, a proximidade “demasiado próxima” com tais elites, faz com que os meios de comunicação local e regional se distanciem da população e da sua manifestação sobre os problemas locais. Este problema pode acontecer sobretudo devido à grande dependência financeira que os meios regionais mantêm com as elites locais. Mas apesar de tudo, a finalidade dos *media* regionais é conseguir zelar pelo bem da comunidade em que estão inseridos.

A imprensa regional, como o próprio nome a identifica, diz respeito a um território geográfico pequeno onde as relações entre as pessoas são mais próximas e onde partilham a mesma realidade e identidade local. De tal modo que, os *media* que se dedicam a estar perto das suas vidas devem reforçar esse sentimento de pertença entre todos. Para Michel Marthien, os jornais regionais “privilegiam uma área de difusão,

³⁹ **Correia**, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, p.156

⁴⁰ **Pereira**, António dos Santos; “Novo Mundo, Novas Interpretações, Novo Poder”, Açores, Universidade dos Açores, 2000, *in* http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/316/1/Antonio_Pereira_p359-375.pdf, p. 361, consultado a 05/01/10

permitindo-lhes assumir uma *continuidade cultural*, condição de identificação dos seus leitores a uma comunidade”⁴¹. Não é portanto de estranhar, que o leitor se identifique com o jornal da sua região, independentemente da linha editorial, já que ele é o veículo que informa e que o liga à sua terra. Deste modo, a natureza do jornalismo regional goza de uma maior influência junto dos leitores de uma determinada área geográfica, o que por si só confere o carácter de proximidade noticiosa.

A realidade territorial baseada no princípio de identidade e comunidade e de independência face aos poderes locais, está bem patente no Decreto Lei nº 106/88, de 31 de Março de 1988, onde se define o Estatuto da Imprensa Regional e Local, e que considera por imprensa regional “todas as publicações periódicas de informação geral, conforme à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directa ou interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”⁴². Cerca de dez anos depois, a Lei de Imprensa de 1999 define publicações de âmbito regional as “que pelo seu conteúdo e distribuição se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”⁴³. Verifica-se pela explicitação geral da lei, que é o espaço geográfico o que mais condiciona o campo conceptual da imprensa regional.

No entanto, essa delimitação territorial não significa que a importância do papel desta imprensa se circunscreva aos limites geográficos da localidade onde tem sede. Conforme explícito num excerto do preâmbulo do Estatuto da Imprensa Regional (AACS, 1988), o Estado reconhece que a imprensa regional “desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do Mundo”⁴⁴.

⁴¹ **Marthien**, Michel; *La Presse Quotidienne Régionale*, Paris, PUF, col. «Que sais-je», 1983, p.35 *apud* **Camponez**, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra, Edições Minerva, 2002, p.29

⁴² Alta Autoridade para a Comunicação Social; *Estatuto da Imprensa Regional*, in http://www.aacs.pt/legislacao/estatuto_da_imprensa_regional.htm, consultado a 12/02/10

⁴³ **Carvalho**, Alberto Arons; *Legislação Anotada da Comunicação Social*, Lisboa, Casa das Letras, 2005, p.69

⁴⁴ Alta Autoridade para a Comunicação Social; *Estatuto da Imprensa Regional*, *op. cit.*

Na verdade, a imprensa regional “é o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível; e constitui, por outro lado, um autêntico veículo de difusão, junto daqueles que se encontram fora do País, daquilo que se passa com os que não os quiseram ou não puderam acompanhar”⁴⁵. O Estado expressa assim, o sentimento partilhado pela maioria dos portugueses, ao reconhecer na imprensa regional vários papéis, isto é, a imprensa como veículo de informação; meio de promoção e mobilização local; meio de chamada de atenção para anseios e projectos locais; elo social e identitário e amplificador do espaço público local⁴⁶. Ou seja, é a sua dimensão social de proximidade a assuntos locais que leva a imprensa regional a ser, cada vez mais, o elo de ligação com as comunidades longínquas de emigrantes, que mesmo estando distantes mantêm interesse e curiosidade sobre os acontecimentos da sua terra natal. O sector económico na era da globalização leva as empresas de comunicação a apostar no ciberespaço, ou seja, em colocar os seus conteúdos *on-line*. Esta é uma realidade cada vez mais comum nos meios de comunicação regional e que lhes permite mais facilmente servir de elo entre os emigrantes e as suas localidades de origem.

De forma a fortalecer o sentimento identitário e comunitário, característico das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, a imprensa regional deve ter que cumprir determinadas tarefas. Para Andrés Romero, o jornal regional deve ser sobretudo “o porta-voz e o pioneiro na promoção e no desenvolvimento completo de cada região; não se desentender das aspirações e necessidades de cada ser humano, de cada vila, de cada comunidade; activar a consciência regionalista; preservar o património histórico, cultural, etc.; promover novas iniciativas tendentes a assegurar e consolidar o desenvolvimento; ensinar a entusiasmar-se com as peculiaridades regionais; vincular a região com o mundo circundante, preservando as suas raízes, mas descentralizando a acção dos meios de Comunicação Social; dar atenção ao pulso da vida local nos seus mais insignificantes pormenores (...)”⁴⁷. Estabelece-se, por isso, entre os meios de

⁴⁵ *Idem*

⁴⁶ **Sousa**, Jorge Pedro; “Comunicação regional e local na Europa Ocidental”, Porto, Universidade Fernando Pessoa, s.d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>, p.8, consultado a 07/02/10

⁴⁷ **Romero**, Andrés, “O Ensino do Jornalismo na óptica da Imprensa Regional”, in **Chorão**, Mário Bigotte *et al.*; *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*, Maia, Castoliva Editora, 1984, p.44

comunicação social e a região, um pacto cujos princípios básicos é o reforço da identidade regional e o desenvolvimento da própria região.

Carlos Camponez considera que as características que melhor definem a imprensa regional são “a sua territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local. (...) A imprensa local constrói-se, pois, nesse compromisso com a região e com as pessoas que a habitam”⁴⁸. De facto, territorialização é o melhor conceito para explicitar o que se entende por comunicação social regional e local, porque esta só existe num território, num espaço físico, numa área geográfica e vincula-se à realidade local, ou seja, à vida quotidiana da comunidade em que se insere. É de acordo com este conceito territorial que Jorge Pedro Sousa define comunicação social local e regional como “aquela que se estabelece numa comunidade de vizinhos, através de meios de comunicação que lhe são próximos”⁴⁹. A comunicação social local e regional estabelece-se próxima das pessoas em interacção e é esta proximidade que “privilegia os *media* capazes de efectuar uma difusão ou uma distribuição de mensagens em direcção a audiências contidas nos limites de uma área geográfica: jornais locais, rádios de frequência modelada, sistemas de teledistribuição são algumas das formas privilegiadas para este tipo de comunicação”⁵⁰.

Contudo, não basta aos meios de comunicação social regional denunciar os problemas que afectam a comunidade. Eles terão também que promover o debate e a discussão racionais com vista à procura de soluções para esses problemas. É do debate público e da discussão racional colectiva que se formará uma opinião pública crítica, ou seja, uma massa crítica participativa que centra a sua acção conjunta no desenvolvimento da comunidade regional e local.

João Carlos Correia foi um dos defensores da teoria de que na comunicação social regional portuguesa sobrevivem alguns dos traços típicos do jornalismo pré-industrial. No seu livro *Jornalismo e Espaço Público* identifica algumas características referentes à imprensa regional e local portuguesa: “conexão escassa com a publicidade;

⁴⁸ Camponez, Carlos; *op. cit.*, p.19

⁴⁹ Sousa, Jorge Pedro; “Comunicação regional e local na Europa Ocidental”, *op. cit.*, p.8

⁵⁰ Camponez, Carlos; *op. cit.*, p.99

relação forte entre as elites locais e os *media*; ênfase no artigo de opinião e na colaboração externa; contiguidade acentuada entre os artigos e colaborações externas e as preocupações manifestadas nos espaços de reunião dos públicos; tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas; presença de marcas discursivas que remetem para formas de sociabilidade que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos; conhecimento recíproco e partilhado por produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes às mensagens jornalísticas”⁵¹.

A tese de João Carlos Correia remete-nos para a tipologia proposta por Thompson para as diferentes formas de interacção humana. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, as interacções sociais não precisam necessariamente de um espaço físico comum. Assim, os indivíduos podem interagir entre si, sem terem em comum a mesma configuração espacial-temporal. Este processo de desenraizamento do tempo e do espaço em relação à experiência quotidiana marca a percepção do mundo na actual fase da modernidade.

Thompson apresentou três tipos de interacção, que ele designou por interacção face-a-face (*'face-to-face interaction'*), interacção mediada (*'mediated interaction'*) e quase-interacção Mediada (*'mediated quasi-interaction'*)⁵². A “interacção face-a-face” coincide com o conceito tradicional de interacção social e exige sempre um contexto de co-presença, como tal é dialógica pois normalmente existem dois sentidos de fluxo de comunicação – respondem entre si. É nesta interacção pessoal que se aplica o uso de expressões deícticas (“aqui”, “ali”, “agora”, “isto”, etc.) e qualquer palavra pode ser acompanhada de gestos para dar ênfase ao que se quer comunicar.

Na “interacção mediada” os participantes estão em contextos espaciais e/ou temporais distintos, implicando o uso de um meio tecnológico, é o caso de uma conversa telefónica, correspondência por carta, etc. Tal como na interacção face-a-face, também esta se trata de uma interacção dialógica, mas uma vez que os indivíduos não se encontram fisicamente presentes é necessário fazer referências contextuais que revelem

⁵¹ *Idem*, p.158

⁵² **Thompson**, John B.; *The Media and modernity – a social theory of the media*, Cambridge Polity Press, 1995, pp.81 - 82

quem está na interacção (apresentando-se ao telefone ou colocando o nome e data na carta).

Thompson reservou o conceito de “quase-interacção mediada” para os “tipos de relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa”⁵³ (livros, jornais, rádio, televisão, etc.). É uma interacção estendida ao longo do espaço e tempo, orientada para um número indefinido de receptores potenciais, ou seja, a audiência. Uma vez que não possui *feedback*, trata-se de uma interacção monológica, isto é, o fluxo de comunicação é predominantemente feito num sentido, pois o produtor normalmente não recebe uma resposta directa e imediata. Tal como a “interacção mediada”, implica uma grande quantidade de informação destinada a superar a falta de co-presença.

Voltando às características da comunicação social regional portuguesa apresentadas anteriormente por João Carlos Correia, que remete a imprensa regional para um jornalismo pré-industrializado, e comparando-as à tipologia de Thompson, podemos deduzir que esta imprensa está mais próxima da interacção face a face ou mediada, do que de uma “quase interacção mediada”, que caracteriza a comunicação de massa. Isto acontece porque os *media* regionais portugueses são geralmente consumidos pelos públicos das regiões aos quais se referem as notícias. Daí surgir uma comunhão de saberes partilhada em grande parte pelos produtores das notícias e pelos seus públicos, porque é das mesmas mesas de café e das mesmas reuniões familiares onde quotidianamente se recria a comunidade que emerge um tipo de comunicação partilhada por todos. É neste sentido que também Alexandre Manuel acredita que “apesar de alguns traços típicos do «jornalismo pré-industrial» que, ao contrário do registado na generalidade dos *media*, continuam a acompanhar boa parte da imprensa regional, esta é, no entanto, aquela que, perante as alterações registadas no sector, incluindo as trazidos pela globalização, melhores condições parece dispor para sobreviver ou, pelo menos, para mais se prolongar no tempo”⁵⁴.

É assim que Carlos Camponez, ao lembrar Jean-Marie Launay, justifica “o papel importante que têm na comunicação regional e local o rumor, a morte (anúncios de falecimentos ou a necrologia) a saúde e a sexualidade (no *fait-divers*), e os momentos

⁵³ *Idem, op.cit.*, p.84

⁵⁴ **Manuel**, Alexandre; “Globalização, localização e Imprensa Regional: O mais que provável retorno ao singular e às diferenças”, Universidade Nova de Lisboa, VI Congresso Português de Sociologia, 2008 in <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/581.pdf>, consultado a 26 /04/10

de celebração (festas, casamentos, recepções, comemorações e aniversários, etc.). Daí também o seu conservadorismo. Daí também o respeito pelos tabus”⁵⁵. Jean-Marie Launay, relativamente a esta questão, sustentou ainda que “se exceptuarmos os apartes, as conversas sociais acomodam-se mal com o escândalo, com o pôr em causa os valores comuns, com a agressividade política ou com a tensão”⁵⁶.

A verdade é que a imprensa regional encontra-se numa fase em que pode tirar dividendos da segmentação dos conteúdos e dos públicos, partindo do seu pormenorizado conhecimento da sociedade local onde se insere. Carlos Camponez acredita que “o relevo dado à diversificação dos públicos e das mensagens nas últimas décadas pode dar uma nova actualidade à imprensa regional e local, permitindo-lhe repensar e reactualizar tipos de comunicação que pareciam ter sido banidos dos *media* e da imprensa em particular, em resultado da industrialização das formas culturais”⁵⁷.

As características do jornalismo regional constituem assim, a sua força ou a sua debilidade, uma vez que é através do jornalismo de proximidade que se forma uma opinião pública em torno das questões que se prendem com os problemas e decisões regionais. Contudo, acreditamos que as especificidades do jornalismo regional “devem ser mantidas sem que com isto se exclua a desejada modernização e profissionalização das redacções”⁵⁸. Como referiu Pedro Coelho, ainda existem um conjunto de marcas negativas que tornam o jornalismo regional “anacrónico, pesado e ineficaz”⁵⁹. É de realçar nesse conjunto de marcas: a falta de qualificação profissional dos jornalistas dos órgãos de comunicação social regionais e locais; os baixos salários e a precariedade laboral; a fragilidade e escassez do mercado publicitário; a excessiva dependência do jornal face ao poder político e às elites locais; o jornal como instrumento de reforço do caciquismo; a excessiva dependência das fontes que são sempre as mesmas e consequentemente detectáveis facilmente por toda a comunidade; a grande proximidade entre jornalista, representante do poder político e cidadão-eleitor; as constantes ambições e interesses (políticos e económicos) dos proprietários das publicações.

⁵⁵ Camponez, Carlos; *op. cit.*, p. 95

⁵⁶ Launay, Jean-Marie; *L’information locale et les quotidiens régionaux*, in Mabileu, Albert e Tudesq, André-Jean, *L’information locale*, Editions Pedone, col. «Vie Locale» 1980, p.216 *apud* Camponez, Carlos; *op. cit.*, p. 95

⁵⁷ *Idem*, p.84

⁵⁸ Correia, João Carlos; “A região e o espaço público: um contributo crítico”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, sd, in http://www.bocc.uff.br/pag/jcorreia_espaco.pdf, p.4, consultado a 08/03/10

⁵⁹ Coelho, Pedro; *op. cit.*, p.126

Segundo João Carlos Correia, o jornalismo regional “livre do forte condicionamento exercido pela publicidade”, parte importante da história da imprensa de massa, pode ser o modelo de uma problematização da racionalidade exercida no seio dos *media*. “A forte presença do leitor e do assinante na vida do jornal, em contraste flagrante com a virtualização dos públicos praticada na grande indústria jornalística; a marca da polémica e do debate ressoando nos artigos de opinião reflectindo a forte presença da elite regional junto da redacção; a colaboração assumida com formas de associativismo; a recorrência de temas; a resistência à conexão jornalismo – publicidade”⁶⁰ são algumas características que o autor enumera e que podem constituir indícios de uma forma de exercício da racionalidade parcialmente banida dos meios de comunicação e difícil de concretizar na imprensa de massa.

É graças às especificidades do jornalismo regional que se pode constituir um modelo de comunicação mais assente na racionalidade crítica que contemple a abertura à comunidade e que reforce a ideia de cidadania e, como tal, determinadas especificidades da imprensa regional devem ser salvaguardadas. O papel dos leitores na vida dos jornais regionais é fundamental sobretudo quando se fala numa imprensa onde a venda por assinaturas é parte essencial na sua sobrevivência, o que de certo modo configura o jornal como objecto que faz parte integrante da realidade familiar. Aliás, a fidelização por assinatura é dos grandes trunfos desta imprensa, quer em termos de abrangência, quer de sustentabilidade. Na imprensa regional assiste-se a uma permanência de notícias que prolongam formas de sociabilidade, reforçando a ideia de vizinhança, onde se dá relevância à vida dos leitores e à vida associativa da região. Como tal, é previsível que o factor “região” acabe por se impor como um valor-notícia para a selecção de factos e elaboração das notícias.

A forte conexão com a elite regional promove os jornais regionais como “espaços privilegiados de produção e luta simbólica em torno dos problemas específicos dos espaços a que estão ligados”⁶¹. Nesta ligação com os intelectuais locais parece ainda figurar uma forma de racionalidade semelhante às publicações que eram praticadas no jornalismo próprio da esfera pública liberal. Normalmente, os intelectuais locais tendem a produzir nos seus artigos de opinião assuntos relacionados com a comunidade e com a

⁶⁰ Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, op. cit., p.161

⁶¹ Correia, João Carlos; “A região e o espaço público: um contributo crítico”, op. cit., p.5

região em que os leitores se inserem. Por vezes, esses artigos de opinião levantam a marca da polémica e originam o debate e a discussão sobre assuntos que dizem respeito à comunidade.

A relação da imprensa regional com a publicidade reflecte uma menor dependência dos critérios economicistas que parecem impor-se no panorama das empresas nacionais de jornalismo. A verdade é que a maior parte da comunicação regional e local portuguesa não tem uma forte dinâmica empresarial, havendo ainda pouca aposta na contratação de pessoal especializado na área comercial. Tal leva muitas vezes, os jornais regionais a subordinarem-se a determinados interesses e poderes estabelecidos, sobretudo pela necessidade de conseguirem apoios económicos, que se traduzem, na maior parte das vezes, em anúncios publicitários. Certo é que esta penetração da publicidade institucional na imprensa regional se sente e a sua dependência é cada vez maior, uma vez que o país atravessa uma grave crise económica, o que leva as empresas a investirem menos.

O derradeiro objectivo é que “a qualidade dos projectos editoriais, a formação profissional, o apoio do estado segundo critérios objectivos que impeçam a demissão de uma atitude empresarial empenhada, a formação de um produto jornalístico que atraia a publicidade comercial e impeça a dependência da publicidade institucional” não sejam objectivos contraditórios.⁶² Assim, o processo desafiante que se coloca à imprensa regional é que ela reforce pela qualidade, o seu papel essencial na sociedade globalizada.

Do Local ao Global

As alterações verificadas na modernidade, sobretudo no que concerne à globalização, exigem novas formas de pensar o encontro entre os agentes sociais. De acordo com Adriano Duarte Rodrigues, a “segmentação do espaço social, o desenraizamento da experiência, a constituição de novas modalidades autónomas de espaço e de tempo e a secularização dos ritos sociais são alguns dos processos que (...) correspondem à emergência na nossa modernidade da questão comunicacional”⁶³.

⁶² *Ibidem*

⁶³ Rodrigues, Adriano Duarte; *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Presença, 1990, p.57

Numa altura é que não existe qualquer delimitação espaço-temporal na comunicação e que o mundo se assemelha cada vez mais a um bairro vizinho, importa saber que lugar ocupa a imprensa local e regional, ou seja, a imprensa de proximidade. No contexto do mundo moderno é importante entender qual o lugar que o local e o regional ocupam na globalização e que espaço lhe é reservado.

Anthony Giddens acredita que “a primazia do local nos cenários pré-modernos tem sido largamente destruída pela descontextualização e pelo distanciamento espaço-temporal. (...) O local e o global tornaram-se inextricavelmente ligados. (...) A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares e dados como certos mas sim, em grande medida, uma expressão localmente situada de relações distantes”⁶⁴. Esta visão “glocal” de Giddens esclarece como a globalização acaba por fazer uma reformulação do conceito de território. É neste aspecto que a globalização surge como um processo de desterritorialização que afecta quase todas as áreas da vida social, sobretudo as suas formas de representação identitárias. O processo de desterritorialização que resulta da globalização é a origem dessa perda de referências identitárias.

Mas, se como referimos anteriormente, a imprensa regional e local pressupõe a existência de uma identidade definida por referência a um território também ele definido e delimitado, que lugar ocupa esta imprensa num contexto global? É em resposta a esta questão que salientamos a perspectiva de João Carlos Correia ao referir que “a definição de um campo jornalístico regional deve ter em conta que a identidade de regiões comporta a necessidade de mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença”⁶⁵. A existência da imprensa regional e local funda-se no pressuposto da existência de um espaço público ligado pela identidade, à qual pretende dar voz, e dessa forma, reforçar os sentimentos de pertença. Isto significa que ao delimitar o espaço jornalístico regional se está também a delimitar a área de intervenção do meio de comunicação social junto das pessoas que estão inseridas nesse espaço e que ao sublimar esse sentimento de pertença se está a contribuir para a integração, socialização e aculturação dos membros da comunidade, resistindo assim

⁶⁴ Giddens, Anthony; *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, 1996, p.76

⁶⁵ Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, op. cit., p.161

não apenas às diferentes pressões trazidas pela globalização, mas funcionando igualmente como meio de projecção do local no global.

O local, embora esteja inserido no processo de globalização, ou seja, vive nele e está sujeito a ele, tenta fortalecer-se tendo por base as singularidades locais. A noção de local implica também um espaço com características peculiares, que evoca sentimentos de familiaridade e vizinhança, que congrega uma certa identidade e história, hábitos e linguagem comuns. O local, a comunidade, a família, por nos serem próximos tendem a representar segurança e protecção num mundo aparentemente instável, carregado de turbulências da vida urbana à escala global. Como referiu Rita Lopes na sua tese de mestrado, “a globalização traz a perda da identidade nacional, por isso resta ao cidadão comum reforçar os laços que o ligam à sua região, forjando ou reforçando uma identidade regional e local”⁶⁶.

As pessoas tendem a eleger o que lhes é próximo para resistirem à desordem do caos global. Segundo Castells, “as pessoas agarram-se a si mesmas, àquilo que possuem – a comunidade onde se inserem, a cidade, a escola onde estudam, a árvore da rua, o rio do território que habitam, a praia, a capela... - defendendo e assumindo o espaço e tudo o que ele representa; tudo o que possuem ou o que defendem transforma-se na sua identidade”⁶⁷. Encara-se estas comunidades de proximidade como abrigos para a globalização, como campos protegidos contra o global. No entanto, o local não pode ser visto como oposto ao global, porque o que se opõe à globalização não é o território, é a exclusão. Se teirmos em afirmar o local apenas pela recusa do global, não estamos a falar só de refutação, mas sim de exclusão, da existência de um vasto mundo situado à margem da globalização: o dos info-excluídos. Para Castells, “os info-excluídos são todos aqueles que ocupam os buracos negros da miséria humana na economia global”⁶⁸, ou seja, são todos aqueles que estão à margem do acesso à informação e os que estão à margem da informação de qualidade.

Se, por um lado, a globalização permite o reforço de uma cultura de proximidade, por outro lado, pode também fazer com que no próprio espaço local

⁶⁶ **Lopes**, Rita; *Representação da Violência Quotidiana e do Crime nos Media Regionais*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006, p.50 (dissertação de mestrado)

⁶⁷ **Castells**, Manuel; *The Rise of the Network Society – The information Age: Economy, Society and Culture*, vol.I, Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 1996, p.80

⁶⁸ *Idem*, p.2

determinados grupos que se afirmam apenas pela oposição ao global, acabem excluídos. A realidade é que a globalização assenta numa lógica global-local, pois “o local é apenas o espaço de concretização das estratégias globais: o lugar de transformação dos particularismos numa cultura global”⁶⁹, ou seja, o local pode ser visto como o “lugar de compromissos comunicativos, que tanto podem direccionar-se para as denominadas comunidades de lugar como para as lógicas globais mais desterritorializadas”⁷⁰. Aliás, como refere Giddens, a globalização significa que “ninguém pode pôr-se à margem das transformações trazidas pela modernidade”⁷¹, o que comprova bem a relação de forças global/local.

Carlos Camponez acredita que “o território revela-se (...) insuficiente para, por si só, (...) explicar a imprensa regional e local. (...) A proximidade já não se mede em metros. Devemos estar preparados para conceber a produção de conteúdos que, embora longe de nossas casas, nos são próximos, bem como para assistir à produção nas regiões de conteúdos tão homogeneizados e massificados quanto os das grandes corporações de *media*”⁷². O autor apoia a ideia de que a proximidade não se limita apenas à delimitação do local, mas compreende também a questão de identidade e de identificações psico-afectivas. Num mundo de crescentes interdependências e de formas de comunicação cada vez mais diversificadas e numa geografia em vias de sofrer profundas alterações, devido à noção de rede e da velocidade de transmissão das comunicações, a segmentação dos públicos é susceptível de, em muitos casos, ultrapassar a própria barreira comunicativa gerada pelos fenómenos de pertença e de proximidade territorial.

Com o advento das novas tecnologias de comunicação, principalmente da Internet, há um rompimento da noção de território geográfico como sendo determinante do local. As dimensões de familiaridade (língua, valores, tradições, religião etc.) podem ser partilhadas independente do espaço territorial. As relações podem estabelecer-se, com base na proximidade de interesses e identificações, através de comunidades virtuais. A sociedade em rede veio impor uma nova lógica, uma nova geografia, assentes na relação global-local, ou seja, “o global e o local inter-relacionam-se de uma

⁶⁹ **Camponez**, Carlos; *op. cit.*, p.59

⁷⁰ *Idem*, p.20

⁷¹ **Giddens**, Anthony; *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 2ª edição, col. «Sociologias», 1997, p.20

⁷² **Camponez**, Carlos; *op. cit.*, pp.128-129

maneira que a globalização parece resultar num “puzzle” de “localidades”: trata-se de inserir uma multiplicidade de localidades na imagem geral do novo sistema global”⁷³.

Carloz Camponez baseado na “lei da proximidade” de Orlando Raimundo, distingue três tipos de proximidade que tem como centro o indivíduo e que se desenvolve em quatro vertentes distintas: geográfica, temporal, psico-afectiva e social. Assim, “a lei de aproximação temporal marca a distância do leitor face ao momento em que se deram os acontecimentos (...) A proximidade geográfica começa no acontecimento da nossa rua, do bairro e alarga-se à região, ao país... A proximidade social diz respeito a temáticas relacionadas com a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou a política. Por fim, a proximidade psico-afectiva integra valores como o sexo, a vida e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino”⁷⁴. Segundo Orlando Raimundo é nesta última a área de preferência da imprensa popular e das publicações sensacionalistas, onde predominam os *fait-divers*.

Deste modo, consideramos que os elos de proximidade e familiaridade ocorrem muito mais pelos laços de identidades de interesses, do que por razões territoriais, ainda que, em algumas situações, a questão geográfica seja peça importante na configuração da localidade. Não há, no entanto, porque desprezar o território geográfico enquanto fonte de significados, pois ele faz parte das condições objectivas de vida oriundas das tradições, da língua, dialectos etc. e com a construção de valores e práticas sociais. Ou seja, o local ao mesmo tempo que não permite a demarcação exacta de fronteiras, também carrega o sentido de um espaço determinado de um lugar específico ou até mesmo de uma região, no qual a pessoa se sente inserida e partilha sentimentos com os seus semelhantes. É o espaço que lhe é familiar e congrega identidades. Os acontecimentos dizem respeito mais directamente à vida quotidiana das pessoas daquela localidade.

Há, por isso, na comunidade local uma identidade específica que advém do conhecimento, do inter-relacionamento e da proximidade entre os indivíduos que a compõem. Assim sendo, cabe aos *media* regionais fazer a mediação das relações comunitárias, uma vez que se destinam a “preencher o espaço que existe entre a

⁷³ Morley, David e Robbins, Kevin; *Spaces of Identity – Global Media, Electronic Landscapes and Cultural Boundaries*, London, ed. Routledge, 1995, p.116 *apud* Lopes, Rita; *op. cit.*, p.50

⁷⁴ Raimundo, Orlando; *A Linguagem dos Jornalistas – Manual de escrita jornalística*, Ericeira, O acontecimento, s.d., *apud* Camponez, Carlos; *op. cit.*, p.117

comunidade individual – boca a boca, telefone, etc.”⁷⁵, já que os *media* de âmbito nacional ou internacional cobrem obrigatoriamente uma actualidade diferente. Neste sentido, o local não se cinge apenas ao seu espaço geográfico, mas a toda a comunicação que emerge diariamente da comunidade. Como acrescenta João Carlos Correia, “os *media* regionais podem comportar um movimento dirigido em dois sentidos. Por um lado, são instância de reforço da identidade das comunidades com que se relacionam. Por outro, são espaços de uma potencial «abertura ao mundo»”⁷⁶. É de salientar que esta dualidade acontece porque as formas de comunicação local e regional não se esgotam na regionalização e na localização dos *media*.

Podemos verificar que o conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspectivas, mas, segundo o nosso ponto de vista, quando se trata de comunicação social local e regional, acreditamos que é na localização territorial e na territorialização dos seus conteúdos que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e a sua força, mas cujo reforço identitário e comunitário pode ir além fronteiras. O local e o global misturam-se nesta era contemporânea, uma vez que tudo está mais acessível. Tudo se torna mais próximo, porque o local está disponível para o global e vice-versa.

Em suma, a imprensa regional tem a capacidade de se apresentar como um campo de dupla acção, pelo local comprometido territorialmente, e pelos outros locais do mundo cujos leitores a ela estão ligados e se identificam. É neste ponto que o local e o global coexistem e não são necessariamente realidades separadas ou distintas.

Comunidade *versus* Sociedade

Quando nos referimos à comunicação social regional é fundamental não esquecer a comunidade envolvida, uma vez que este tipo de comunicação caracteriza-se por se estabelecer numa comunidade que se encontra próxima ou que tem pelo menos interesses comuns. Falamos de comunidade no sentido de território, onde as pessoas têm uma interacção próxima e onde partilham valores, modos de vida, objectivos, interesses e língua comuns.

⁷⁵ **Raposo**, Henrique Sanfiz; *Pública e Local – Rádio Municipal en Galicia*, LEA, Santiago de Compostela, 1993, p.17 *apud* **Camponez**, Carlos; *op.cit.*, p.95

⁷⁶ **Correia**, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, *op. cit.*, p.157

O viver em comunidade é algo que perpassa a história da humanidade. Contudo, independentemente da época, a palavra “comunidade” evoca sempre uma sensação de solidariedade, proximidade e vida em comum. Bauman afirma que, antes de tudo, a palavra comunidade guarda sensações, sugerindo coisas boas e “um lugar confortável e aconchegante” onde “estamos seguros”, “não há perigos ocultos”, “todos nos entendemos bem”, “nunca somos estranhos entre nós” e “podemos contar com a boa vontade dos outros”. Enfim, “o que esta palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para vivermos seguros e confiantes”⁷⁷.

Para o antropólogo Anthony Cohen o conceito de comunidade está intrinsecamente ligado ao que chama de “estrutura de sentimentos de identificação”. Assim, “a característica essencial de uma comunidade é os seus membros possuem, ou pensarem que possuem, uma forma idêntica de sentir, sobre questões gerais ou sobre interesses específicos. Mais ainda, pensam que esse sentimento é diferente do experimentado pelos que estão de fora”⁷⁸.

A oposição comunidade-sociedade foi um dos principais temas estudados na sociologia do século XIX. Inicialmente, estes conceitos foram pensados como duas formas totalmente opostas de vida social. A comunidade seria ligada a unidades sociais pequenas e tradicionais e contrariamente, a sociedade seria uma grande associação de indivíduos no mundo moderno. Estes conceitos também representavam duas temporalidades distintas: a comunidade era entendida como a tradição, o passado, o primitivo; e a sociedade como o moderno, o presente e o futuro.

O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies parece ter sido aquele que mais longe levou o primeiro sentido de comunidade, como tipo de grupo social em oposição à sociedade. Tönnies chama Comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade (*Gesellschaft*) de “tipos ideais”. Ao tipo ideal de comunidade associa as noções de vida real e orgânica, intimidade, unidade, algo que já se faz parte desde o nascimento, ou seja, “tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto (...) será entendido como

⁷⁷ **Bauman**, Zygmunt; *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p.9

⁷⁸ **Cohen**, Anthony; *The Symbolic Construction of Community*, Routledge, 1985 *apud* **Ponte**, Cristina; *Leituras das Notícias, op.cit.*, p.73

a vida em comunidade”⁷⁹. Ferdinand Tönnies além de trabalhar com as contraposições entre comunidade e sociedade, apoia-se nas relações entre mãe e filho, entre esposos e entre irmãos e irmãs que se reconhecem filhos da mesma mãe para explicar um tipo de comunidade⁸⁰. A existência de processos comunitários estaria ligada, em primeiro lugar, aos laços de sangue, em segundo lugar à aproximação espacial, e em terceiro lugar à aproximação espiritual.

O autor ainda relaciona comunidade a uma vontade comum, baseando a vida comunitária em relações sociais, pois “aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade”⁸¹. Tönnies explica que “a vida em comunidade consiste na posse e no prazer mútuo, assim como na posse e usufruto dos bens comuns. A vontade de posse e de prazer é a vontade de proteger e defender. Bens comuns – males comuns; amigos comuns – comuns inimigos”⁸².

As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. O parentesco relaciona-se aos laços de sangue e à vida comum numa mesma casa, mas podem não se limitar à proximidade física. Este sentimento pode existir por si mesmo com o afastamento físico, no entanto, as pessoas estarão sempre à procura da presença física e real da família, do parentesco. A vizinhança caracteriza-se pela vida em comum entre pessoas próximas das quais nasce um sentimento mútuo de confiança, de favores e dificilmente se mantém sem a proximidade física. A amizade está ligada aos laços criados nas condições de trabalho ou no modo de pensar. Nasce das preferências entre profissionais de uma mesma área ou daqueles que partilham da mesma fé, trabalham pela mesma causa e reconhecem-se entre si.

Contrariamente à comunidade, Tönnies associa ao tipo ideal de sociedade, as noções de representação virtual e mecânica, a pura justaposição de indivíduos independentes uns dos outros. Para o autor, a sociedade é fruto da ruptura, é artificial, daí subentende-se o seu carácter mecânico, onde as relações não correspondem à naturalidade da comunidade. Tönnies adianta que “enquanto na comunidade, os homens

⁷⁹ Tönnies, Ferdinand; “Comunidade e Sociedade: textos selecionados”, in **Miranda**, Orlando (org.); *Para ler Ferdinand Tönnies*, São Paulo, Editora da USP, 1995; p. 231

⁸⁰ *Idem*, p.235

⁸¹ *Idem*, p.239

⁸² Tönnies, Ferdinand; *Comunidad y Asociación: El comunismo y el socialismo como formas de vida social*, Barcelona, Ediciones Península, 1979, p.49

permanecem essencialmente unidos, a despeito de tudo o que os separa, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo o que os une”⁸³. Assim, na sociedade cada um está por si e isolado, num estado constante de tensão perante todos os outros, uma vez que as suas acções não se baseiam na unidade e sim na associação.

Segundo o autor, a vida em sociedade é somente passageira e aparente, fruto da calculista modernidade. Tönnies conclui que “pode-se, em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial”⁸⁴. Para Tönnies, foi a passagem do modo de vida da aldeia para a vida citadina que proporcionou a ruptura dos laços comunitários entre as pessoas, levando-as ao tipo de relacionamento societário, cujas características são o contrato, a diferença, o isolamento do indivíduo. O sociólogo acredita que “uma sociedade de vida seria uma contradição em seus próprios termos. Concebe-se a companhia. Mas ninguém pode colocar-se em comunidade com outro”⁸⁵. Deste modo, a comunidade seria o estado ideal dos grupos humanos e a sociedade seria a sua corrupção, devido à falta de fortes elos de ligação que proviriam do mundo natural.

Frequentemente utilizamos o termo “comunidade” para nos referirmos a associações de crença, associações conjugais, logo mencionamos “comunidade da Igreja”, “comunidade do bairro”, “comunidade escolar”. Porém, quando as associações são mais impessoais referimos como “sociedade de negócios”, “sociedade científica”, etc. Como refere Tönnies, “existem comunidades de língua, costumes e crenças, sociedades científicas, de viagens ou negócios. (...) A comunhão (*Gemeinschaft*) de bens entre marido e mulher não pode ser chamada de sociedade de bens. E dessa forma, vai se estabelecendo inúmeras distinções entre os termos”⁸⁶. Neste sentido, associou-se à comunidade as relações comunitárias; grupos primários; proximidade territorial; confluência mais ampla de necessidades e interesses; família, aldeia e bairro tradicional. À sociedade associou-se as relações societárias; grupos secundários; relações estabelecidas voluntariamente através de “contrato” entre indivíduos; empresa, clube, universidade, cidade.

⁸³ Tönnies, Ferdinand; “Comunidade e Sociedade: textos selecionados”, *op. cit.*, p.252

⁸⁴ *Idem*; p.232

⁸⁵ *Ibidem*

⁸⁶ *Ibidem*

No entendimento de Max Weber, o conceito de comunidade baseia-se na orientação da ação social. Para ele, a comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afectiva ou tradicional. O autor chama comunidade “a uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”⁸⁷, ou seja, Weber entende como relação comunitária toda a atitude que, no caso particular ou em média ou mesmo no tipo puro, mantém o sentimento subjectivo dos participantes em pertencer afectiva ou tradicionalmente ao mesmo grupo. O sociólogo não considera comunidade e sociedade como alternativas de integração do indivíduo nas estruturas sociais, nem conceitos que se excluem mutuamente, ou ainda, que se opõem frontalmente.

Para o autor, a maior parte das relações sociais têm em parte o carácter de comunidade, em parte o carácter de sociedade, pois em qualquer comunidade é possível encontrar as situações de conflitos e opressão, que segundo Tönnies apenas se encontraria na sociedade. Assim, “comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando a ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo”⁸⁸.

Tentando ir além da perspectiva de Ferdinand Tönnies, Martin Buber ao falar sobre comunidade, considera os termos indivíduo e sociedade como configurações abstractas, pois não têm sentido senão no estabelecimento de uma relação recíproca. Isto significa que a sociedade só se realiza mediante “relações autênticas entre os homens”, e o indivíduo, “na medida em que se torna pessoa”⁸⁹. Assim, vida e comunidade são uma só coisa, pois Buber só considera uma comunidade de homens se estes estiverem inseridos na vida, no mundo, na relação com o outro, e a partir desta, no diálogo na responsabilidade. Nesta perspectiva, não somos seres meramente individuais, somos

⁸⁷ **Weber**, Max; “Comunidade e sociedade como estruturas de socialização”, in **Fernandes**, Florestan (org.); *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. apud **Peruzzo**, Cicilia M. Krohling; *Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*, São Paulo, Líbero, v. 12, n. 24, 2009, p.141

⁸⁸ *Ibidem*

⁸⁹ **Trindade**, Maria; *Comunidade e Sociedade: norteadoras das relações sociais*, Natal, Revista FARN, v.1, n.1, 2001, p.167

sim seres em relação e a comunidade só existe enquanto lugar de diálogo e encontro entre o Eu-Tu.

Para Buber, a comunidade pode ser entendida como um tipo de aprendizagem que permite a realização da ideia de não-violência, ou seja, uma busca constante de diálogo, onde a presença do outro se faz entender como base de sustentação da relação Eu-Tu, fundamental para a realização do que Buber considera como *nova comunidade* ou de uma nova vida entre os homens. Segundo o autor, “comunidade significa, aqui e agora, *multiplicidade* de pessoas, de modo que sempre seja possível para qualquer um que a ela pertença estabelecer relações autênticas, totais, sem finalidades”⁹⁰.

Assim, de acordo com a noção de Martin Buber, a nova comunidade será feita não por laços de sangue mas por laços de escolha. Neste sentido, o autor já reconhecia e antecipava que as noções de parentesco não são condição essencial e obrigatória para se caracterizar uma comunidade, mas sim a comunhão de escolhas, a vontade comum, a partilha de um mesmo ideal.

Na sociedade moderna a ideia de comunidade começou a distinguir-se do seu protótipo antigo. Ao discutir as formas de organização social na sociedade contemporânea, Marcos Palácios defende que a comunidade na modernidade deve ter alguns elementos básicos: o sentimento de pertença; uma territorialidade (geográfica e/ou simbólica); a permanência; a ligação entre o sentimento de comunidade; carácter cooperativo e emergência de um projecto comum; a existência de formas próprias de comunicação; e a tendência à institucionalização.⁹¹

O autor defende que “o sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer a distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as

⁹⁰ Buber, Martin; *Sobre comunidade*, Trad. Newton Aquiles von Zuben, São Paulo, Perspectiva, 1987, p.87 *apud* Santiago, Maria Betânia; “Formação e Diálogo nos Discursos de Martin Buber”, Universidade Federal de Pernambuco, s.d., in <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2672--Int.pdf>, p.3, consultado a 12/02/10

⁹¹ Palácios, Marcos; “Cotidiano e Sociabilidade no Cyberspaço: Apontamentos para Discussão”, in <http://www.scribd.com/doc/19447529/cotidiano-e-sociabilidade-no-ciberepespaco-1995>, p.12, consultado a 12/02/10

formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas”⁹². Neste sentido, a territorialidade deixa de ser característica indispensável e pode assumir um carácter físico ou simbólico. Deste modo, a localidade geográfica passa a não ser considerada característica essencial de uma comunidade, porque mesmo à distância a pessoa pode sentir parte integrante da comunidade. Assim, adquire maior relevância o sentimento de pertença, uma vez que se pode pertencer à distância. Realçamos, porém, que este conceito de comunidade assenta na definição das novas comunidades, como sejam as do Ciberespaço.

Resumindo, o conceito de comunidade é cada vez mais complexo e difícil de definir. A sua noção tende a privilegiar seja a comunidade territorial ou a comunidade em rede dependendo do objectivo final de cada autor. Contudo, interessa-nos realçar o tipo de comunidade ligada por laços de sangue e aproximação espacial que ainda predomina em algumas sociedades contemporâneas. Apesar da tipologia de Ferdinand Tönnies ser uma tipologia clássica, apresentada no século XIX, é a que usamos como referência a uma comunidade típica que vive dos afectos da vizinhança e das relações de parentesco e amizade que se criam num meio relativamente pequeno, como acontece no caso da Borracheira.

Estigma e Identidade Social

É comum em comunidades pequenas encontrar um indivíduo que se encontra inabilitado para a aceitação social plena e é deixado à margem da vida social quotidiana. Esta forte desaprovação de certas características pela população geral é o que chamamos de estigma social. Assim, a sociedade vai estabelecendo formas de classificar as pessoas, criando modelos a serem seguidos enquanto o indivíduo estigmatizado é deixado, cada vez mais, à margem social: bêbados, prostitutas, homossexuais, deficientes, mendigos, etc.

⁹² **Palácios**, Marcos; “O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos”, in **Rubim**, A. A. (org.); *Idade média*, Salvador, UFBA, 2001, *apud Peruzzo*, Cílicia M. Krohling, *op. cit.*, p.143

Relativamente a esta temática Erving Goffman, na sua obra *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*⁹³ faz um ensaio sobre todos os aspectos sociais que o estigma pode atingir e de que forma a sociedade influencia o comportamento do estigmatizado, levando-o à perda da identidade pessoal e ao comportamento destrutivo e anti-social. Nesta obra Goffman explica que os estigmatizados são indivíduos com deformações físicas, psíquicas ou de carácter, ou com qualquer outra característica que os torne aos olhos dos outros diferentes e até inferiores e que lutam diária e constantemente para fortalecer e até construir uma identidade social. O autor considera que há três tipos de estigmas: por deformidades físicas; por moralidades e por linhagem de raça, nação e religião. No entanto, em todos os tipos de estigma encontram-se as mesmas características sociológicas: “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma”⁹⁴. Goffman apelida assim de “normais” todas as pessoas que não se afastam negativamente das expectativas particulares que são inculcadas pela sociedade.

Quando o estigmatizado entra numa situação social mista, pode oscilar entre o retraimento e a agressividade, “tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interacção *face-to-face* pode tornar-se muito violenta”⁹⁵. Desta forma, o indivíduo estigmatizado terá motivos para sentir que as situações sociais mistas provam uma interacção angustiada. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O diferente passa a assumir a categoria de “nocivo”, “incapaz”, fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. O indivíduo estigmatizado fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina.

Acreditamos que todo o comportamento-resposta desenvolvido pelo estigmatizado é uma forma de se tentar inserir na sociedade e ser aceite, tentando

⁹³ **Goffman**, Erving; *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, LTC Editora. 4ª Edição, 1988

⁹⁴ *Idem*, p.14

⁹⁵ *Idem*, p.27

encobrir o seu estigma e tentando ficar próximo dos normais. Esta luta constante, provoca no indivíduo uma sensação de inferioridade e impotência face aos normais que o monopolizam e afastam, tornando-o sistematicamente num ser anti-social.

Toda esta exposição sobre o indivíduo estigmatizado tem o intuito de nos remeter para a vítima do crime da Borracheira. Também João Inácio era um indivíduo estigmatizado e deixado à margem da comunidade, caracterizado como “o tolinho da aldeia”, alvo fácil de divertimento e humilhações. João Inácio, conhecido também por Maná, era um homem divorciado doente e alcoólatra que vivia com os pais e conhecido por todos na aldeia. João Inácio, de 42 anos, era alvo comum de chacota e humilhação por certos jovens da aldeia que tinham por hábito esconder a sua bicicleta ou outros objectos pessoais, bem como empregar violência física apenas por diversão. Estas situações eram reconhecidas por toda a população, mas encaradas com normalidade. A sua vida teve fim, num acto de alegada “brincadeira” em que se encontrava alcoolizado. Durante a “brincadeira” foi amarrado às grades da janela de um café, perante vários olhares curiosos que nada fizeram para impedir a situação e depois de abandonado acabaria por falecer durante a madrugada.

Relativamente a esta questão da estigmatização, Fernando Paulouro, director do *Jornal do Fundão*, escreve a 8 de Novembro de 2007 no editorial, o seguinte: “Há, desde logo, a marca da intolerância em relação a um cidadão que, na debilidade da sua própria história de vida, era facilmente presa indefesa para ser bobo. Há, depois, a irracionalidade que sobe dos desvios comportamentais de três jovens. E, também, a doença letal da indiferença sobre este drama continuado, o sorriso da boçalidade e da estupidez que elege a desumanidade como divertimento”⁹⁶.

O *Jornal de Notícias*⁹⁷ chega a fazer uma comparação do caso de João Inácio com o caso do travesti Gisberta no Porto, que também faleceu por consequência de uma brincadeira de um grupo de 13 rapazes. Numa breve intitulada “«Afirmar superioridade com ser inferior»”, o *JN* entrevistou Ana Vasconcelos, psicóloga forense, que explica que apesar de a morte ter sido “um cenário não previsto” pelos autores do crime, realça que o que importa reter “é como a sociedade deixou aquele homem tanto tempo sozinho

⁹⁶ A espantosa realidade das coisas, *Jornal do Fundão*, 8 de Novembro de 2007, Editorial, p.2

⁹⁷ «Afirmar superioridade com ser inferior», *Jornal de Notícias*, 30 de Outubro de 2007, p.3

com os jovens. Por outro lado, nos grupos floresce o lado mais tribal e selvático. Se um faz mal, o outro faz pior”. Casos em que, como também refere Fernando Paulouro, por vezes “reina uma certa impunidade quando a diferença retira valor à vida humana”⁹⁸.

O *Diário de Notícias*⁹⁹ tentando também perceber o comportamento da vítima e dos envolvidos entrevista Reis Marques, chefe do Serviço de Psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que através de notas feitas pela comunicação social considera que João Inácio “sofreria de oligofrenia leve ou moderada”, indicando que se tratava de um tipo de pessoa com que “os outros brincam, que pode servir para galhofa social (...) mas que no fundo, é um doente”. O psiquiatra adverte ainda que “na sociedade não há estruturas capazes de defender estas pessoas, que não podem ser deixadas, indefesas, na sociedade”. Rei Marques revela ao *DN* que este caso pode “ilustrar as consequências de uma política de saúde mental que não tenha em atenção a capacidade de as pessoas se inserirem na sociedade, para as defender e velar pela sua dignidade humana”.

Este caso tantas vezes intitulado como “brincadeira de mau gosto”, foi um caso insólito e dramático na região que foi abordado tanto pela imprensa regional como pela imprensa nacional, em que os jornalistas, visto não serem testemunhas presenciais do facto que relataram, tiveram de recorrer a vários tipos de fontes de forma a compreender e noticiar este acontecimento. Assim sendo, além dos próprios jornalistas também aqui as fontes desempenham um papel fundamental no processo informativo.

Relação entre Jornalistas e Fontes

A proximidade e a influência das elites locais na sociedade local faz com que, muitas vezes, o jornalista seja meramente um mediador entre o que acontece e o consumidor final, não havendo confronto de fontes de informação e procura de novas abordagens na produção noticiosa. Neste campo, o ideal de um espaço público regional, como definido anteriormente, pode sofrer algum constrangimento devido à proximidade, por vezes, demasiado próxima entre os jornalistas e as suas fontes,

⁹⁸ Director do *Jornal do Fundão* em entrevista concedida a 13/05/10.

⁹⁹ «Ele não fazia mal a ninguém», *Diário de Notícias*, 3 de Novembro de 2007, Reportagem, p.9

resultando numa opinião pública com algumas restrições. Acreditamos, portanto, que o grande desafio da imprensa regional é conseguir sobreviver com independência e qualidade, às tentações das relações de proximidade que os jornalistas mantêm com as suas fontes. Como refere Victor Amaral, “está em jogo (...), a capacidade dos jornalistas e das empresas, onde o seu trabalho tem projecção pública, conseguirem equilibrar o pacto de proximidade com o desenvolvimento da região (não caindo em trincheiras bairristas de causas cegas) sem deixarem de assumir as suas responsabilidades éticas e sociais”¹⁰⁰.

Segundo a concepção de Rogério Santos¹⁰¹, por fonte entende-se pessoa que o jornalista observa e entrevista para fornecimento de informação ou sugestão noticiosa. Mais concretamente, o autor diz que a fonte de informação “é a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento”¹⁰². E tal como também defende Mauro Wolf¹⁰³, as fontes de informação são um factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação social, pois sem fontes não há jornalismo. Assim, o jornalismo depende das fontes de informações, pois sem elas “não existe informação decisiva, o detalhe poético, a versão esclarecedora, a frase polémica, a avaliação especializada”¹⁰⁴.

A verdade é que nenhum órgão de comunicação sobrevive sem fontes, e o perfil destas pode variar consoante a natureza e a área de implementação da publicação. Como indica Ricardo Cardet, “no mais pequeno povoado ou aldeia há sempre dois lugares que são as melhores fontes de notícias: a taberna e a barbearia, ótimos locais de propagação das novidades da vizinhança. Nas cidades e capitais as fontes de notícias de mais variada informação são, por exemplo, os partidos, as organizações populares, os

¹⁰⁰ Amaral, Victor; “Fontes dominantes na imprensa local”, Guarda, Instituto Politécnico da Guarda, Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8ºLUSOCOM, 2009 in <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/439/437>, p.114, consultado a 25/03/10

¹⁰¹ Santos, Rogério; “Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação” in Traquina, Nelson *et al.*; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Lisboa, Caminho, 2001, p.95

¹⁰² Santos, Rogério; *A fonte não quis revelar*, Porto, Campo das Letras, 2006, p.75

¹⁰³ Wolf, Mauro; *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.197

¹⁰⁴ Chaparro, Manuel Carlos; *Linguagem dos conflitos*, Coimbra, Minerva, 2001, p.43

ministérios, os hospitais, os bombeiros, as fábricas, as organizações sindicais, os aeroportos, etc”¹⁰⁵.

A obtenção de fontes fiáveis e de qualidade prestigia os meios, cuja influência e credibilidade aumentam quanto maior for a qualidade, quantidade e diversidade das fontes de informações que comunica. Mesmo quando o jornalista presencia as ocorrências, as fontes de informação constituem um factor importante, pois potenciam pontos de vista distintos ao mesmo tempo que fornecem dados complementares ao jornalista.

Segundo a tipologia das fontes proposta por Rogério Santos, as fontes dividem-se em três categorias principais: oficiais (governo, instituições de carácter governamental ou privado, principais empresas); regulares (empresas, associações, líderes de opinião, analistas) e ocasionais ou acidentais (quando um indivíduo observa um acontecimento e lhe é pedida uma opinião)¹⁰⁶.

Por sua vez, Manuel Pinto, reunindo uma classificação vasta de autores qualifica as fontes segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais; a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas; a duração: fontes episódicas ou permanentes; o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais; o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/secundárias; a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes); a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais; e a metodologia ou estratégias de actuação: fontes pró-activas ou reactivas, preventivas ou defensivas¹⁰⁷.

As fontes noticiosas possuem naturezas diferentes e conseqüentemente, um acesso desigual aos meios de comunicação. De acordo com Rogério Santos, identificam-se quanto ao seu estatuto, fontes oficiais e fontes não oficiais, cada uma com as suas estratégias, formas de actuação e diferentes níveis de credibilidade. Por fontes oficiais entendem-se as organizações governamentais, os governantes, os responsáveis de grandes empresas ou instituições privadas, os seus porta-vozes ou

¹⁰⁵ **Cardet**, Ricardo; *Manual de Jornalismo*, Lisboa, col. Nosso Mundo, Caminho, s.d, p.32 *apud* **Gradim**, Anabela; *op.cit.*, pp.79- 80

¹⁰⁶ **Santos**, Rogério; “Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação”, *op.cit.*, p.97

¹⁰⁷ **Pinto**, Manuel; “Fontes Jornalísticas: Contributos para o mapeamento de campo” *in* *Comunicação e Sociedade*, n.º2, 2000, p.279

assessores de imprensa. As fontes oficiais são fontes de informação dominantes, dado o constante acesso aos meios de comunicação permitido pelo peso do seu estatuto social, credibilidade e proximidade em relação aos jornalistas. Assim, é maior a probabilidade daqueles que estão em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade e que dão opiniões sobre tópicos controversos, terem mais facilmente as suas definições aceites, uma vez que tais vozes são consideradas como tendo acesso a informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população. Como tal, detêm presença mais frequente nas notícias, tendo uma função determinante na construção da agenda mediática.

No contexto da imprensa regional, são estas também as fontes mais solicitadas, pois num meio pequeno os jornalistas estão mais próximos das instituições e privam mais facilmente com os seus representantes em meios informais, para mais facilmente acederem às informações. Neste sentido, Victor Amaral refere que “uma das formas de o jornalista ganhar um certo estatuto social, em concorrência com os demais, é cultivar um conjunto de relações com as elites locais, traduzidas numa vasta agenda de contactos telefónicos, cuja mobilização mediática parece tornar mais importante o jornal para o qual escreve”¹⁰⁸. Assim, as fontes oficiais são as mais pretendidas pelos jornalistas, pois valorizam a notícia pela posição política económica ou social que ocupam. De acordo com Wemans¹⁰⁹, interessa mais ao jornalista as declarações destas fontes poderosas que estão igualmente interessadas na sua divulgação do que a busca de novos factos e a correlação com outros. Uma prática também cada vez mais comum nos meios de comunicação regionais, mas que repetidamente pode conduzir ao descrédito por parte da população, que tende a questionar se certo órgão de comunicação tende a privilegiar certa figura oficial, em vez da real constatação de factos.

Com base nesses factores, por vezes o jornalista deixa passar alguma informação não verificada, nos casos em que se vê impedido de proceder à sua confirmação, uma vez que existe uma relação de confiança com a pessoa ou instituição em causa e que a fonte se esforça por manter. Esta é porém uma atitude arriscada, pois a fonte

¹⁰⁸ **Amaral**, Victor; *Os temas e as fontes na Imprensa Regional da cidade da Guarda*, Braga, Universidade do Minho, 2006, p.40 (dissertação de mestrado)

¹⁰⁹ **Wemans**, Jorge; “O acesso às fontes de informação e as questões postas pelos leitores e pela sociedade civil” in *Acesso às fontes de informação*, Lisboa, Alta Autoridade para a Comunicação Social, 1999, p.66 *apud Santos*, Rogério; *A fonte não quis revelar*, *op. cit.*, p.78

aproveitando a credibilidade que possui, pode transmitir informação falsa ou não totalmente correspondente à verdade. Como tal, é necessário proceder sempre à verificação da informação e contrastação de fontes.

Gans considera que “aqueles que detêm o poder económico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas acções produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos”¹¹⁰. As fontes não são por isso todas iguais, nem todas igualmente relevantes, tal como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído. O uso de fontes oficiais é importante para dar credibilidade ao facto noticioso, mas deve-se sempre contrastar com outras fontes que estejam por dentro do acontecimento, mesmo que estas sejam não-oficiais.

Das fontes não oficiais fazem parte as organizações não governamentais, empresas de menor dimensão e grupos cívicos e de pressão, e a estas cabe a luta pela divulgação dos seus acontecimentos. São considerados grupos politicamente marginais ou de fracos recursos que lutam pela divulgação dos seus acontecimentos. Têm maior dificuldade em moldar e fazer parte da agenda noticiosa dos meios, precisamente por se encontrarem afastados política e socialmente do governo, pelo que dependem assim, do acontecimento inédito e do “espectáculo”. Todavia, as fontes não oficiais podem chegar ao acesso noticioso em momentos específicos. Rogério Santos adianta que “para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às estórias e levam à construção de notícias escandalosas e dramáticas”¹¹¹. Normalmente, o maior recurso a fontes não oficiais surgem em caso de acidente ou crime, porque é onde mais facilmente se pode introduzir informação com teor emocional de alguém que viu ou esteve presente nesse acontecimento.

Há ainda a possibilidade da fonte se recusar a ser identificada, quando houver motivos fundamentados para que tal aconteça. O jornalista pode, porém, publicar essas informações, desde que estas sejam suportadas por documentos oficiais, fornecidos pela fonte, e cuja autenticidade tenha sido verificada. Antes de citar a fonte anónima é

¹¹⁰ **Gans**, Herbert J.; *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek a Time*, University Press: Evanston, 1979, p.81 *apud* **Wolf**, Mauro; *op. cit.*, p.198

¹¹¹ **Santos**, Rogério; *A fonte não quis revelar*, *op. cit.*, p.80

preciso sempre verificar se a fonte tem credibilidade e confiabilidade comprovadas e conhecimento suficiente dos acontecimentos apresentados. Na narrativa jornalística é usada assim uma "atribuição com reservas" (não identifica explicitamente a fonte mas ela surge situada num contexto podendo citar as suas informações) ou uma "atribuição com reserva obrigatória" (não se cita a fonte e o jornal relata as informações como se fossem suas).

Semelhante a isto é o *off-the-record*¹¹², em que a fonte não pode ser identificada e as informações que presta não podem ser publicadas. Quando uma informação é prestada *off-the-record* significa que o jornalista não a pode atribuir a uma fonte específica, mas pode no entanto confirmar as informações recebidas por meio de outras fontes antes de a publicar.

Representatividade, credibilidade e autoridade são alguns dos critérios que os jornalistas têm em linha de conta aquando da selecção das fontes. Aliás, como refere Jorge Pedro Sousa, “as fontes humanas devem ser escolhidas pela sua qualificação para falar sobre algum assunto, pela sua competência e credibilidade, pela oportunidade e pertinência do contacto e, obviamente, pela sua disponibilidade para falarem com o jornalista”¹¹³.

Como referido anteriormente, as fontes não têm todas o mesmo grau de acesso aos meios de comunicação, pois também não têm todas a mesma importância, estatuto e nível de credibilidade. Mauro Wolf¹¹⁴ defende nos seus estudos de *newsmaking* que a eficiência do jornalista em definir as fontes é baseada na ideia de produtividade, ou seja, quem mais produz mais interesse tem, e assim o repórter recorre a determinadas fontes

¹¹² “1. A fonte pode não autorizar a divulgação da informação que presta — é o chamado "off the record". Mas o anonimato e o "off the record" só existem para proteger a integridade e a liberdade das fontes, por isso o jornalista deve sempre confrontar a fonte que exige um ou outro com a real necessidade desse recurso, não aceitando com facilidade a evocação prévia de tais compromissos sobre assuntos em que a fonte nada tem a temer. E, sempre que considerar estar a ser objecto de algum condicionamento, deve recusar receber informações não atribuíveis ou "off the record". As informações fornecidas com qualquer embargo devem ser sempre reconfirmadas e discutidas previamente com o responsável do sector. 2. Ao jornalista cabe respeitar escrupulosamente o compromisso de "off the record", mas a sua obrigação é informar o público. Por isso, deve procurar outras pistas e "furar" noutras direcções, desde que nunca ponha em causa a fonte de origem. 3. Numa entrevista formal é ao entrevistado que cabe precisar os limites do "off" e do "on the record". Tais limites, porém, carecem de um entendimento prévio sobre o objectivo da entrevista; se existir o risco de demasiados "off" porem em causa tal objectivo, é legítimo manifestar ao entrevistado a eventualidade de, após revisão do material recolhido e publicável, se optar pela não publicação da entrevista.” – **Público**, *Livro de Estilo do Público*, in http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo, consultado a 03/05/10

¹¹³ **Sousa**, Jorge Pedro; “Elementos do Jornalismo Impresso”, *op. cit.*, p.63

¹¹⁴ **Wolf**, Mauro, *op. cit.*, p.201

porque estas já possuem um importante nível de credibilidade e de autoridade. O que, de certo modo, motiva a figurar na imprensa o predomínio de pessoas de maior prestígio, mais poderosas e de elite e a ausência ou exclusão de outras fontes menos poderosas. Contudo, esta relação entre as fontes de informação e os jornalistas nem sempre é uma relação pacífica, porque entre as duas partes existem espaços de cooperação, negociação e “luta”, pois os objectivos nem sempre coincidem. As fontes tentam sempre divulgar o que lhes interessa e omitir o que não lhes interessa e por seu lado, o jornalista está tão ou mais interessado naquilo que a fonte não lhe revela do que propriamente naquilo que ela lhe diz.

Se para a maioria dos jornalistas a credibilidade de uma notícia reside, em grande parte, na importância das fontes a ela ligada, significa que também na imprensa regional há um conjunto privilegiado de maiores actores da informação. Apesar do reconhecido compromisso de proximidade da imprensa regional aos problemas da população local, a verdade é que não são as pessoas comuns que mais acedem aos jornais, mas sim as elites locais apoiadas pelos vários saberes técnicos, que mais possibilidades têm de controlar os padrões de acesso à comunicação social.

Em 1996, já Ricardo Carvalheiro¹¹⁵ alertava para as “nítidas dificuldades” que os meios de comunicação social na Beira Interior tinham em “assumir o papel de afrontar o poder político” quando fosse necessário. O autor explicava que “o que se passa é que a própria agenda informativa dos órgãos regionais está muito dependente do poder político (...) não sobra muita capacidade para prestar atenção a outros fenómenos e outros sectores da realidade regional que um pouco mais de imaginação poderia ‘descobrir’”. Consequentemente, “a opinião pública manifesta-se como uma estrutura formada por temas institucionalizados, obedecendo a uma valoração de relevância por parte dos *media* em função das necessidades do sistema político”¹¹⁶. Talvez por este motivo, a comunidade tenda a afirmar uma maior opinião pública sobre a vida política em detrimento da vida social e cultural da região. Na óptica de Ricardo Carvalheiro, na Beira Interior é visível “a fragilidade da opinião pública”, o que de certo modo “limita a capacidade dos *media* se constituírem como contra-poder”, uma vez que “o controlo

¹¹⁵ Carvalheiro, José Ricardo; “Os media e os poderes locais”, Covilhã, 1996, in <http://www.bocc.uff.br/pag/carvalheiro-ricardo-Media-poder.pdf>, consultado a 05/04/10

¹¹⁶ Saperas, Eric; *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto, Edições Asa, 1993, p.91

pelos *media* sobre o poder só tem resultados quando, depois de divulgadas as falhas, há condenação pela opinião pública”¹¹⁷.

No entanto, a imprensa tem forma de se impor e declarar uma posição sobre certos assuntos de interesse. Como refere Hall, “a imprensa tem também a liberdade de escrever editoriais e exprimir uma opinião acerca de tópicos de grande interesse; não está limitada a «reproduzir», através de seu «código» próprio, as declarações dos poderosos”¹¹⁸. Esta é assim uma forma de o jornal, usando o seu editorial, declarar livremente a sua opinião, uma vez que este é um texto da responsabilidade do jornal, onde se comenta analisa e exorta todos os acontecimentos marcantes.

Em suma, aquilo que é notícia depende do que é cedido pelas fontes e estas por sua vez, dependem da forma como o jornalista as procura. Cabe ao jornalista ter a clara noção do que procura quando recorre às fontes, bem como as motivações ou finalidades que as conduzem. Rogério Santos acredita por isso que “além da percepção do relacionamento entre as duas partes na construção da notícia, da interdependência, a questão de *quem* aparece numa estória assume grande importância para o autor”¹¹⁹. Deste modo, às organizações noticiosas é exigido que sejam independentes tanto política como economicamente e que as suas práticas e valores se pautem pela isenção, rigor, credibilidade e responsabilidade, de modo a que a actividade jornalística dos seus profissionais englobe a confirmação junto a fontes independentes e idóneas, para que não se corra o risco de publicar informações não verificadas e para que a notícia não transmita as intenções da única fonte à volta da qual possa ter sido construída, o que por vezes acontece em casos onde se mistura demasiado os meios de comunicação e as elites locais.

¹¹⁷ **Carvalho**, José Ricardo; “Os media e os poderes locais”, *op. cit.*, p.4

¹¹⁸ **Hall**, Stuart *et al.*; “A produção das notícias: O *mugging* nos media”, in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, *op. cit.*, pp.233-234

¹¹⁹ **Santos**, Rogério; *Jornalistas e Fontes de Informação – As notícias de VIH-Sida como estudo de caso*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2002, p.18 (tese de doutoramento)

Audiências da Imprensa Regional

A imprensa regional em Portugal atinge elevados índices de leitura. O Bareme Imprensa Regional 2009, realizado pela Marktest¹²⁰ em parceria com o MeioRegional, registou que cerca de metade dos portugueses (49,7%) tem por hábito ler jornais regionais, preferencialmente os semanários.

O distrito de Castelo Branco foi o que registou maior índice de leitores de imprensa regional em 2009, onde cerca de três quartos da população (71,3%) aprecia os títulos locais, seguindo-se Leiria (69,2%) e Coimbra (68,8%) como os distritos de maior índice de leitura de jornais regionais. No entanto, Lisboa é o distrito onde se verifica que os portugueses têm menos hábitos de leitura de publicações regionais, embora os valores ainda cheguem a quase um terço da população (31,8%), seguindo-se o Porto (36,7%) e Bragança (44,2%).

Em Castelo Branco, o jornal regional que lidera as preferências dos leitores é o *Jornal do Fundão*, com uma audiência de 28,1 por cento, seguindo-se o semanário *Reconquista*, com 25,8 por cento de audiência. O *Notícias da Covilhã*, com 10,5 por cento, encerra o pódio no que toca aos jornais regionais mais lidos no distrito¹²¹. Adianta ainda salientar, por ser um dos objectos do nosso estudo, que o semanário *O Interior* sediado na Guarda obtém uma audiência de 17 por cento na Covilhã¹²².

Ainda de acordo com o mesmo estudo, no distrito de Castelo Branco a maioria dos leitores de jornais regionais (51,2%) é do sexo masculino, 37,9 por cento têm entre 15 e 34 anos e 37,7 por cento têm entre 35 e 54 anos, a maior parte (54,4%) pertence à classe média/baixa e baixa (C2 e D). No domínio da ocupação 60,8 por cento estão activos profissionalmente (empregados) e 39,2 por cento estão desempregados ou reformados¹²³.

Em suma, a imprensa regional tem uma grande representação a nível nacional. Na verdade, de acordo com um levantamento da Associação Europeia de Formação de

¹²⁰ **Marktest**, Bareme Imprensa Regional 2009, in www.marktest.pt, consultado a 08/03/10

¹²¹ Dados divulgados pelo *Jornal do Fundão* relativamente ao Bareme Imprensa Regional 2009 da Marktest, in <http://www.jornaldofundao.pt/noticia.asp?idEdicao=105&id=5646&idSeccao=1000&Action=noticia>, consultado a 08/03/10

¹²² Dados relativamente ao Bareme Imprensa Regional 2009 da Marktest, in www.meioregional.pt, consultado a 08/03/10

¹²³ *Ibidem*

Jornalistas em 1997, Portugal tem sido um dos países com mais títulos locais e regionais, havendo uma grande correlação entre estes títulos e o número de habitantes¹²⁴.

¹²⁴ **Faustino**, Paulo; *A Imprensa em Portugal: Transformações e Tendências*, Lisboa, Coleção Media XXI, 2004, p.16 *apud Santos*, Sofia; *Imprensa Regional: Temas, Problemas e Estratégias da Informação Local*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007; p.31

Capítulo Terceiro

A TEMÁTICA DO CRIME E A SUA REPRESENTAÇÃO NOS *MEDIA*

O que é notícia?

As notícias antes de saírem nos meios de comunicação social são previamente sujeitas a um processo de selecção. Isto significa que nem todos os acontecimentos são susceptíveis de serem transformados em notícia, mas sim apenas aqueles que responderem a uma série de critérios. Coloca-se assim em evidência a noção de noticiabilidade (*newsworthiness*), ou seja, a aptidão que um acontecimento possui para ser transformado em notícia. Os estudos sobre *newsmaking* procuram abordar o processo de construção da notícia como um fenómeno de interesse social. Mauro Wolf define a noticiabilidade como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias”¹²⁵.

À capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia, Nelson Traquina chama de “saber de reconhecimento”¹²⁶. Este saber deve ser exercido pelo jornalista que mobiliza os critérios de noticiabilidade: um conjunto de valores-notícia (tais como a notoriedade, o conflito, a proximidade geográfica), ou seja, o seu “faro para a notícia”, a sua “perspicácia noticiosa”, por outras palavras, essa “capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas”.

No entanto, o que nos interessa realmente perceber é como é que os “acontecimentos” se transformam em “notícias”? Seguindo o esquema apresentado por Nelson Traquina, este “saber de reconhecimento” é apenas o primeiro de três passos que o jornalista deve dar para elaborar uma notícia. Após reconhecer a importância dos

¹²⁵ Wolf, Mauro; *op. cit.*, p.173

¹²⁶ Um dos três saberes apontados por Ericson, Baranek e Chan em 1987, que inclui também o saber de procedimento e saber de narração in Traquina, Nelson; *A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p.80

factos ou as questões com valor-notícia, o jornalista deve mobilizar o “saber de procedimento”, ou seja, os conhecimentos precisos que possam orientar os passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia. Importa também conhecer as regras acerca das fontes jornalísticas, onde predominam algumas questões essenciais: “Como verificar os factos? Quem contactar? Quem são as fontes? Como contactar essas fontes? Como lidar com as fontes? Que perguntas colocar? Como compreender certas questões?”¹²⁷. Finalmente, após concluída esta segunda etapa o jornalista passa ao “saber de narração”, que consiste na capacidade de compilar todas essas informações e agrupá-las numa narrativa noticiosa. A selecção do *lead* da pirâmide invertida, ao responder às seis questões do “quem”, o “quê”, “onde”, “quando”, “porquê” e “como”, pode revelar-se por vezes difícil, uma vez que nele são retratados os factos mais importantes e materiais da estória.

Mesmo assim, a narrativa noticiosa possui um padrão de continuidade, que permite ao público reconhecer certos acontecimentos. Certos autores defendem que, por exemplo, “cada notícia sobre crime é escrita sobre um pano de fundo de outras notícias sobre crime. As notícias do tipo “escândalo” mobilizam igualmente uma estrutura narrativa já conhecida pelo público”¹²⁸. Desta forma, o “saber da narração” implica que o jornalista tenha um conhecimento vasto de discursos que lhe permitam completar o seu trabalho, facultando-lhe “um esqueleto sobre o qual coloca carne da nova «estória»”¹²⁹. Isto significa que depende do esforço que o jornalista dedica a encaixar novas situações em velhas definições, de modo a facilitar a identificação de uma nova reconfiguração no mesmo corpo.

João Carlos Correia considera que “os próprios «furos» jornalísticos, susceptíveis de alterarem as rotinas diárias, pressupõem um saber de reconhecimento e uma capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental – quase inconsciente – com as situações idênticas ou similares previamente verificadas”¹³⁰ e trabalhará-la de acordo com os procedimentos adequados que foram determinados pelas situações anteriores, tornando a ocorrência num acontecimento susceptível de ser

¹²⁷ *Idem, op. cit.*, p.81

¹²⁸ *Ibidem*

¹²⁹ *Idem*, p.82

¹³⁰ **Correia**, João Carlos; *Comunicação e Cidadania, op. cit.*, pp.196-197

facilmente entendido pelas audiências. A esta capacidade do jornalista fazer reconhecer velhas situações em novos acontecimentos corresponde o valor-notícia de consonância.

Em suma, o interesse de um acontecimento baseia-se na visão que o jornalista tem do público e na capacidade que esse acontecimento tem em despertar a atenção do público. Como tal, o papel dos valores-notícia, ou seja, dos critérios de noticiabilidade que orientam o processo de produção das notícias é fundamental. Os valores-notícia são um elemento central da cultura jornalística e podem ser utilizados conforme os profissionais do campo jornalístico entenderem para a selecção dos acontecimentos do mundo real e para a construção de “estórias” que contam sobre a realidade.

Assim, é importante clarificar desde já o conceito de “notícia”. De uma forma geral, Denis McQuail define as notícias como a “forma fundamental da informação corrente sobre os acontecimentos públicos, em todos os tipos de *media*”¹³¹. Apesar de existir uma grande diversidade de tipos e de formatos de notícias, as “características definidoras são a actualidade, a relevância e a credibilidade (valor de verdade)”¹³².

Harvey Molotoch e Marilyn Lester consideram que na vida quotidiana, “as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma”¹³³. Os autores vão mais além e concluem que “as notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos *media*”¹³⁴.

Para Jorge Pedro Sousa as notícias são “artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos factores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última

¹³¹ **McQuail**, Denis; *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.506

¹³² *Ibidem*

¹³³ **Molotoch**, Harvey; **Lester**, Marilyn; “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos” in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, *op.cit.*, p.34

¹³⁴ *Ibidem*

de sentido dependa do consumidor da notícia”¹³⁵. O autor realça ainda que a notícia representa determinados aspectos da realidade quotidiana e que a sua mera existência contribui para construir socialmente novas realidades e novos referentes.

Luís Lobo refere que “a «notícia» é simultaneamente um relato seleccionado de acontecimentos passados e um factor constituinte da configuração de acontecimentos futuros”¹³⁶. Desta forma, o acontecimento ganha realidade pela condição de ser relatado e novos significados futuros que lhe são ditados pela “notícia”, transformando-se neste caso em “notícia-como-acontecimento”. O autor apresenta duas ideias que decorrem desta proposição. Por um lado, a definição de acontecimento-como-notícia, ou seja, o “valor-notícia” é estabelecido por aqueles jornais que primeiro “agarraram” a história. Por outro, o acontecimento é descrito e analisado segundo “ângulos” desenvolvidos nas reportagens anteriores ao próprio acontecimento. Assim, diferentes ângulos de abordagem são acrescentados e as notícias aparecem dotadas de novas informações e afiguram-se como notícias de desenvolvimento.

Também Rogério Santos vai ao encontro desta perspectiva quando afirma que existe circularidade entre notícia e realidade, pois “a notícia aponta a realidade, mas não é a própria realidade”¹³⁷, ela apenas reflecte uma construção social do real. Portanto, “o acontecimento apresentado pelo meio noticioso não é a simples imagem que chega do mundo mas resulta de um processo organizado e regulado socialmente”¹³⁸.

Assim, as notícias não podem ser encaradas como provenientes naturalmente dos acontecimentos do mundo real. É preciso ter em conta, segundo Nelson Traquina¹³⁹, que estas se processam na conjugação de acontecimentos e textos, ou seja, devem ser lidas enquanto índice do real englobando as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar os acontecimentos em notícia. Como tal, o autor considera as notícias como

¹³⁵ **Sousa**, Jorge Pedro; *As notícias e os seus efeitos. As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000, p15

¹³⁶ **Lobo**, Luís; “O que faz do acontecimento a notícia: notas para uma teoria da produção de notícia”, *Análise Social*, Lisboa, Vol.8, in <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224257283R1eQI5es9Qw39LO3.pdf>, pp.513-519, consultado a 02/04/10

¹³⁷ **Santos**, Rogério; *A fonte não quis revelar*, op. cit., p.29

¹³⁸ **Véron**, Eliseo; *Construir el acontecimiento*, Barcelona, Gedisa, 1995 apud **Santos**, Rogério; *A fonte não quis revelar*, op. cit., p.29

¹³⁹ **Traquina**, Nelson; “As notícias” in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, op. cit., p.168

“o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, num produto, as notícias”¹⁴⁰.

Crítérios de Noticiabilidade: os valores-notícia

É a noticiabilidade de um acontecimento que conduz aos “valores-notícia”, critérios que seleccionam acontecimentos ou parcelas de acontecimentos que um profissional de jornalismo considere merecer inclusão na notícia. Neste sentido, os meios de comunicação atribuem valores-notícia aos factos como critérios de selecção de notícias. Denis McQuail define valor-notícia como “um certo atributo do acontecimento noticioso, pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os factos numa «história» interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância apelativa”¹⁴¹.

Como refere Gaye Tuchman, “o objectivo declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes (...) O mundo da vida quotidiana – a fonte das notícias – é constituído por uma superabundância de acontecimentos (...) São esses acontecimentos que o órgão de informação deve seleccionar. A selecção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo”¹⁴². E assim, devido à superabundância dos factos que acontecem, os órgãos de informação devem cumprir três tarefas para produzirem notícias: “devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável; devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento idiossincrásico; devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir a ser trabalhados de uma forma planificada. Estas obrigações estão relacionadas entre si”¹⁴³.

¹⁴⁰ **Traquina**, Nelson; “Teorias das Notícias: O estudo do jornalismo no século XX” in **Traquina**, Nelson *et al.*; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, *op. cit.*, p.60

¹⁴¹ **McQuail**, Denis; *op.cit.*, p.345

¹⁴² **Tuchman**, Gaye, “The Exception Proves the Rule: the study of routine news practice” in **Miller**, Hirsch P. (eds.); *The Strategies for Communication Research*, Beverly Hills, Sage, vol.6, p.45 *apud* **Lopes**, Rita; *op .cit.*, p.67

¹⁴³ *Ibidem*

Mauro Wolf ao tecer algumas considerações gerais sobre o papel dos valores-notícia, chama a atenção para o facto de na selecção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionarem conjuntamente «em pacotes». Assim, “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que «recomendam» a selecção de um facto”¹⁴⁴. O autor chama ainda a atenção para o facto de os valores-notícia serem critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção, ou seja, não estarem presentes apenas na selecção das notícias, mas também participarem nas operações posteriores, embora com um relevo diferente. Wolf defende ainda que os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: “a) às características substantivas das notícias; ao seu *conteúdo*; b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; c) ao público; d) à concorrência”¹⁴⁵. A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda refere-se ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e por fim, a última refere-se às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo.

Ao avaliar a noticiabilidade de uma informação, os jornalistas podem submeter o facto a noticiar, aos quatro critérios substantivos presentes nos valores-notícia de selecção de Mauro Wolf¹⁴⁶:

- I. O grau e o nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável:** quanto mais envolvimento com pessoas, instituições e países de elite o acontecimento tiver, mais noticiável parece aos olhos do jornalista.

- II. O impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional:** as técnicas jornalísticas consideram significativo um facto que diz respeito ao interesse do país. Mais comumente chamado de valor de proximidade, na linguagem jornalística, as informações que se referem “ao mundo do receptor da notícia” ganham importância porque remetem o receptor a uma noção da realidade que o cerca.

¹⁴⁴ Wolf, Mauro; *op. cit.*, p.173

¹⁴⁵ *Idem*, *op. cit.*, p.177

¹⁴⁶ *Idem*, pp.178-181

- III. Quantidade de pessoas que o acontecimento (de facto ou potencialmente) envolve:** a “visibilidade”, que resulta da complementaridade entre os valores-notícia proximidade e negatividade, é destacada como o principal valor ao noticiar um acidente que envolva muitas pessoas. Deve-se, no entanto, perceber a diferenciação de valores, muito bem exemplificada por Wolf de uma notícia em detrimento de outra como por exemplo, um acidente que ocorre nas proximidades envolvendo um limitado número de vítimas, torna-se mais noticiável que outro acidente que envolve um número maior de vítimas, mas que ocorreu num lugar mais distante.
- IV. Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação:** são as notícias que têm continuidade, como é o caso das coberturas de campanhas políticas, votações de projectos importantes, etc.

Foram vários os pesquisadores a propor, a partir dos seus trabalhos de campo, diversas listagens de atributos aos acontecimentos, características necessárias para que factos fossem seleccionados como notícias. Em 1965, a primeira reflexão teórica sobre a questão dos valores-notícia na selecção dos acontecimentos pelos jornalistas, foi feita por Galtung e Ruge que avançaram com o conceito de *gatekeeping*¹⁴⁷ selectivo no estudo sobre a informação internacional, procurando perceber o que leva o *gatekeeper* a seleccionar certas notícias em detrimento de outras. Nessa perspectiva chegaram a doze critérios, ou seja, os valores-notícia que um acontecimento tem de possuir para que se torne noticiável:

- 1. Frequência (duração do acontecimento)** – “Espaço de tempo necessário para o acontecimento se desenrolar e adquirir significado”¹⁴⁸. Quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, mais hipóteses tem de ser registado como notícia por esse mesmo meio.

¹⁴⁷ Processo e acto de seleccionar e escolher uma notícia em detrimento de outra. O acto selectivo compete ao *gatekeeper* – “figura com a função de filtrar o processo de produção informativa. Essa figura estabelece que acontecimentos se tornarão notícia e quais serão excluídos de divulgação mediática” – in *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto Editora, 2000, p.114

¹⁴⁸ **Galtung**, Johan; **Ruge**, Mari Holmboe; “A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros”, in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, op. cit., p.64

2. **Amplitude** – Critério que se refere à dimensão e intensidade de um acontecimento. Assim, quanto maior a amplitude de um acontecimento, mais provável será a sua divulgação. “Quanto maior a for a barragem, maior será a vontade de a sua inauguração ser relatada *ceteris paribus*; quanto mais violento for o assassinio, maiores serão os títulos”¹⁴⁹.
3. **Clareza (ou falta de ambiguidade)** – O acontecimento a noticiar terá de ser unidimensional, apenas com um significado. Quanto menos dúvidas houver em relação ao significado de um acontecimento, maiores são as probabilidades de ser noticiado. “É preferível um acontecimento com uma interpretação clara, livre de ambiguidades no seu significado, ao que é altamente ambíguo”¹⁵⁰.
4. **Significância (de proximidade e relevância)** – Critério que resulta da junção de duas interpretações: proximidade e relevância. O acontecimento terá mais impacto quanto maior for a proximidade *cultural* com a audiência e tem de ser relevante. “Um acontecimento pode acontecer num lugar culturalmente distante, mas pode ainda estar carregado de significado em termos do que pode implicar para o leitor ou o ouvinte”¹⁵¹.
5. **Consonância** – A capacidade de inserir uma “nova” acção numa “velha” definição. A ideia do que se espera que aconteça e que possa ser antecipadamente reconhecido pela audiência.
6. **Inesperado** – Dentro do conjunto dos acontecimentos candidatos a notícia, o mais inesperado tem maior probabilidade de ser escolhido. “É o inesperado *dentro dos limites do significativo e do consonante* que atrai a atenção de alguém, e por «inesperado» queremos dizer essencialmente duas coisas: *inesperado* ou *raro*”¹⁵²

¹⁴⁹ *Ibidem*. Neste sentido permanece a ideia de que quanto mais dramático for o acontecimento, mais dramática será a notícia e quanto mais drama existir mais os media terão de exagerar para captar um novo interesse.

¹⁵⁰ *Idem*, p.65

¹⁵¹ *Ibidem*

¹⁵² *Idem*, p.66

7. **Continuidade** – Logo que algum acontecimento atinja os cabeçalhos e seja definido como notícia, então continuará a ser definido como notícia durante algum tempo, mesmo que a amplitude seja drasticamente reduzida.
8. **Composição** – Os acontecimentos são escolhidos de modo a constituir um todo equilibrado. Se já houver muitas notícias de *fait-divers* nesse dia, é provável que outra notícia desse género não seja escolhida e se opte por exemplo por uma notícia do estrangeiro.
9. **Referência a nações de elite** – Notícias que são centradas na elite, em termos de nações ou em termos de pessoas. “As acções da elite são, pelo menos geralmente e na perspectiva a curto prazo, mais importantes do que as actividades dos outros: isto aplica-se tanto às nações como às pessoas de elite”¹⁵³.
10. **Referência a pessoas de elite** – Valor-notícia da proeminência do actor do acontecimento enquanto pessoa de elite, uma vez que as acções de elite são geralmente mais importantes do que as actividades dos outros.
11. **Personificação (referência às pessoas envolvidas)** – A notícia centra-se numa determinada pessoa ou colectividade. As notícias têm tendência para apresentar os acontecimentos como frases onde existe um sujeito, uma determinada pessoa ou colectividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência da acção dessas pessoas.
12. **Negatividade (*bad news is good news*)** – As más notícias tendem a ter mais impacto perante a audiência. “Quando reclamamos que as notícias negativas são preferidas em relação às positivas, não estamos a dizer nada mais sofisticado do que aquilo que a maioria das pessoas parece querer dizer quando afirma que «há tão pouca coisa alegre nas notícias»”¹⁵⁴.

¹⁵³ *Idem*, p.67

¹⁵⁴ *Idem*, p.69. Galtung e Ruge apresentam alguns factores do porquê desta realidade: 1. As notícias negativas satisfazem melhor o critério de frequência; 2. As notícias negativas serão mais facilmente consensuais e inequívocas, no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo; 3. As notícias negativas são mais consonantes com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo; 4. As notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de que são menos previsíveis.

No final, Galtung e Ruge concluíram que um acontecimento será tanto mais noticiável quanto maior o número de valores-notícia que ele possuir, embora haja sempre excepções à regra. No entanto, se o acontecimento não satisfizer pelo menos um dos critérios de selecção, muito dificilmente o *gatekeeper* o deixará ser noticiável.

Mas os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais e, como tal, possuem diversas naturezas apesar de revelarem uma certa homogeneidade no interior da cultura jornalística. Além do estudo de Galtung e Ruge, muitos foram os estudiosos que se dedicaram a esta problemática.

Destacamos também atenção para os investigadores canadianos Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan. Para estes estudiosos os valores-notícia são elementos que ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder a escolhas de entre as alternativas e a considerar as escolhas a fazer. Também na sua lista de valores-notícia constam a *simplificação* (semelhante ao valor-notícia de clareza, proposto por Galtung e Ruge), a *personalização*, a *continuidade*, a *consonância* e o *inesperado*. Dizem Ericson, Baranek e Chan que “as más notícias são boas para o discurso noticioso”¹⁵⁵. A novidade é que estes autores acrescentam à sua lista a *dramatização*, que aparece frequentemente ligada à personalização, e também a *infracção*. A dramatização indica que a noticiabilidade depende também do reconhecimento de como um acontecimento pode ser visualizado como importante ou como indicação de um desenvolvimento dramático. A infracção diz respeito à infracção das leis, à má gestão, ao mau comportamento. Assim, os autores atribuem ao jornalismo uma função de policiamento da sociedade, com particular atenção ao governo, em que o desvio e o crime mobilizam a atenção dos membros desta comunidade interpretativa.

Também um dos investigadores portugueses, Nelson Traquina se interessou por esta questão e na sua obra *A Tribo Jornalística*, esquematizou uma lista de valores-notícia um pouco mais vasta, que divide em duas características distintas: os *valores-notícia de selecção* e os *valores-notícia de construção*. Esta distinção foi defendida, como já referimos, por Mauro Wolf, que também considera que os valores-notícia estão

¹⁵⁵ Ericson, Richard *et al.*; *Visualizing Deviance: a Study of News Organizations*, Toronto, University of Toronto Press, 1987, p.149

presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, ou seja, desde a selecção dos acontecimentos até à construção das notícias.

Assim, os *valores-notícia de selecção* segundo os critérios substantivos (avaliação do acontecimento em termos de interesse e importância como notícia) são os seguintes:

1. **Morte** – Critério fundamental para a comunidade jornalística e que explica o negativismo do mundo jornalístico apresentado diariamente nas páginas dos jornais ou nos ecrãs de televisão. Assim, “onde há morte há jornalistas”¹⁵⁶.
2. **Notoriedade** – A celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento têm valor como notícia. “O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante”¹⁵⁷.
3. **Proximidade** – Quanto mais próximo for um acontecimento, maior é a possibilidade de ser seleccionado, ou seja, um facto será ou não notícia consoante ocorreu numa zona mais ou menos próxima da área de influência do jornal¹⁵⁸.
4. **Relevância** – Responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas.
5. **Novidade** – Os acontecimentos têm de introduzir algo de novo, de diferente, porque só assim se pode voltar a falar de um assunto.
6. **Tempo** – Este valor-notícia pode ter três interpretações: actualidade do acontecimento, efeméride e continuidade.

¹⁵⁶ **Traquina**, Nelson; *A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*, *op. cit.*, p.108

¹⁵⁷ *Idem*, p.109

¹⁵⁸ A “Lei de McLurg” (nome de um jornalista) é exactamente a demonstração da actuação do valor notícia de proximidade que estabelece uma relação entre o número de mortos e a distância geográfica para avaliar a noticiabilidade de um desastre. Ou seja, onde se “estabelece uma escala graduada de noticiabilidade relativa para os desastres: um europeu equivale a 28 chineses, 2 mineiros galeses equivalem a 100 paquistaneses” – *in Wolf*, Mauro; *op. cit.*, p.181

7. **Notabilidade** – É a qualidade de ser visível, de ser tangível. Este critério tem vários registos¹⁵⁹ e alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não de problemáticas.
8. **Inesperado** – Acontecimento que surpreende e que ultrapassa as expectativas, que subverte a rotina.
9. **Conflito/Controvérsia** – Violência física ou simbólica são acontecimentos que quebram a rotina e captam atenção. A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal¹⁶⁰.

Nelson Traquina subdivide ainda os *valores-notícia de selecção* segundo *critérios contextuais* (contexto da produção da notícia – linhas que guiam como deverá ser apresentado o acontecimento):

1. **Disponibilidade** – É a facilidade com que se pode fazer a cobertura do acontecimento, questionando qual o dispêndio requerido e se o acontecimento o justifica.
2. **Equilíbrio** – Está relacionado com a quantidade de notícias que já existe ou existiu há relativamente pouco tempo sobre um determinado evento.
3. **Visualidade** – Critério fundamental para o jornalismo televisivo, na medida em que exige que haja bom material visual sobre um acontecimento para que este seja noticiável.

¹⁵⁹ Um dos registos de notabilidade é a **quantidade** de pessoas que o acontecimento envolve. Os jornalistas atribuem maior importância às notícias que dizem respeito a muitas pessoas e quanto mais elevado for o número de pessoas num acidente ou quanto maior for a presença de “grandes nomes”, maior é a notabilidade desses acontecimentos. Outro registo é a **inversão**, o contrário do “normal”, como captado no cliché “o homem que mordeu o cão”. O **insólito** é outro registo de notabilidade, porque o que é estranho, bizarro surpreendente e anormal é sempre notícia e um excelente foco de atenção dos leitores. A **falha** é outro registo, que procede por defeito, por insuficiência normal e regular. Por fim, outro registo de notabilidade é o excesso/a escassez e funciona em função de uma norma ou de um padrão. O estado do tempo ganha noticiabilidade neste registo quando certas temperaturas fogem ao parâmetro normal da época do ano em que se registam.

¹⁶⁰ O valor-notícia da violência está ligado a outro critério de noticiabilidade: a **infracção** (sobretudo a violação, a transgressão de regras). Importa aqui destacar a importância do crime como notícia, enquanto base do nosso trabalho, porque o crime assinala a transgressão das fronteiras normativas. Como refere Traquina, o que confere especial atenção às histórias de crimes é a mesma estrutura de valores-notícia que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade desse crime. Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada. A infracção está ainda associada ao escândalo.

4. **Concorrência** – As empresas jornalísticas trabalham em concorrência directa entre elas, por isso é muito importante para os jornalistas conseguir a exclusividade de um acontecimento, ou seja, a “cacha”.
5. **Dia noticioso** – Os acontecimentos estão em concorrência com os outros acontecimentos. Cada dia jornalístico é um novo dia. O facto de haver a possibilidade ou não de um acontecimento se tornar notícia depende em grande parte do dia noticioso, isto é, da quantidade e importância das notícias de momento.

Para finalizar a lista de Traquina, o autor destaca os *valores-notícia de construção*, ou seja, os critérios de selecção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia. Apesar de alguns valores-notícia já terem sido mencionados por Ericson, Baranek e Chan, a lista de Nelson Traquina engloba:

1. **Simplificação** – Quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida.
2. **Amplificação** – Quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, quer seja pela amplificação do acto, do interveniente ou das supostas consequências do acto.
3. **Relevância** – Quanto mais sentido a notícia dá ao acontecimento, mais hipóteses tem de ser notada. Ou seja, quanto mais importância e mais impacto tiver um acontecimento sobre as pessoas, mais hipóteses tem de ser registado como notícia.
4. **Personalização** – Quanto mais personalizado é o acontecimento, mais probabilidades tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos negativo ou positivo.
5. **Dramatização** – Ligado ao sensacionalismo. Com este critério pretende-se o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual.

6. Consonância – Quanto mais a notícia insere o acontecimento numa narrativa já estabelecida, mais hipóteses tem de ser notada. O “novo” acontecimento é inserido numa “velha” história.

No final da esquematização dos principais valores-notícia, há duas questões a realçar que foram apontadas por Hall *et al.*: “a primeira é que o jornalismo tenderá a realçar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa «estória» para reforçar a sua notabilidade; a segunda é que acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que os outros”¹⁶¹.

Como é possível verificar, a variedade de valores-notícia é imensa, mas não existe uma regra que indique que critérios de noticiabilidade têm prioridade sobre os outros. Na realidade, estes critérios de noticiabilidade são dinâmicos no tempo, mas não variam muito entre os meios de comunicação. Importa porém reter que no mundo jornalístico, os maus acontecimentos foram e continuam a ser ótimas notícias e como tal, o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade, são “qualidades duradouras” do que é notícia ao longo dos tempos.

Por fim, sublinhamos a ideia de Nelson Traquina de que as definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional.

Crime como Valor-Notícia

O crime e a violência possuem determinados valores-notícia que fazem com que surjam como temas principais e como tal, “qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada, visto a violência ser talvez o supremo exemplo das «consequências negativas dos valores-notícia»”¹⁶².

António Fidalgo acredita que “o sensacionalismo da informação funciona, por sua vez, como o correlato da novelização. Não há uma boa novela onde não entre o

¹⁶¹ Hall, Stuart *et al.*; “A produção social das notícias: O *mugging* nos media”, *op. cit.*, p.225

¹⁶² *Idem*, p.238

inesperado, o súbito surgir de elementos que alteram o normal desenrolar das coisas. Aliás o que faz de um facto um acontecimento de interesse jornalístico, isto é, o que torna um facto notável, são factores que o demarcam do decurso trivial dos acontecimentos, factores como o excesso, a falha e a inversão¹⁶³. Assim, o inesperado, a negatividade, a infracção, a inversão, o conflito, a falha, o excesso e a morte, são valores-notícia que se configuram como registos de notabilidade de um facto e são indicadores que deixam antever o crime como matéria de grande potencial de noticiabilidade. Do ponto de vista formal, as histórias do crime são facilmente moldáveis à conhecida forma dos cinco W (Who, gets What, When, Where and HoW)¹⁶⁴.

Recorrendo aos registos de notabilidade apresentados por Adriano Duarte Rodrigues¹⁶⁵, pode-se dizer que em muitos casos pelos contornos de violência (excesso), de ruptura com o normativo (falha), de bizarria e perversidade (inversão), as histórias do crime acumulam atributos de notabilidade que as tornam em matéria mediática de grande projecção, a que se associa uma forte componente dramática, elemento decisivo para captar a atenção do público.

Perante estes critérios de selecção, podemos verificar que os acontecimentos mais noticiáveis são aqueles que parecem interromper fronteiras do «consenso social» e o crime “envolve o lado negativo desse consenso, visto a lei definir aquilo que a sociedade julga ser tipos de acção *ilegítimos*”¹⁶⁶. Stuart Hall *et al.* entende portanto que “o crime é «notícia» porque o seu tratamento evoca ameaças mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o «demónio» é expulso tanto simbólica como fisicamente da sociedade pelos seus guardiões – a polícia e a magistratura”¹⁶⁷.

Ao crime é reconhecido um elevado grau de noticiabilidade por conter violência, ruptura com a ordem social e imprevisibilidade, esta última característica já apresentada como um dos principais valores-notícia. Aliás, como refere Adriano Duarte Rodrigues,

¹⁶³ Fidalgo, António; “O consumo de informação. Interesse e curiosidade”, *op. cit.*, p.4

¹⁶⁴ Expressão utilizada por Ericson e colaboradores (Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, *Visualizing Deviance: a Study of News Organizations*, p. 40)

¹⁶⁵ Rodrigues, Adriano Duarte; “O acontecimento” in Traquina, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, *op. cit.*

¹⁶⁶ Hall, Stuart *et al.*; “A produção das notícias: O *mugging* nos media”, *op. cit.*, p.237

¹⁶⁷ *Ibidem*

é “em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”¹⁶⁸.

O crime consegue assim, satisfazer as exigências das rotinas produtivas das organizações dos meios de comunicação ao assegurar uma constante matéria noticiosa. E além disso, a temática do crime possui ao nível dos seus conteúdos, componentes de grande carga simbólica na definição social da norma e do desvio.

O crime surge frequentemente associado ao jornalismo sensacional e de personalização, características comuns ao jornalismo popular e ao melodrama. E as histórias de interesse humano reflectem bem essa lógica melodramática, como uma espécie de “lei moral” idêntica para todos em que os seus temas privilegiados podem ser considerados como representações metafóricas dos conflitos sociais. Cristina Ponte acredita que “o melodrama apresenta às audiências um «sistema de sentido» que insiste que a política ou a história só interessam na medida em que afectam as suas vidas quotidianas e as suas condições, sentimentos, medos, ansiedades, prazeres (...) A história é sempre a mesma, a de vítimas, heróis positivos e negativos em que cada um dos elementos desta tríade se pode constituir como líder simbólico”¹⁶⁹.

Vivemos, pois, na era da informação-espectáculo, conduzida por notícias negativas, inesperadas, violentas, escandalosas e na qual o impacto afectivo, a novidade e a imagem-choque se assumem. Deste modo, “a importância de um ângulo – um conflito, uma história de interesse humano, um acontecimento dramático – que justifique a notícia é, assim, imperiosa”¹⁷⁰. Nuno Goulart Brandão, neste sentido, também afirma que “os valores-notícia reflectem sobretudo critérios de selecção do inesperado que é sempre o negativo, do que é tido por adquirido. A prática jornalística é, pois, particularmente sensível aos acontecimentos mais calamitosos, ou seja, mais

¹⁶⁸ **Rodrigues**, Adriano Duarte; “O acontecimento”, *op. cit.*, p.27

¹⁶⁹ **Ponte**, Cristina; *Leituras das Notícias*, *op. cit.*, p.38

¹⁷⁰ **Ponte**, Cristina; *Notícias e Silêncios – A cobertura da Sida no Diário de Notícias e no Correio da Manhã*, Porto Editora, Colecção Comunicação, 2004, p.12

receptivos ao público, seleccionando principalmente os mais espectaculares e dramáticos”¹⁷¹.

No caso das notícias sobre crimes, a grande dependência com as fontes oficiais, como a polícia, reitera determinados enquadramentos de inclusão, exclusão e hierarquização através dos quais estereótipos são reforçados. Desta forma, o retrato do crime reaviva, de forma negativa, os limites do comportamento normativo e a noção de ordem social. É através da expressão da violência, da desordem e da insegurança que as narrativas do crime atingem questões vitais do pulsar da vida em sociedade, “susceptíveis de firmar posições oficiais ao mesmo tempo que apelam a um posicionamento do público”¹⁷².

E uma vez que as “estórias” de crime são quase todas produzidas a partir das definições dos definidores primários institucionais, Stuart Hall *et al.*¹⁷³ constitui três formatos típicos de notícia de crime que, em conjunto, cobrem a maior parte das variantes de “estórias” de crime. O primeiro formato típico de notícia de crime é aquele que é relatado com base em afirmações da polícia acerca de investigações de um caso particular, que envolve uma reconstrução policial do acontecimento e pormenores da acção que estão a desenvolver. O segundo tipo, o “estado de guerra contra o crime”, normalmente é baseado em estatísticas de chefes de polícia ou do Ministério do Interior sobre crimes correntes, juntamente com a interpretação feita pelos porta-vozes do significado dos simples números – o que é a mais séria ameaça, onde tem havido mais sucesso policial, etc. E por fim, o terceiro formato típico de notícia, o material de apoio à reportagem do crime, como a estória baseada num caso de tribunal: alguns, onde o caso é considerado ser especialmente noticiável, seguindo os acontecimentos relativos ao julgamento dia-a-dia, outros, onde apenas o dia da sentença e especialmente as observações do juiz são consideradas noticiáveis, e ainda outros que consistem meramente de relatos breves e sumários. Por exemplo, o relato do “caso da Borracheira” foi apresentado, como iremos ver adiante, de acordo com o primeiro e o terceiro tipo de notícias de crime, tanto na imprensa regional como na nacional.

¹⁷¹ **Brandão**, Nuno Goulart; *O Espectáculo das Notícias – A televisão generalista e a cobertura dos telejornais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p.159

¹⁷² **Penedo**, Cristina; *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p.42

¹⁷³ **Hall**, Stuart *et al.*; “A produção das notícias: O *mugging* nos media”, *op. cit.*, pp.239-240

O consumo de *fait-divers*

“A curiosidade informativa é uma forma da curiosidade humana”¹⁷⁴ e por isso questões relacionadas com as pessoas, com a sua vida íntima passaram a ser de interesse público e consequentemente de interesse jornalístico. Foi sobretudo a partir da década de 60 que surge um novo tipo de agenda nos *media*, onde os temas sociais começam a ganhar espaço na sociedade em geral e no jornalismo. Este novo tipo de agenda centra-se especialmente no interesse em “como o indivíduo constrói a sua vida”. Os temas voltados para o homem individual, para o rosto humano e, consequentemente para as notícias *light*, orientadas pelo conceito de *fait-divers*, começaram assim a figurar nas primeiras páginas dos jornais.

Tal como esclarece Anabela Gradim¹⁷⁵, *fait-divers* são “pequenas notícias de temática muito diversificada que relatam aspectos curiosos do quotidiano. Nesta categoria costuma-se incluir pequenos escândalos, acidentes de carro, crimes terríveis, chuvas torrenciais, naufrágios, incêndios, ou seja, “regra geral, todo o facto suficientemente curioso, ou pela sua originalidade ou pelas coincidências que envolve, susceptível de gerar uma notícia”. Se bem que por vezes se desvalorizam os *fait-divers* como “temas aparentemente marginais às instâncias de decisão política e económica, problemáticas da vida comum tradicionalmente consideradas de foro privado, como as relações familiares”¹⁷⁶.

O termo francês *fait-divers* foi introduzido em 1964 por Roland Barthes no seu livro *Essais Critiques*. Para o autor, o termo serve para significar factos diversos que cobrem escândalos e curiosidades e caracteriza-se como sinónimo da imprensa popular e sensacionalista. Roland Barthes explicava assim que “*fait divers* é uma notícia de ordem não classificada, dentro de um catálogo mundialmente conhecido (políticas, economia, guerras, espectáculos, ciências, etc); em outras palavras, seria uma informação monstruosa, análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes”¹⁷⁷.

¹⁷⁴ Fidalgo, António; *op. cit.*, p.2

¹⁷⁵ Gradim, Anabela; *op. cit.*, p.73

¹⁷⁶ Ponte, Cristina; *Leituras das Notícias*, *op. cit.*, p.41

¹⁷⁷ Barthes, Roland; *Essais Critiques*, Paris, Editions de Seuil, 1964, pp.188-189 *apud* Dejavite, Fábica Angélica; “O poder do *fait-divers* no jornalismo: Humor, Espectáculo e Emoção”, Campo Grande, INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, *in*

Particularizando mais a definição, Roland Barthes afirma que *fait-divers* “é uma informação total, ou mais precisamente, imanente, que contém em si todo o seu saber: não é preciso conhecer nada do mundo para consumir *fait divers*; ele não remete a nada além dele próprio; evidentemente, seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassinatos, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo que remete ao homem: à sua história, à sua alienação, aos seus fantasmas, aos seus sonhos, aos seus medos [...] no nível da leitura, tudo é dado num *fait divers*: suas circunstâncias, suas causas, seu passado, seus desenlaces; sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato que não remete a nada de implícito”¹⁷⁸.

Como afirma Jean Baudrillard, “o que caracteriza a sociedade de consumo é a *universalidade* do «*fait-divers*» na comunicação de massa” e o seu “lugar de consumo”¹⁷⁹ é a vida quotidiana. Toda a informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma forma, “simultaneamente anódina e miraculosa do *fait-divers*” e também se actualiza integralmente, isto é, “aparece dramatizada no modo espectacular – e permanece de todo inactualizada, distanciada pelos meios de comunicação”¹⁸⁰. O que nos leva a crer que assuntos de grande interesse da sociedade e que ocupavam grande parte das páginas dos jornais começaram a ser reduzidos a *fait-divers*. No entanto, para Denis McQuail, “há um ponto de contraste entre informação e interesse humano, implicando que a primeira tem a ver com informação séria e o último com outra coisa qualquer, talvez entretenimento, personalização ou sensacionalismo”¹⁸¹.

Ainda que o conteúdo do sensacionalismo seja definido como *fait divers*, entendendo-se como tal notícias variadas de importância circunstancial, constituindo-se como elemento fundamental para promover o entretenimento no noticiário, a realidade é que, o que domina esse tipo de notícias é a questão da violência. Assim, a violência a ser transportada para o mundo do sensacional, aparece romantizada no quotidiano do público, transformando, ainda que imaginariamente, a sua realidade. Relativamente a esta questão o pesquisador francês, Edgar Morin, observa que, nos *fait divers*, o limite do real ou do inesperado, o bizarro, o crime, o acidente, a aventura, irrompem na vida

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2DEJAVITE.PDF>, pp.7-8, consultado a 18/05/10

¹⁷⁸ *Idem*, p.7

¹⁷⁹ Baudrillard, Jean; *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1991, p.24

¹⁸⁰ *Ibidem*

¹⁸¹ McQuail, Denis; *op. cit.*, p.344

quotidiana. Ele acredita que “nos *fait divers*, as protecções da vida normal são interrompidas pelo acidente, catástrofe, crime, paixão, ciúmes, sadismo. O universo dos *fait divers* tem em comum com o imaginário (o sonho, o romance, o filme) o desejo de enfrentar a ordem das coisas, violar os tabus, levar ao limite, à lógica das paixões”¹⁸².

Os *media* acabam sempre por dar grande atenção a histórias de figuras ameaçadoras, numa lógica melodramática onde intervém o vilão, a vítima e o justiceiro e com grande estereotipização destas personagens. Tal como numa verdadeira história dramática, possivelmente surgirá sempre “o polícia bom”, “a vítima indefesa” e o “criminoso”. Esta organização das narrativas de *fait-divers* faz com que assuntos que eram tidos como os pilares da sociedade – as relações políticas, sociais, culturais e económicas – sejam agora “dramatizados” e apareçam no modo “espectacular” de informação. E desta forma, diariamente as pessoas são confrontadas com informações de crimes como homicídios, raptos, roubos e outros delitos menos frequentes mas com grande impacto social devido à violência com que são realizados.

A Representação Social da Criminalidade

A compreensão dos valores morais tem sofrido grandes alterações ao longo dos últimos anos. Os meios de comunicação social exercem um papel importante neste processo de transformação individual e social, uma vez que introduzem e reflectem novas atitudes e novos estilos de vida. A função dos *media*, além de informar, caracteriza-se também por “formar” a sociedade, no que se refere à consciencialização, aprovação dos valores morais e formação da opinião pública, ou seja, os meios de comunicação de massa servem para reafirmar as normas sociais, expondo os desvios destas normas ao público.

Esta mudança de orientação na investigação comunicativa e o interesse dos *media* ligado a questões morais, nomeadamente o tratamento mediático da criminalidade e dos problemas sociais a ela associados, ganha relevância como referimos na década de 70, onde “os *media* surgem inseridos numa complexa rede de relações institucionais, e actuam como construtores da realidade social, na medida em

¹⁸² **Morin**, Edgar; *L’Esprit du Temps*, Paris, Bernard Grasset, 1962 *apud* **Agrimani**, Danilo; *Espreme que sai sangue: um estudo de sensacionalismo na imprensa*, São Paulo, Summus, 1995, p.26

que dão visibilidade, enquadramento e consistência a um conjunto de matérias difundidas, quer no plano de informação quer do entretenimento, que passam a ser partilhadas por uma comunidade”¹⁸³.

Os temas sociais começaram a ganhar grande espaço nos meios de comunicação social e os *media* começaram a dar mais atenção às questões da vida privada. O crime está de certa forma relacionado com essas questões privadas e como tal também passou a fazer parte da lista de notícias que compõem os vários jornais. Na verdade, o crime é visto como um movimento de ruptura com a ordem social, impondo descontinuidades a uma vida quotidiana que consideramos previsível. Como tal, o tratamento das questões sociais e do crime ganha grande projecção num duplo sentido. Por um lado, o crime constitui um tópico noticioso que transporta para o espaço público temas vitais relacionados com as formas de sociabilidade. As narrativas sobre a ordem, segurança, autoridade, valores, moral, configuram-se como matérias particularmente sensíveis à produção de conhecimento social. E por outro lado, o crime é, em simultâneo tema de grande carga dramática e emotiva, mobilizador de atenção do público e que, pelo seu potencial de noticiabilidade, se afirma como observatório do funcionamento dos *media*.

O crime é um tema muito apelativo e sedutor para atrair a atenção do público e pode por vezes resultar numa mistura das fronteiras entre informação e espectáculo, entre o dever de informar e o direito ao bom nome e à reserva da vida particular. É nesta mistura de fronteiras que por vezes surge a dita “imprensa sensacionalista”¹⁸⁴ que introduz a concepção de realidade como espectáculo. O sensacionalismo se, por um lado, aproxima o leitor, por outro, não consegue desassociar-se à chamada imprensa «cor-de-rosa» pela forma exagerada como trabalha a informação. Uma das principais

¹⁸³ **Penedo**, Cristina; *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, op. cit., p.29

¹⁸⁴ “Forma de produto mediático que aposta nas informações de grande impacto para atrair audiências. A origem deste género de imprensa remonta ao final do século XIX, quando, nos Estados Unidos da América, alguns jornais diários de grandes metrópoles entraram num intenso sistema concorrencial, que os levou a negligenciar o aspecto do rigor informativo em detrimento de formas sensacionais de apresentar as informações, mais apelativas para os leitores. O sensacionalismo pode revestir-se de várias formas: através de títulos de choque, de textos com pormenores que realçam exageradamente aspectos insólitos das situações, de fotografias (ou de fotomontagens) de grande impacto e baixo teor informativo. O sensacionalismo é, hoje, denunciado com um dos factores que contribuem para a chamada crise de credibilidade do jornalismo, pelo facto de restringir as preocupações com o rigor informativo” – *in Dicionário de Ciências da Comunicação*, op. cit, p.127

características das notícias de crime é a personalização, por lidar com o lado estereotipado e espectacular do rosto humano.

O sensacionalismo consiste na postura editorial adoptada por determinados meios de comunicação, caracterizado pelo exagero, pelo apelo emotivo e pelo uso de imagens fortes na cobertura de um facto jornalístico. Sensacionalismo, como o próprio radical do termo sugere, é tudo o que desperta sensações. Contudo, esclarecer o que é ou não o sensacionalismo jornalístico torna-se extremamente complicado, mas há uma característica única que visa procurar o sensacionalismo: o espectáculo mediático pretendido com a notícia. No entanto, a imprensa sensacionalista é normalmente a imprensa mais moralizadora, pois condena os desvios sociais à norma e é nas temáticas do crime que se encontram mais reforçados os valores sociais, culturais e morais de uma sociedade.

Os meios de comunicação actuam neste âmbito como sentinelas da vida social, com mais autonomia em relação às fontes oficiais no que diz respeito à sinalização do desvio e dos diversos tipos de irregularidades que toldam a ordem pública. O crime cumpre nesta perspectiva uma função social positiva, porque além de apresentar o “mau exemplo” e as repercussões desse acto criminoso, cria consensos em torno do que é juridicamente ou socialmente condenável. Assim, o crime com recurso à violência marca a distinção entre aqueles que fazem parte da sociedade e aqueles que estão “fora” dela.

As narrativas sobre o desvio ganham sentido ao serem contadas, acabando por se converterem em experiências socialmente partilhadas, residindo nisso mesmo, a sua pertinência mediática. A noção de desvio “está indissociavelmente ligada a um quadro normativo e a um conjunto de expectativas de um determinado grupo social, resultando de uma intensa rede de interacções sociais, onde um determinado comportamento desencadeia uma reacção”¹⁸⁵. Segundo Richard Ericson *et al.* o “desvio refere-se ao comportamento de uma coisa ou pessoa que se desvia do normal. Incluímos como desviante, não só as formas graves de comportamento anormal, como actos criminosos,

¹⁸⁵ **Penedo**, Cristina; *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, *op. cit.*, p.31

mas também o comportamento que se afasta de procedimentos organizacionais e as violações do conhecimento do senso comum”¹⁸⁶.

Deste modo, os *media* apresentam-se como instâncias de controlo informal, na medida em que trazem para o espaço público o crime e as suas personagens, dando-lhes visibilidade. Por outro lado, ao reescreverem o crime e ao transformarem uma ocorrência em acontecimento, estão a definir a transgressão, as suas causas, os seus actores, os problemas sociais que lhes estão associados e esboçam os limites do normativo, concorrendo desse modo para uma representação social do fenómeno. Como refere Cristina Penedo, “as histórias do crime são excertos do pulsar diário do mundo em que vivemos, a que os *media* estão particularmente atentos por exprimirem a ruptura, a descontinuidade, o desvio, emergentes da cadência previsível e rotineira do quotidiano”¹⁸⁷.

A constante presença de temáticas criminais nos actuais cenários mediáticos, deixa antever que se trata de um assunto de grande carga dramática e emotiva, potenciador da atenção do público, mas que é simultaneamente palco da vida colectiva, onde se exprimem desequilíbrios e tensões sociais, onde se revêem e avaliam actos e pessoas individualmente consideradas ou grupos e instâncias sociais. Quando um telejornal abre com um crime, a imprensa também não ignora esse forte elemento de projecção. Deste modo, os *media* actuam como importantes instrumentos de controlo social, uma vez que dão visibilidade, enquadramento e consistência a um conjunto de matérias difundidas. E o modo como configuram o crime é determinante para a representação social do fenómeno, uma vez que, o que se escreve e diz sobre ele pode levar à construção de estereótipos e estigmas associados.

Cristina Penedo realça a importância do “papel e protagonismo dos *media* enquanto mecanismos de controlo social no mundo moderno, onde através do crime, tema de intemporal interesse público, se produzem narrativas sobre a lei, a ordem e a estabilidade social”¹⁸⁸. A autora, relativamente ao papel dos *media* enquanto agentes de controlo, explica que “se pensarmos no individualismo e anonimato reinantes no tecido urbano e no desinteresse pela infracção no concreto, se pensarmos ainda no

¹⁸⁶ Ericson, Richard *et al.*; *op. cit.*, p.4

¹⁸⁷ Penedo, Cristina; *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, *op. cit.*, p.30

¹⁸⁸ *Idem*, p.76

enfraquecimento das redes de controlo social informal, agora transferidas quase exclusivamente para as instâncias de controlo formal – os profissionais da segurança e os mecanismos de vigilância electrónica, e se a isso juntarmos o crescendo e diversificação de fenómenos de marginalidade e exclusão social que tornam o espaço urbano num espaço enigmático, de receios difusos e insondáveis é fácil perceber como é nos *media* que as pessoas procuram referências para dar sentido e inteligibilidade ao mundo que as rodeia”¹⁸⁹.

As notícias sobre crime podem ter na verdade duas reacções: aumento do sentimento de segurança (caso o «mau» tenha sido capturado) ou a diminuição desse mesmo sentimento (quando o criminoso sai impune). Os meios de comunicação além do controlo social também detêm esse poder, o de conseguir alterar estados emocionais dos seus leitores. De qualquer forma, o crime passa a ser visto numa dupla acepção, como mal e remédio, uma vez que o confronto com a violação da regra, ao exprimir ameaça à paz e estabilidade social, tende a gerar consenso entre a população na necessidade de reposição da ordem, avivando na memória colectiva os limites do que está certo e do que é socialmente reprovável.

Vivendo num mundo da normalidade, o leitor ao ler notícias em que o criminoso é preso irá sentir-se mais seguro. O conhecimento desse tipo de notícias contribui para o dito “sentimento de segurança”. As pessoas precisam de sentir que as emoções positivas se sobrepõem às negativas, ou seja, que no final o Bem se sobrepõe ao Mal.

É por mexer com as emoções que a imprensa sensacionalista normalmente pode ser considerada como a imprensa mais moralizadora, pois tende sempre a condenar os desvios sociais à norma. Desta forma, este tipo de jornalismo consegue aproximar-se mais do seu público ao humanizar os factos. Assim, quando uma matéria jornalística salienta uma personagem, um facto que inicialmente seria amplo começa a ser particularizado ao exemplificar os efeitos que uma pessoa teve com o ocorrido. Contudo, somente a humanização da notícia não é por si só capaz de abranger a dimensão do contexto no qual o facto está inserido. As estatísticas e a personificação ou outros elementos que exploram a emoção são complementos necessários para a

¹⁸⁹ **Penedo**, Cristina; “O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas”, in *Revista Media & Jornalismo*, Nº3, Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2003, p. 96-97

elaboração noticiosa. As primeiras são necessárias para quantificar a dimensão do facto, num contexto mais vasto. As últimas, por sua vez, podem ser caracterizadas como qualificadoras da notícia. Imagens marcantes, textos líricos, acréscimo de detalhes, histórias dos envolvidos, entre outras táticas sensacionalistas, levam o leitor a perceber os sentimentos e as emoções que envolvem as vítimas, colocando-se nos seus lugares e predispondo-se a ajudar.

Quanto às notícias sobre crime aplicadas na constituição do discurso jornalístico, António Serra argumenta que “a própria qualificação de criminal (...) é na verdade fruto de apropriação de certos fatos, acontecimentos, personagens e sua tradução e recomposição em um produto que é o crime tal como apresentado na notícia. Daí decorre uma «naturalização» do crime, algo que está aí e que o jornal testemunha. (...) Se acrescentarmos que a prática da leitura do jornal é cotidiana, um espaço incorporado culturalmente à vida, ao qual recorreremos «naturalmente» para saber o que se passa, concluiremos que aí se instala, como coisa dada, como referência espontânea, um universo do qual somos solidários e do qual nos tornamos igualmente personagens”¹⁹⁰.

Crime, tema de discussão pública

O crime é uma das temáticas recorrentes nos meios de comunicação. Sem querermos encetar aqui um desenvolvimento alargado no âmbito do estudo dos efeitos cognitivos, interessa-nos contudo mencionar a questão da tematização, enquanto “processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas, dos grandes problemas políticos que constituem a opinião pública, através da acção determinante dos meios de comunicação de massas”¹⁹¹.

Na realidade, “toda a informação apela, de certo modo, a uma tomada de posição do público”¹⁹² e é na leitura dos acontecimentos, que o público pode assumir posições críticas, ou distanciadas, em relação aos códigos sugeridos na construção discursiva

¹⁹⁰ Serra, Antonio A; *O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, p.18 *apud* Moretzsohn, Sylvia; “Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social”, Universidade Federal Fluminense, s.d., in www.bocc.uff.br/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf, p.7 consultado a 21/04/10

¹⁹¹ Saperas, Eric; *op. cit.*, p.89

¹⁹² Fidalgo, António; *op. cit.*, p.2

utilizada pelos *media*. Como tal, a criminalidade é um tema emergente de discussão pública dado o seu valor projectivo em relação à vida em sociedade e aos males que em cada momento a assolam.

Numa comunidade, as notícias de crime podem servir como um foco para a articulação da moralidade partilhada e de sentimentos comuns. Steve Chibnall defende que estas notícias são “uma oportunidade não apenas para falar *para* a comunidade, mas para falar *pela* comunidade, contra tudo o que o criminoso representa, para delinear a forma de ameaça, para defender uma reacção, para elogiar em conformidade com as normas e valores estabelecidos e para avisar das consequências do desvio”¹⁹³. Em suma, as notícias de crime permitem que um jornal se aproprie da consciência moral dos seus leitores, uma vez que “dia após dia o crime reporta o trivial, o sentimental, o interesse humano da forma mais sensacional, no rosto das notícias de crime”¹⁹⁴.

As notícias de crime são um discurso sobre a “boa” ordem. Ao narrar um crime, não se descreve apenas o incidente, como também se expõe como ele poderia não ter ocorrido e porque ele não deveria existir. Quando se fala sobre crime, também se discute concretamente a justiça, a partir da existência do sofrimento da vítima. E é por isso, que normalmente os *media* tendem a privilegiar o ponto de vista da vítima na narração e descrição do crime. Perante essa forma de aparecimento do sofrimento do crime nos meios de comunicação, o que se solidifica na mente dos leitores é o sofrimento evitável tal como é concebido pelo populismo conservador: a ideia de que “se houvesse mais polícia”, “se as leis fossem mais rigorosas” e “se as prisões mantivessem os prisioneiros”, o sofrimento seria evitado.

A compaixão observa o sofrimento a partir de uma compreensão da responsabilidade. Essa compreensão tanto determina a inocência do sofredor, conforme procura os responsáveis pelo sofrimento se o sofredor é tido como vítima. Por outras palavras, a compaixão requer a crença de que a imoralidade causa sofrimento. Se o sofredor for tido como inocente, ou seja, se ele não teve o que merecia, a tendência do leitor será encontrar a causa do sofrimento na imoralidade de terceiros.

¹⁹³ Chibnall, Steve; *Law-and-Order News*, London, Taviustock Publications, 1977, p.x-xi

¹⁹⁴ *Idem*, p.48

Tudo que os meios de comunicação precisam é de arranjar “boas vítimas”, pois ao constituírem boas vítimas, as notícias estão a colocar o leitor num lugar não apenas de puro espectador mas também de envolvimento. John Langer acredita que “uma boa vítima é acima de tudo uma pessoa/personagem com quem cada um pode compadecer-se ou identificar-se. O processo que leva a esse compadecimento significa que a história da notícia tem de incorporar, de forma rápida, um modo pelo qual o leitor possa entrar em relação com os indivíduos envolvidos no evento”¹⁹⁵.

A imagem do criminoso e da vítima é construída de diferentes formas pelos meios de comunicação, ou seja, de acordo com o estatuto editorial de cada jornal essa imagem é realçada ou escondida conforme o ângulo de abordagem que se pretende destacar. No entanto, introduzimos uma questão fundamental nesta dissertação, que se prende com o crime ocorrido numa pequena comunidade. Em certos crimes de proximidade, o crime é de certa forma justificado, tenta-se desculpabilizar o criminoso dizendo que ele não é necessariamente “mau” mas que teve, por alguma razão, uma atitude “má”. Não significa que o sofrimento da vítima seja desvalorizado, apenas que a situação do agressor é tida também em conta. Salientamos, uma vez mais, o caso da Borracheira, onde um acto criminoso foi apelidado de “brincadeira que correu mal”.

Relativamente a esta questão, Carolina Sá Carvalho ilustra a mudança que a imagem do criminoso tem vindo a sofrer nos *media* desde a década de 80 até à actualidade. Revendo casos apresentados em 1983, onde os crimes de proximidade eram apresentados como *fait-divers*, a autora revela que “na maior parte desses crimes de proximidade, o crime é, de certa forma, justificado, e a notícia, conduzida do ponto de vista do agressor, a quem é dado espaço para se explicar. Em certo sentido, a própria situação é auto-explicativa, dadas as “paixões” que percebemos estar na origem dos crimes. Embora possamos imaginar o sofrimento da vítima esfaqueada com uma faca de pão, a notícia nos convida a recordar que muitas vezes discussões entre cônjuges “acirram os ânimos”. O marido descontrolado podia alegar que sofreu de insanidade temporária. De modo geral, os criminosos nessas notícias sobre crimes passionais não são intrinsecamente maus; estavam, sim, com sua consciência perturbada. Precisam aprender a controlar suas paixões como fazem os normais e, para tanto, nada como a

¹⁹⁵ Langer, John; “Truly Awful News on Television” in P. Dahlgren & C. Sparks (Eds.); *Journalism and popular culture*, London, 1992, p.116-117 *apud* Ponte, Cristina; *Leituras das Notícias*, *op. cit.*, p.39

disciplina das prisões. Em outras palavras, há uma comum humanidade entre o criminoso e a audiência”¹⁹⁶.

Acreditamos que no caso da Borrallheira, também houve esta “comum humanidade” entre os culpados e a comunidade envolvida, pois apesar do enfoque que os jornais deram à vítima (João Inácio), o facto de se intitular o crime como “brincadeira” transmite à partida também uma certa desculpabilização e minimização no acto dos culpados. Esta situação talvez aconteça por se desenrolar numa comunidade pequena, ligada por laços de afecto, amizade e parentesco.

Queremos desenvolver aqui a ideia que à desculpabilização do criminoso associamos também a ideia de protecção comunitária, ou seja, a ideia de que os males vêm de fora e que o que acontece “dentro” desse espaço comunitário é para ser resolvido com as pessoas que estão “dentro” da comunidade. Afinal o criminoso cresceu e foi educado com as pessoas da terra e como tal, mais facilmente lhe conseguem apontar as suas virtudes do que o responsabilizar pelos seus erros. Desta forma, a comunidade acredita que “não se diz mal do que é nosso” e assim, se certos assuntos não forem discutidos mais tarde certamente poderão ser esquecidos.

Partindo desta ideia, chegamos à questão fulcral desta dissertação que se prende com o facto de perante um caso de crime se o fechamento surge da própria comunidade envolvida ou dos próprios meios de comunicação da região, que à partida delimitam o espaço e o interesse cedido a um acontecimento criminal?

Aliás, é esse trabalho que pretendemos averiguar no próximo capítulo, dedicado à interpretação quantitativa e qualitativa do “caso da Borrallheira” em três jornais da região da Beira Interior e dois jornais de âmbito nacional, bem como uma comparação do enquadramento do caso feito entre estes três jornais regionais e os dois nacionais. No último capítulo desta dissertação tentaremos assim perceber que espaço foi cedido à abordagem deste crime em concreto, e como se processou toda a cobertura do caso.

¹⁹⁶ **Carvalho**, Carolina Sá *et al.*; “A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário do crime”, Porto Alegre, Revista FAMECOS, v.30, 2006, *in* www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/492/416, p.77, consultado a 18/04/10

Capítulo Quarto

PESQUISA EMPÍRICA

Nesta quarta e última parte da dissertação, iremos proceder à análise de caso, analisar uma situação real de como um crime, na zona da Covilhã, foi abordado por alguns dos jornais regionais, de que forma foi feita a cobertura jornalística pelos periódicos, tentando perceber como se estabeleceu a relação entre os jornalistas e a comunidade envolvida.

Importa perceber que ângulo usaram os *media* na abordagem ao caso, que linguagem utilizaram, que destaque lhe deram e que meios usaram para melhor completar as peças. Será feita uma análise quantitativa e qualitativa do discurso, de modo a compreender o discurso produzido sobretudo pela imprensa regional em torno de um caso criminal específico e também uma comparação do enquadramento feito pelos *media* regionais e nacionais. De notar, que o nosso principal objectivo é compreender como se processou a cobertura mediática do crime nos referidos jornais regionais, tendo sido escolhidos dois jornais nacionais apenas para se estabelecer uma base de comparação. Este objectivo pretende ser posteriormente reforçado com entrevistas realizadas aos directores dos respectivos jornais regionais e aos jornalistas desses mesmos periódicos, responsáveis na altura pela cobertura do caso.

O acontecimento em questão que ocorreu na Borrallheira, Covilhã, a 28 de Outubro de 2007 e foi julgado em Julho de 2009, mereceu grande destaque tanto pela imprensa regional como pela nacional. A situação envolve um grupo, maioritariamente jovens, que depois de uma noite passada a beber entre amigos decide amarrar um deles a um gradeamento do café, deixando-o preso o resto da noite. Ao amanhecer o homem que tinha sido atado seria encontrado morto.

Sendo um caso nada comum nesta região do país e envolvendo várias pessoas de uma mesma comunidade, interessa-nos analisar de que modo os jornais tratam a questão da proximidade e até que ponto são influenciados por ela, e de que modo a população se

fecha dificultando o trabalho aos profissionais da comunicação ou se são os próprios profissionais de órgãos de comunicação locais e regionais que preferem não explorar demasiado o caso para não expor as pessoas em questão, uma vez que como referimos anteriormente, se trata de uma comunidade pequena situada no interior do país.

Neste contexto, analisaremos a forma como estes órgãos de comunicação interpretaram o crime, que valor lhe atribuíram, o que mostraram aos seus leitores (tendo em conta os critérios de noticiabilidade que apresentámos no terceiro capítulo), que espaço lhe foi cedido no jornal, se utilizaram ou não fotografias e de que tipo, qual o tipo de linguagem utilizada para noticiar os factos, de que modo se processou a relação entre os jornalistas e as fontes na obtenção de novos dados, entre outros aspectos que entendemos como relevantes para se poder perceber como os *media* regionais abordaram este caso e se comparativamente aos *media* nacionais, se esta imprensa é mais complacente com os eventos desagradáveis ocorridos localmente do que a imprensa nacional.

Para este estudo foram escolhidos a nível regional, o jornal *Notícias da Covilhã*¹⁹⁷, o *Jornal do Fundão*¹⁹⁸ e o jornal *O Interior*. O primeiro por razões óbvias de proximidade do jornal com a população, o *Jornal do Fundão* por ser próximo tem uma grande expressão na Covilhã e o jornal *O Interior*, que apesar de ser sediado na Guarda, sempre se apresentou como um jornal da Guarda e da Covilhã, procurando uma aproximação entre estas duas cidades. Optámos por uma comparação de análise de conteúdo e do enquadramento¹⁹⁹ feito entre estes jornais regionais e dois nacionais (*Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*²⁰⁰) que também deram destaque ao “caso da Borracheira”. Seleccionámos o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, porque quisemos estabelecer uma comparação a dois jornais de âmbito nacional que também deram atenção ao caso e que têm boa penetração na região.

¹⁹⁷ Designado também pelas iniciais *NC* no decurso deste trabalho

¹⁹⁸ Designado também pelas iniciais *JF* no decurso deste trabalho

¹⁹⁹ Fazemos aqui uma distinção entre análise de conteúdo e análise do discurso/enquadramento, na medida em que atribuímos a vertente quantitativa à análise de conteúdo e a vertente qualitativa ao enquadramento.

²⁰⁰ Ambos pertencentes ao grupo PT Multimedia/Lusomundo Media, o mesmo grupo a que pertence também o *Jornal do Fundão*

Pretende-se neste plano conseguir dados mais aprofundados e compará-los relativamente ao discurso que os dois tipos de imprensa (nacional e regional) produzem sobre este crime, os seus personagens e as fontes de informação que sustentam a notícia. As metodologias, o período de amostra bem como o *corpus* de análise a utilizar neste trabalho serão descritos mais adiante.

Breve descrição dos jornais regionais seleccionados

Antes de iniciar a análise propriamente dita, importa conhecer as características dos referidos jornais regionais escolhidos para esta pesquisa. Começamos pelo semanário *Notícias da Covilhã* que com 97 anos de vida²⁰¹, se identifica segundo o seu Estatuto Editorial, “como jornal de inspiração cristã”²⁰². Promovendo, por isso, os valores e os direitos do homem com base na verdade, na justiça e na solidariedade. O *NC* é um semanário regional, que tem uma tiragem semanal de cerca de cinco mil exemplares e que se encontra “ao serviço das populações do eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco”²⁰³ e como tal preocupa-se, em primeira instância, com o desenvolvimento da cidade da Covilhã, da Cova da Beira e da Serra da Estrela e localidades envolventes.

O *Notícias da Covilhã*, de acordo com os valores expressos no Estatuto Editorial, orienta-se “por critérios de rigor, com independência dos grupos económicos e ideológicos, dando voz aos que não têm voz”, mas “recusa qualquer sensacionalismo informativo e a exposição da vida privada dos cidadãos”²⁰⁴. Isto explica o facto de este semanário noticiar os casos de crime sem grandes pormenores sensacionais e basear-se sobretudo nos factos apurados pelas entidades competentes. Assim, com base nestes critérios este semanário justifica o último ponto do seu Estatuto Editorial, onde

²⁰¹ O primeiro número do *Notícias da Covilhã* foi publicado a 18 de Maio de 1919 e sucedeu ao jornal *A Democracia* que já era publicado desde 12 de Janeiro de 1913

²⁰² *In* Estatuto Editorial, anexo 1

²⁰³ *Idem*

²⁰⁴ *Idem*

esclarece que o “*Notícias da Covilhã* rege-se pelas regras do bom senso e do bom gosto e tem como único limite, no apuramento dos factos, a honestidade da verdade”²⁰⁵.

O segundo jornal escolhido para esta pesquisa foi o *Jornal do Fundão*. Um dos semanários mais antigos do país e o mais lido da região, este jornal foi fundado em 1946 por António Paulouro, e é hoje um marco de referência no panorama da imprensa regional portuguesa, que “tem por escopo principal assegurar aos seus leitores e ao povo da Beira Interior o direito a uma informação objectiva, rigorosa e isenta”²⁰⁶. Com uma tiragem semanal de cerca de 17 mil exemplares e um universo de audiência que atinge os cem mil leitores²⁰⁷, é “reconhecidamente um elemento de coesão social da Beira Interior, bem como do desenvolvimento económico e cultural da região”²⁰⁸. Este semanário foi distinguido com a Ordem do Infante D. Henrique e tem no seu historial outros galardões como o Prémio “Gazeta” Imprensa Regional (1992) e homenagens das Universidades de Salamanca e da Comunidade Portuguesa em França. A sua zona de influência centra-se sobretudo no eixo geográfico que vai desde a região da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, pois o *Jornal do Fundão* “dedica particular atenção, na linha que lhe é tradicional, ao noticiário e à divulgação da Beira Interior”²⁰⁹. Além de ser líder de audiências no distrito de Castelo Branco, este semanário tem também uma expressiva audiência nacional.

Por último, apresentamos o jornal *O Interior*. Um semanário de informação geral, “orientado por critérios de criatividade e sem dependência de qualquer ordem”²¹⁰. A primeira edição deste jornal saiu a 14 de Janeiro de 2000. Um ano após a sua existência, o jornal ganhou o prémio “Gazeta” Imprensa Regional, uma distinção nacional levada a cabo pelo Clube de Jornalistas. Uma das suas principais estratégias face à concorrência foi a aposta “numa informação diversificada, abrangendo assuntos de carácter geral, na região do interior e transfronteiriça, procurando corresponder ao interesse e motivação de um público diverso”²¹¹. Apesar de estar sediado na Guarda, *O Interior* sempre demonstrou interesse em apostar na informação da vizinha Covilhã.

²⁰⁵ *Idem*

²⁰⁶ *In* Estatuto Editorial, anexo 2

²⁰⁷ *In* www.jornaldofundao.pt

²⁰⁸ *Idem*

²⁰⁹ *In* Estatuto Editorial, anexo 2

²¹⁰ *In* Estatuto Editorial, anexo 3

²¹¹ *Idem*

Destacar ainda que conforme explícito no Estatuto Editorial, *O Interior* “assume o compromisso” de “não abusar da boa fé dos leitores, encobrendo ou deturpando informação”²¹².

Metodologia e *corpus* de trabalho

Os *métodos de pesquisa* do presente estudo visam uma abordagem quantitativa e qualitativa às formas linguísticas das peças sobre o crime da Borrallheira. A investigação terá particular incidência sobre os títulos, selecção das fontes e fotografias que acompanham as respectivas peças. Utilizamos a análise de conteúdo na sua vertente quantitativa, enquanto recurso metodológico para uma compreensão objectiva do discurso produzido em torno das notícias sobre este crime específico. Serão realizadas diversas unidades de análise, como por exemplo, o número de peças de cada jornal, a posição (página par ou ímpar)²¹³, o tipo ou género de texto (notícia, entrevista, reportagem, editorial ou outro), descrição das personagens, dos actores e das fontes, tipos de fontes, entre outras categorias. Posteriormente, utilizamos a análise de discurso na sua vertente qualitativa para interpretação e enquadramento de determinada notícia, fazendo um levantamento das estruturas textuais, do vocabulário utilizado e sua significação, fontes e citações, entre outros. Aqui importa descortinar e comparar os enquadramentos textuais, investigando as formas como os jornais regionais e nacionais noticiaram o crime da Borrallheira.

O *objectivo deste trabalho* é aferir de que forma os jornalistas se relacionam com a comunidade num caso de crime e até que ponto a proximidade com essa mesma comunidade pode influenciar o modo como esse acontecimento é noticiado pela imprensa regional. O *objecto de estudo* circunscreveu-se às matérias referentes à cobertura do crime da Borrallheira, escolhidos segundo o período de amostra seleccionados. Aqui colocamos a seguintes *perguntas de investigação*: “Há diferenças significativas entre a imprensa regional e nacional no que respeita à cobertura mediática do crime?” e “Será que a cobertura mediática do crime varia consoante a abrangência

²¹² *Idem*

²¹³ Conforme provado em diversos estudos, as páginas ímpares são as primeiras a serem lidas, assim normalmente as notícias mais importantes, seja pelo seu conteúdo, actualidade ou outra razão, venham preferencialmente veiculadas em página ímpar.

geográfica do jornal, ou de acordo com outras circunstâncias como sejam o seu Estatuto Editorial?”.

Relembremos o caso: um acontecimento ocorrido na Borracheira, Covilhã, a 28 de Outubro de 2007, despoletou tanto o interesse da imprensa regional como da imprensa nacional pela singularidade do caso. Um residente da Borracheira, João Inácio, 42 anos, foi encontrado morto parcialmente preso a uma grade de uma janela de um café na aldeia, depois de ter estado durante a noite a consumir bebidas alcoólicas, com os então alegados responsáveis pela sua morte. Depois de o atarem, os acusados acabariam por abandonar o local, deixando a vítima com as mãos e pernas atadas por cordas. A vítima acabaria por falecer durante a noite, sendo encontrada de manhã pela sobrinha que deu o alerta às autoridades.

Tratando-se de um caso pouco comum nesta região do país e envolvendo várias pessoas de uma mesma comunidade, interessa-nos analisar de que modo os jornais reflectem a questão da proximidade, e de que modo a população se fecha dificultando o trabalho aos profissionais da comunicação.

I. Análise Quantitativa: Análise de Conteúdo

Primeiro, fizemos o levantamento de todas as peças escritas sobre o crime em questão nos cinco jornais referidos, até um mês depois da ocorrência do crime (28 de Outubro de 2007). Isto é, a última edição analisada é a do dia 29 de Novembro de 2007. Apesar de os três jornais regionais seleccionados (*Notícias da Covilhã*, *Jornal do Fundão*, *O Interior*) serem semanários, há diferenças significativas entre estes jornais de comunicação regional na representação do crime da Borracheira que importa analisar. Bem como, verificar quais as principais diferenças comparativamente aos dois jornais de panorama nacional (*Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*).

Resultados

Dentro do período de amostra seleccionado e conforme explícito na Tabela 1, o *Notícias da Covilhã* noticiou o caso duas vezes, em duas edições separadas, dedicadas ao acontecimento, chamando este caso pelas duas vezes à primeira página e na primeira edição fazendo mesmo manchete do crime. Já o *Jornal do Fundão* apesar de apenas ter referenciado o crime também em duas edições, realizou nove peças sobre o crime, tendo o crime sido chamado à primeira página nas duas edições, na primeira edição com foto principal do caso na capa. Por último, o jornal *O Interior* fez uma peça sobre o crime, relativamente ao acontecimento em si. A peça foi referenciada na primeira página, mas de forma mais discreta relativamente aos outros dois semanários.

Verifica-se assim que o destaque dado ao crime da Borrallheira não foi unânime por parte dos três jornais regionais. *O Interior* foi o que menos destaque deu ao crime, com apenas uma peça sobre o acontecimento. O *Notícias da Covilhã* optou por seguir de forma discreta o acontecimento em si, tendo realizado duas peças sobre o caso no primeiro mês. O *Jornal do Fundão* nas duas edições onde foi referenciado o caso, foi o que realizou mais peças sobre o crime nos diversos géneros jornalísticos.

Relativamente à localização das notícias nas páginas dos três jornais, ela varia consoante os jornais. O *Notícias da Covilhã* publicou o caso em “Local: Covilhã”. *O Interior* optou pela secção “Em foco”, página 2 do jornal. O *Jornal de Fundão* é o único com uma secção própria para este tipo de notícias, intitulado “Polícia”. Quanto à paginação, as peças sobre o crime da Borrallheira apareceram preferencialmente em páginas ímpares, mas podem variar de acordo com o espaço do jornal. É de notar, contudo, que comparativamente a outros casos de crime, o caso da Borrallheira teve mais destaque do que aquele que normalmente é cedido a casos de polícia, sendo por isso mais vezes chamado à primeira página.

Tabela 1: Destaque dado ao crime nos jornais regionais

	NC	JF	INTERIOR	Total
Total de peças sobre o crime	2	9	1	12
Total de edições em que o crime foi referenciado	2	2	1	5
Número de chamadas do crime à 1ª página	2	2	1	5

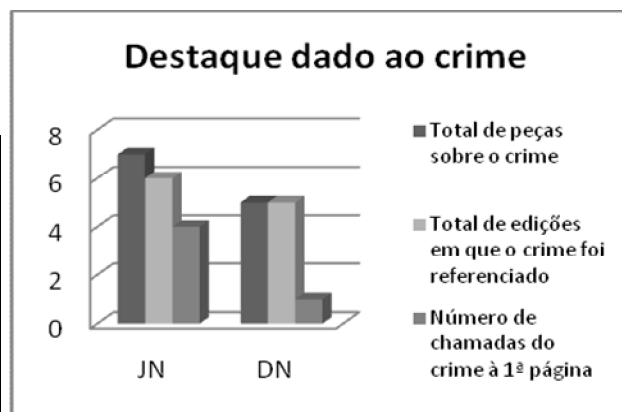


Quanto ao destaque dado pelos dois jornais nacionais (tabela 2), apesar de serem diários, fizeram no total o mesmo número de peças que os três semanários regionais. Embora devido à sua periodicidade o crime tenha sido referido em mais edições. Mesmo assim o crime da Borrallheira também foi chamado à primeira página por cinco vezes, sendo que o *Diário de Notícias* apenas referiu o crime na capa uma vez. Dos dois periódicos nacionais, o *Jornal de Notícias* foi o que deu mais destaque ao crime da Borrallheira, além de realizar mais peças sobre o crime também o referenciou em mais edições.

Relativamente à localização das notícias nas páginas dos dois jornais nacionais, o *DN* opta por colocar o caso na secção “Portugal” e apenas a reportagem na respectiva secção com o mesmo nome. O *JN* colocou duas das peças em “Primeiro Plano”, a ocupar as páginas dois e três, sendo que uma delas corresponde à reportagem. As outras peças sobre o caso aparecem inseridas na secção “Polícia e tribunais”. A paginação não apresenta nenhuma regra e as peças tanto aparecem em páginas ímpares como pares.

Tabela 2: Destaque dado ao crime nos jornais nacionais

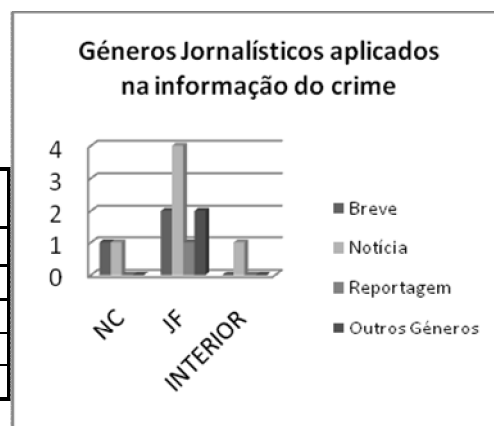
	JN	DN	Total
Total de peças sobre o crime	7	5	12
Total de edições em que o crime foi referenciado	6	5	11
Número de chamadas do crime à 1ª página	4	1	5



Quanto aos géneros jornalísticos aplicados na informação do crime (tabela 3), elas variam nos três jornais regionais, entre breves e notícias do *Notícias da Covilhã* até aos diversos géneros jornalísticos usados no *Jornal do Fundão*. Enquanto *O Interior* optou por realizar apenas uma notícia sobre o crime, o *Jornal do Fundão* variou entre notícias, breves e reportagem, sendo o único a ter realizado crónica e editorial com abordagem ao caso, que incluímos em “outros géneros”. O *Notícias da Covilhã* optou por uma notícia e uma breve. Verifica-se, assim, que o *Jornal do Fundão* foi o que teve uma maior aproximação ao local do crime, o que lhe permitiu explorar informações mais significativas para realizar a reportagem.

Tabela 3: Géneros Jornalísticos aplicados na informação do crime

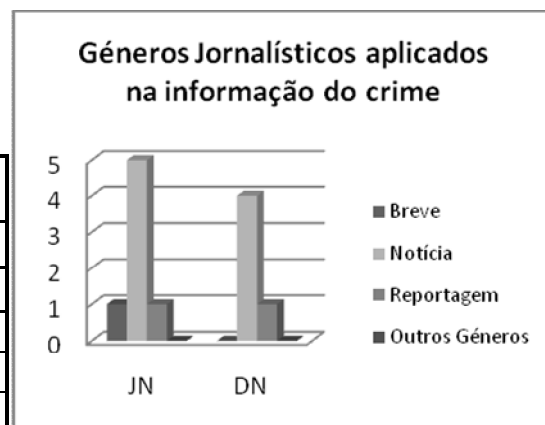
	NC		JF		INTERIOR		Total
	Nº peças	%	Nº peças	%	Nº peças	%	
Breve	1	50	2	22	0	0	3
Notícia	1	50	4	45	1	100	6
Reportagem	0	0	1	11	0	0	1
Outros	0	0	2	22	0	0	2
Total	2	100	9	100	1	100	12



Os jornais nacionais optaram preferencialmente por dois géneros jornalísticos (tabela 4): a notícia e a reportagem. O *Jornal de Notícias* além das cinco notícias e uma reportagem realizou também uma breve. O *Diário de Notícias* cingiu-se sobretudo ao uso de notícias, tendo realizado ainda uma reportagem na sua última edição sobre o caso.

Tabela 4: Géneros Jornalísticos aplicados na informação do crime

	JN		DN		Total
	Nº de peças	%	Nº de peças	%	
Breve	1	14	0	0	1
Notícia	5	72	4	80	9
Reportagem	1	14	1	20	2
Outros	0	0	0	0	0
Total	7	100	5	100	12



Relativamente ao local onde os jornais recolhem as informações para a produção das notícias (tabela 5), pretende-se perceber se a obtenção da informação sobre o caso da Borracheira, foi feita a partir da redacção ou do local do crime. Assim, saberemos se o jornalista esteve presente e se relatou o que viu ou se apenas se limitou ao que foi produzido por outras fontes. O *Jornal do Fundão* fez cinco peças a partir da redacção, incluindo aqui a crónica e o editorial e quatro do local do acontecimento. *O Interior* destaca-se por ter feito a sua única peça com informações que recolheu no local. Já o *Notícias da Covilhã* realizou as duas peças sobre o crime a partir da redacção.

Tabela 5: Local de obtenção da informação sobre o crime

	NC		JF		INTERIOR	
	Nº de peças	%	Nº de peças	%	Nº de peças	%
Redacção	2	100	5	56	0	0
Local do acontecimento	0	0	4	44	1	100
Total	2	100	9	100	1	100



Relativamente aos dois jornais nacionais seleccionados, o local de obtenção da informação é maioritariamente feita a partir do local de acontecimento (tabela 6). No entanto, aqui inserimos a vertente “mista” uma vez que tanto o *Jornal de Notícias* como o *Diário de Notícias* realizaram uma peça com mistura de informação obtida tanto no local, como também através da Agência *Lusa*.

Tabela 6: Local de obtenção da informação sobre o crime

	JN		DN	
	Nº de peças	%	Nº de peças	%
Redacção	0	0	0	0
Local do acontecimento	6	86	4	80
Misto	1	14	1	20
Total	7	100	5	100



Outra análise prende-se com o tipo de fontes que os jornalistas usam para enriquecer a sua peça (tabela 7). Por isso não é de estranhar, perante os dados acima referidos, que os jornais que mais vezes foram ao local do crime tenham uma maior quantidade de fontes populares ou de familiares. Uma vez que a análise recai sobre um crime específico o tipo de fontes usadas não varia muito entre os três periódicos, pois as fontes citadas são praticamente as mesmas.

Os três jornais recorreram sobretudo às fontes não oficiais na altura do crime. Visto que as fontes populares e familiares também costumam ser um bom suporte para os jornalistas, nomeadamente quando estes se deslocam aos locais e apanham facilmente as primeiras expressões e impressões. Os populares citados pelos jornais em poucas situações são identificados, recorrendo-se a expressões como “aldeão”, “popular” ou “vizinho”. Só assim os jornalistas conseguiam obter as informações. O *JF* aposta em ouvir populares ou familiares dos envolvidos, especialmente os familiares da vítima, não se coibindo de adjectivar situações e pessoas, como veremos adiante. No campo “outras” estão inseridas, por exemplo, as fontes referidas pelos jornais como “fontes ligadas à investigação” ou “testemunhas”.

Tabela 7: Tipo de fontes usadas na informação sobre o crime

Fontes	NC		JF		INTERIOR		Total
	Nº de ref.	%	Nº de ref.	%	Nº de ref.	%	
Oficiais	1	20	2	17	2	24	5
Populares	2	40	2	17	4	50	8
Familiares vítima	1	20	6	50	1	13	8
Familiares acusados	0	0	1	8	0	0	1
Outras	1	20	1	8	1	13	3
Total	5	100	12	100	8	100	25

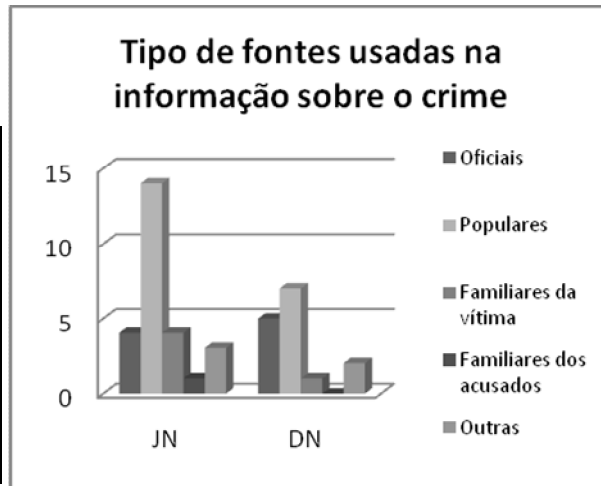


Nos jornais nacionais as fontes mais recorrentes foram os populares e a seguir, embora em menor quantidade, as fontes oficiais (tabela 8). No campo “outras” estão incluídas as fontes referidas pelos jornais como “fonte próxima do processo” ou “fonte ligada à investigação”. O *Jornal de Notícias* destaca-se por ser o que mais recorreu à população da Borrallheira para obter informações sobre o caso e também,

comparativamente ao *DN*, o que conseguiu obter mais testemunhos junto dos familiares da vítima.

Tabela 8: Tipo de fontes usadas na informação sobre o crime

Fontes	JN		DN		Total
	Nº de ref.	%	Nº de ref.	%	
Oficiais	4	15	5	33	9
Populares	14	54	7	47	21
Familiares da vítima	4	15	1	7	5
Familiares acusados	1	4	0	0	1
Outras	3	12	2	13	5
Total	26	100	15	100	41



O uso de fotografia numa peça jornalística ajuda o leitor a identificar o local do crime, da vítima, do homicida ou de qualquer outra personagem que possa ser reconhecida. As imagens têm o poder de conduzir o leitor até ao local dos acontecimentos e a possibilidade dos jornais mostrarem a quem lê o local do crime bem como as pessoas envolvidas é sempre uma mais-valia para a peça noticiosa. Contudo, as fotos nem sempre são fotos do momento em que o acontecimento ocorre. Quando não há possibilidade de o jornalista fotografar o acontecimento, normalmente recorre-se ao arquivo fotográfico do jornal, de forma a complementar a informação (tabela 9). Designa-se por isso, por fotos actuais ou fotos de arquivo e normalmente vem mencionado na foto para que o leitor perceba e identifique. Assim, se a foto vier assinada pelo jornalista que escreveu a notícia é uma foto actual, se não estiver assinada ou se estiver referenciada como “arquivo” é porque a foto não é actual e fazia parte do arquivo fotográfico do jornal.

O *Jornal do Fundão* foi o que mais utilizou fotos para ilustrar as matérias noticiosas relativas ao crime, de salientar que, neste caso específico, considerámos como foto actual, uma foto da vítima que apenas o *JF* teve acesso na altura da reportagem e também duas fotos dos pais da vítima que apesar de não ter sido o *JF* a tirar estavam assinadas como “direitos reservados” e foram tiradas na altura do

acontecimento. O jornal *O Interior* e o *Notícias da Covilhã* usaram, respectivamente, duas fotos actuais.

Tabela 9: Inserção de fotografias sobre o crime

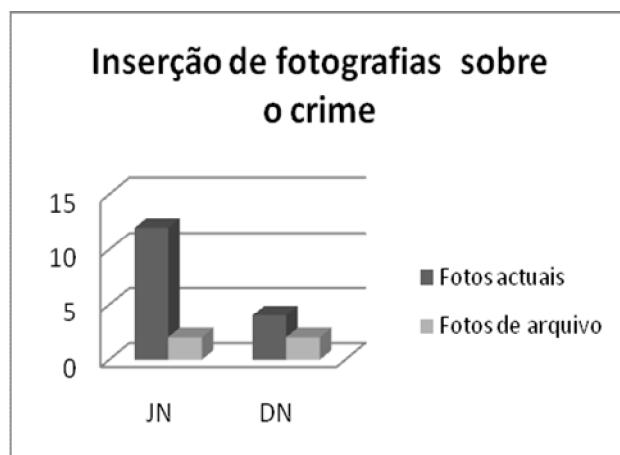
	NC		JF		INTERIOR	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Fotos actuais	2	100	6	100	2	100
Fotos arquivo	0	0	0	0	0	0
Total	2	100	6	100	2	100



O *Jornal de Notícias* foi o que mais complementou as suas peças com a inserção de fotografias, usando nas suas sete peças um total de 14 fotografias, colocando assim uma média de duas fotos por notícia. De notar, que no *Diário de Notícias* cinco das seis fotos usadas foram tiradas por um fotógrafo da *Lusa* e não pelo jornalista ou fotógrafo do respectivo periódico.

Tabela 10: Inserção de fotografias sobre o crime

	JN		DN	
	Quant.	%	Quant.	%
Fotos actuais	12	86	4	67
Fotos de arquivo	2	14	2	33
Total	14	100	6	100

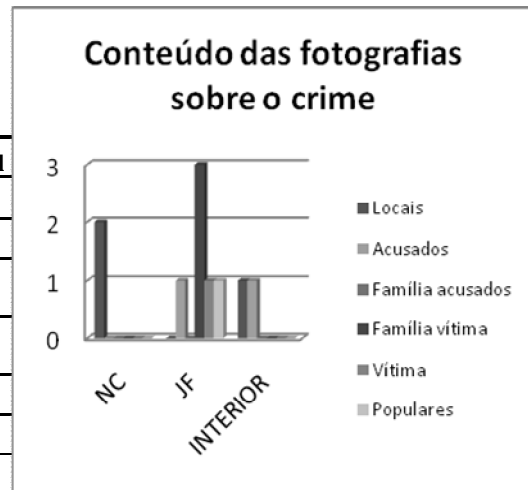


Quanto ao conteúdo das fotografias publicadas nas peças analisadas, a maior parte centra-se em fotografias de locais e da família da vítima (tabela 11). O *Jornal do Fundão* é o que possui maior variedade de conteúdo nas fotografias publicadas, sendo também o único a publicar uma foto da vítima. O acrescento por parte deste semanário fundanense, publicando uma foto da vítima de quando esta era mais nova, serve para humanizar a mesma e dar um rosto a todo o drama. Sendo também o único a publicar

fotos dos familiares da vítima. O *Notícias da Covilhã* interessa-se sobretudo por publicar fotos do local onde ocorreu o crime. O *Interior* apenas publica uma do local do crime e outra dos acusados. De realçar, que em nenhuma das fotos dos acusados publicadas pelos dois referidos semanários é possível reconhecer os intervenientes, uma vez que todas elas foram tiradas por trás ou contêm o rosto escondido.

Tabela 11: Conteúdo das fotografias sobre o crime

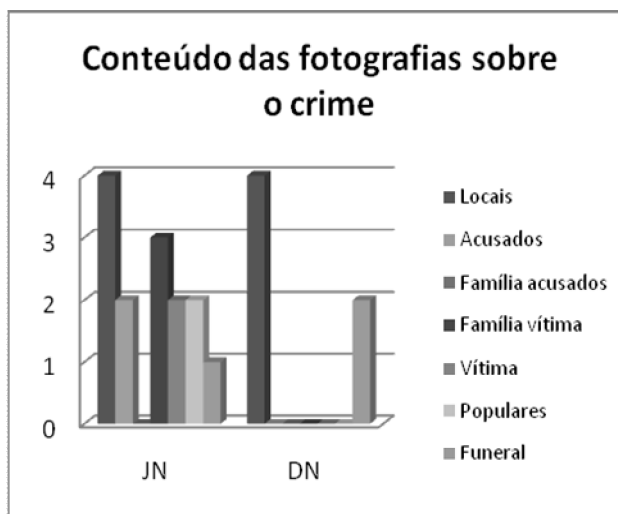
Conteúdo	NC		JF		INTERIOR		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Locais	2	100	0	0	1	50	3
Acusados	0	0	1	17	1	50	2
Família acusados	0	0	0	0	0	0	0
Família vítima	0	0	3	50	0	0	3
Vítima	0	0	1	17	0	0	1
Populares	0	0	1	17	0	0	1
Total	2	100	6	100	2	100	10



A preferência pelo conteúdo das fotografias nos jornais nacionais diferem (tabela 12). Contudo, estes dois jornais fotografaram um acontecimento que não foi registado por nenhum dos jornais regionais, o funeral da vítima. Mas enquanto o *Diário de Notícias* opta sobretudo por fotos de locais, seja do local do crime ou do local onde a vítima foi sepultada, o *Jornal de Notícias* possui uma maior variedade de conteúdo fotográfico. O *JN* publica por duas vezes foto do rosto da vítima e por três vezes fotos dos pais da vítima. Aliás, este diário é o único a não se coibir de fotografar o rosto de populares que prestaram declarações.

Tabela 12: Conteúdo das fotografias sobre o crime

Conteúdo	JN		DN		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Locais	4	30	4	67	8
Acusados	2	14	0	0	2
Família acusados	0	0	0	0	0
Família vítima	3	21	0	0	3
Vítima	2	14	0	0	2
Populares	2	14	0	0	2
Funeral	1	7	2	33	3
Total	14	100	6	100	20



II. Análise Qualitativa: Discurso e Enquadramento no “caso da Borracheira”

A análise qualitativa torna-se imperativa na análise dos trabalhos jornalísticos, já que a análise quantitativa não abrange todo o tipo de cenários. Assim, a análise qualitativa do discurso jornalístico permite fazer uma abordagem mais interpretativa do que foi contabilizado na análise quantitativa.

Um aspecto que nos interessa trabalhar e isolar nesta dissertação, que se encontra dentro dos estudos linguísticos e teorias do jornalismo é o estudo da teoria do enquadramento ou *framing*. O conceito de enquadramento (*framing*) ficou particularmente conhecido na obra *Frame Analysis: Na Essay on the Organization of Experience* do sociólogo norte-americano Erving Goffman. Este autor definiu os enquadramentos (*frames*) como “construções mentais que permitem aos seus utilizadores localizar, perceber, identificar e catalogar um número infinito de ocorrências concretas”²¹⁴.

Destacamos aqui a importância dos *frames* enquanto “quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais, auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências”²¹⁵. Mais especificamente, “um enquadramento é uma ideia central organizada para o conteúdo jornalístico que fornece um contexto e sugere uma problemática através da utilização de selecções: a ênfase, exclusão e elaboração”²¹⁶.

Os enquadramentos (*frames*) são, de certa forma, elementos cognitivos que estruturam a selecção daquilo que é mais saliente, o que é mais importante na realidade, o que merece ou não ser transformado em notícia, qual o interesse público, ou seja, quais as partes da realidade que irão ser passadas para informação e de que maneira essa informação deve ser passada ao público. Desta forma, os *frames* são elementos básicos

²¹⁴ **Goffman**, Erving; *Frame Analysis*, Boston, Northeastern University Press, 1986, p.21 *apud* **Correia**, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, LabCom, 2009, p.69

²¹⁵ **Correia**, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, *op. cit.*, p.72

²¹⁶ Tankard, Endrickson, Sillberman, Bliss and Ghanen, 1991 *in* **Reese**, Stephen D.; “Prologue - Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research” *in* *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the SocialWorld*, 2003, p.10 *apud* **Correia**, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, *op. cit.*, p.72

que governam os acontecimentos sociais e que se apresentam como dispositivos inclusivos e exclusivos, uma vez que ao incluírem certas acções e mensagens estão simultaneamente a excluir outras. E os *media* são considerados assim a “moldura de uma janela” pela qual a opinião pública entrará em contacto com uma parcela da realidade.

O processo de enquadramento simbólico pode ser feito através de uma abordagem quantitativa, procurando as palavras-chave e a linguagem comum que nos permite identificar um *frame*. Como refere João Carlos Correia²¹⁷, para identificar um *frame* há elementos que no plano simbólico e discursivo de um texto podem ser analisados: a) Manchetes e Títulos; b) Subtítulos; c) Fotografias; d) Legendas fotográficas; e) Leads; f) Selecção das fontes; g) Citações seleccionadas; h) Realce das citações; i) Estatísticas e Gráficos; j) Parágrafos conclusivos; l) Metáforas e Estilo.

A leitura crítica incide sobre três jornais da região (*Notícias da Covilhã*, *Jornal do Fundão* e *O Interior*) e dois jornais nacionais (*Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*). A amostra dos jornais refere-se ao período do primeiro mês após a ocorrência do crime (29/10/2007 a 29/11/2007)²¹⁸, totalizando uma análise de 16 exemplares²¹⁹, em que se procedeu ao enquadramento noticioso daquilo que veio a ser reconhecido como o “caso da Borracheira”.

Estabeleceu-se, assim, um *frame* com diversos elementos que nos permitiram chegar à realidade: o crime da Borracheira enquanto “brincadeira”. A ideia genérica de um grupo que bebe uns copos durante a noite e que em jeito de “brincadeira” prende uma das pessoas do grupo e que deixada ao abandono acaba por falecer durante a noite asfiziada pelo próprio vômito. O posicionamento inicial da população de que tudo não passou de uma “brincadeira” acabou por influenciar a posição que a maior parte dos jornalistas adoptaram perante o crime. Contudo, há jornais que acabam por ser mais críticos quanto a esta visão e outros mais condescendentes.

²¹⁷ **Correia**, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, op. cit., p.77

²¹⁸ Seleccionámos na amostra apenas o primeiro mês da ocorrência do caso, pois o que nos interessa sobretudo analisar é como foi feita a aproximação ao crime e à população envolvida no altura do acontecimento imediato e assim, estabelecer uma comparação entre os jornais regionais e nacionais.

²¹⁹ Os 16 exemplares dizem respeito ao total de edições sobre o crime que saíram no período de amostra dos referidos jornais seleccionados: dois exemplares do *Notícias da Covilhã*, dois do *Jornal do Fundão*, um de *O Interior*, seis do *Jornal de Notícias* e cinco do *Diário de Notícias*.

1. Estruturas textuais

Uma das formas de melhor começar a análise será focar o que primeiro costuma chegar ao leitor: o título. Afinal, “os títulos anunciam o texto jornalístico que encabeçam, e são aquilo que em primeiro lugar o leitor apreende quando se debruça sobre as páginas de um jornal”²²⁰. Todas as matérias editadas em jornais são encabeçadas por um título que pode ser informativo, apelativo, emotivo, dependendo da sua função. Antes do título pode surgir um antetítulo para situar o acontecimento e depois surge por vezes um subtítulo, quase como uma entrada mais ou menos desenvolvida. A entrada mais comum a seguir ao título é o *superlead* que tem como função sintetizar e sublinhar aspectos importantes que constem no texto, de forma a estimular o leitor a prosseguir com a leitura. O primeiro parágrafo da peça jornalístico é, como já referimos, o mais importante e que constitui o *lead*. Este pode dividir-se em dois géneros: *lead* directo²²¹ – que resume com brevidade um acontecimento e responde imediatamente às questões “Quem”, “O quê”, “Onde”, “Como” e “Porquê” – e o *lead* retardado²²² – aquele que estimula a imaginação do leitor e o prepara para receber essas informações nos parágrafos seguintes.

Na análise dos títulos utilizámos quatro termos que definem a tendência do título²²³. “Emotiva” - quando o título apela somente à emoção do leitor; “Informativa” - quando o título se limita a informar dos factos; “Interpretativa” - quando o autor interpreta as notícias; e “Mista” – quando se encontra os três tipos de tendência.

Nos jornais regionais (tabela 1) os títulos mais usados foram do tipo emotivo (que *dramatizam a realidade*), havendo também grande recorrência ao tipo interpretativo, onde é aplicado um certo cunho pessoal do jornalista. Aliás, o acontecimento em si gera emotividade, quer da parte do leitor como do jornalista que tratou a matéria. Embora claro, o jornalista deva abstrair-se para que consiga ser o mais imparcial, objectivo e neutro possível no tratamento da informação. Como podemos verificar, o *Notícias da Covilhã* procura equilibrar a sensação emotiva com a

²²⁰ Gradim, Anabela; *op. cit.*, p.52

²²¹ Comum nas notícias do tipo *hard news*.

²²² Comum nas notícias do tipo *soft news*, reportagens ou curiosidades.

²²³ A análise de títulos utilizada é baseada na classificação usada pelo autor Jorge Pedro Sousa no seu livro *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2004, p.201

informação. O *Jornal do Fundão* recorre às várias tendências, usando cinco títulos interpretativos, três emotivos, três informativos e dois mistos. O *Interior* na única peça que realizou publicou um título (na capa) com tendência interpretativa e outro (no interior) com tendência informativa, em ambos denota-se um pouco de emoção para captar atenção aos títulos principais.

Em todos os jornais é destacado o termo “brincadeira” para substituir a ideia de crime. No entanto, o *JF* é o mais crítico no uso deste termo, fazendo mesmo o título “Não podemos aceitar o termo brincadeira” utilizando a citação de um familiar da vítima. É interessante notar que o *NC*, apesar de ter usado emotividade nos dois primeiros títulos, foi o único a fazer títulos meramente informativos como “Crime da Borracheira já tem mais dois arguidos” e “Seis arguidos no caso ‘Borracheira’”.

Quanto a outros componentes da notícia, como o encabeçamento das peças jornalísticas, também há diferenças a sublinhar. O *Notícias da Covilhã* na primeira edição sobre o caso fez capa com fotografia do café onde ocorreu o crime, acompanhado pelo título “Amarrado à morte” e pelo texto: “Uma ‘brincadeira’ de mau gosto dá em tragédia na Borracheira. Homem de 42 anos foi abandonado preso a uma grade, na madrugada de domingo, vindo a falecer. Os quatro suspeitos do crime estão em prisão preventiva” (*superlead*). Esta forma de exposição permite que o leitor facilmente identifique o acontecimento, com uma informação generalizada que lhe pode ser suficiente. Esta foi a única peça mais alargada do *NC* na altura do acontecimento, vindo novamente a noticiar o caso apenas no final do mês, não dando grande destaque na primeira página e realizando apenas uma breve sobre o assunto.

O *Jornal do Fundão* na primeira edição em que noticia o caso destaca-se por colocar uma foto dos pais da vítima na capa juntamente com “Crime na Borracheira” (antetítulo) e “A morte saiu à rua numa noite assim...” (título). O título metafórico de cariz emotivo volta a ser usado no interior, mas de forma mais sintetizada “A morte saiu à rua” (título). Logo nesta primeira edição, o director do *JF*, Fernando Paulouro Neves, decidiu escrever uma crónica sobre o insólito caso, intitulado de “Brincadeiras perigosas”. A peça no interior do jornal teve destaque de uma página completa, acompanhada novamente pela fotografia dos pais da vítima e com destaque a uma fotografia da própria vítima, bem como uma fotografia dos suspeitos à saída do tribunal

da Covilhã. De notar, que tanto o *JF* como o *NC* realizaram as primeiras peças a partir da Agência *Lusa*.

O *Jornal do Fundão* foi o único a fazer uma reportagem na altura do acontecimento, fazendo no entanto uma chamada mais discreta ao caso na sua segunda edição devido a questões de agendamento²²⁴. Na capa surge apenas o título “A aldeia que mudou depois do crime” e “O luto será uma longa caminhada na freguesia de Borrallheira. O sentimento de culpa adensa-se” (*superlead*). A reportagem no interior do jornal ocupou duas páginas, novamente com fotografias dos familiares e da própria vítima. Todo o texto é profundamente emotivo, assim como o encabeçamento da peça: “Aldeia mudou para sempre” (antetítulo); “Na Borrallheira o luto será uma dura e longa caminhada” (título); “Porque a sociedade actual teima em ‘cuspir’ nos mais frágeis, a população da Borrallheira vive hoje com uma profunda culpa. Ninguém fez nada para salvar João Inácio...” (*superlead*). Nesta edição foi também realizado um editorial sobre o caso intitulado “A espantosa realidade das coisas”.

O jornal *O Interior* foi o que menos destaque deu ao caso, realizando apenas uma edição sobre o caso na altura do acontecimento. A chamada à primeira página foi feita discretamente apenas com o título “Brincadeira de morte” e um pequeno texto “Homem de 42 anos foi amarrado e abandonado no centro da aldeia por um grupo de indivíduos, quatro dos quais já estão em prisão preventiva”. A peça aparece logo na segunda página do jornal com destaque de página inteira, acompanhado por duas fotografias, uma de quatro suspeitos à saída do tribunal da Covilhã e outra da vitrina do café onde morreu a vítima e onde posteriormente foi afixado o seu próprio obituário.

Como se pode comprovar, dos três jornais regionais seleccionados o *Jornal do Fundão* foi o que deu mais visibilidade ao caso e com textos mais emotivos e dramáticos sobre o caso. O *Notícias da Covilhã* apesar de ter realizado duas peças, apenas a primeira teve maior destaque. O *Interior* foi o que menos visibilidade deu ao caso, realizando apenas uma peça na altura do acontecimento, mas tendo ido ao local do

²²⁴ Na semana a seguir ao crime da Borrallheira, deu-se o acidente na A-23 onde 17 pessoas perderam a vida e 20 ficaram feridas, devido a despiste de autocarro. O acidente ocorreu no dia 5 de Novembro de 2007, quando um autocarro e um ligeiro de passageiros colidiram, na A-23, no sentido Sul/Norte. Devido ao elevado número de mortes, este tema vigorou em todas as capas dos jornais durante as primeiras semanas do mês de Novembro, o que de certa forma fez com que o caso da Borrallheira fosse deixado para segundo plano.

crime para noticiar os factos. Assim, o *NC* e *O Interior* destacam-se do *JF*, pela maior imparcialidade cedida ao caso, apoiados quase sempre em citações implícitas que podem facilmente esconder a posição e a interpretação do jornalista.

De referir ainda que, todas as peças dos jornais regionais foram chamadas à primeira página e publicadas em páginas ímpares – correspondendo às páginas que se encontram à direita e que deste modo, captam mais atenção do leitor – exceptuando a peça do jornal *O Interior* que foi publicada em página par e as peças demasiado grandes que ocupam duas páginas, tal como aconteceu com a reportagem do *Jornal do Fundão*.

Tabela 1: Análise dos títulos nos três jornais regionais

Título	Tendência	Jornal	Dia	Página
Amarrado à morte	Emotiva	NC	1-Nov-07	1
“Brincadeira” dá em tragédia	Emotiva- Interpretativa	NC	1-Nov-07	9
Crime da Borracheira já tem mais dois arguidos	Informativa	NC	29-Nov-07	1
Seis arguidos no caso “Borracheira”	Informativa	NC	29-Nov-07	5
A morte saiu à rua numa noite assim...	Mista	JF	1-Nov-07	1
Brincadeiras perigosas	Interpretativa	JF	1-Nov-07	3
A morte saiu à rua	Emotiva- Interpretativa	JF	1-Nov-07	9
“O que está por trás disto é o excesso de álcool”	Informativa	JF	1-Nov-07	9
Família exige justiça	Mista	JF	1-Nov-07	9
A aldeia que mudou depois do crime	Interpretativa	JF	8-Nov-07	1
A espantosa realidade das coisas	Interpretativa	JF	8-Nov-07	2
Na Borracheira o luto será uma longa e dura caminhada	Emotiva- Interpretativa	JF	8-Nov-07	18
“Não podemos aceitar o termo brincadeira”	Informativa	JF	8-Nov-07	18
Aldeia volta a ser notícia mais de meio século depois	Interpretativa- Informativa	JF	8-Nov-07	18
Só a bicicleta não o abandonou	Emotiva	JF	8-Nov-07	19
Brincadeira de morte	Emotiva- Interpretativa	INTERIOR	1-Nov-07	1
“Brincadeira” acaba em morte na Borracheira	Emotiva- Informativa	INTERIOR	1-Nov-07	2

Nos dois jornais nacionais (tabela 2) existe uma clara diferença nas tendências utilizadas. Enquanto o *Jornal de Notícias* opta por títulos emotivos e interpretativos, o *Diário de Notícias* prefere os títulos informativos. No *JN* as peças foram publicadas maioritariamente em páginas ímpares e excepto a primeira e última peça todas foram chamadas à primeira página. O *DN* também publicou a maior parte das peças em páginas ímpares, mas apenas uma foi chamada à primeira página.

O *DN* e o *JN* tirando proveito da sua periodicidade, foram os primeiros a noticiar o crime no dia 29 de Outubro de 2007, relativamente aos jornais semanários anteriormente referidos, e como tal, também foram mais as edições em que o crime veio referenciado. O *JN* fez seis edições sobre o crime durante o mês de Novembro, enquanto o *DN* fez cinco. Na primeira edição, a 29 de Outubro, o *JN* faz uma pequena referência ao caso sem chamada à primeira página, sendo o título da peça apenas com tendência informativa. Na segunda edição, 30 de Outubro, o *JN* faz manchete a dar grande destaque ao crime com foto principal dos suspeitos à saída do Tribunal da Covilhã acompanhada de “Crime na Covilhã” (antetítulo); “Intoxicado com álcool foi amarrado e morreu por ‘simples’ brincadeira” (título) – claramente emotivo; e dois subtítulos: “São adolescentes dois dos quatro suspeitos de abandonar vizinho ao frio atado de pés e mãos”, “Tribunal decretou prisão preventiva para detidos, indiciados por homicídio qualificado”. A peça no interior aparece em primeiro plano, logo a ocupar toda a página dois e parte da página três. Uma peça também claramente emotiva com carga dramática, com foto principal dos pais da vítima e um quadro com descrições da vítima e dos suspeitos. Na terceira edição, 31 de Outubro, a chamada à primeira página é feita de forma mais discreta, com um título misto (informativo, interpretativo e emotivo): “Padre condena crime de malvadez e morte bárbara”.

No início do mês de Novembro, o *JN* faz uma reportagem sobre o caso, com foto dos pais da vítima na primeira página, com a legenda “Prazeres e Mário choram a morte de um filho ‘bondoso’” e onde se encontra também inserido o título “Nunca pensariam, talvez, que ele morresse” acompanhado do pequeno texto “Borracheira já enterrou João Inácio, o ‘boneco de cera’ que servia para umas brincadeiras” (*superlead*). A reportagem aparece novamente em primeiro plano com um título emotivo e um tanto ao quanto dramático “O boneco de cera com que todos se riam”; “Na aldeia da Covilhã,

que acordou domingo para um crime impensável, os fins de tarde à roda das ‘minis’ continuam os mesmos. ‘Todos viam’ que João era objecto de troça, mas nunca ninguém se lembrou de fazer nada...” (*superlead*). De notar que esta referência à vítima enquanto “boneco de cera” foi usada apenas pelo *JN*. A peça é acompanhada por fotos dos pais da vítima, a campa de João Inácio, do café em frente onde ocorreu o crime e de dois populares. Também foi dado grande destaque a três citações usadas por alguns populares: “Ia para a Borrallheira, vinha assim com um copito e era aí que o apanhavam”; “A brincadeira podia ser normal se o atassem por uns segundos para a gente se rir...”; “Só tenho para mim é que não o deviam ter abandonado. Faziam isso, mas ficavam a ver a situação do homem”. Depois de analisado o título e o *superlead* que acompanham a peça, juntamente com o destaque que foi dado a este tipo de citações, verifica-se que o *JN* demonstra ser bastante crítico quanto à postura dos populares relativamente ao crime da Borrallheira.

O *JN* volta novamente a pegar no caso a 5 de Novembro, com chamada à primeira página: “Homem morto por ‘brincadeira’ poderá ser desenterrado”. A peça que ocupa metade da página três é acompanhada pela foto da vítima e pela foto da campa onde João Inácio foi enterrado. O título da peça é igualmente emotivo, “Perseguido até na própria morte” e no *superlead* surge a explicação, “Homem encontrado morto preso à grade de um café terá sido sepultado em campa alheia”. Note-se que ao longo de toda a peça o jornalista se apoia em expressões construídas no futuro perfeito do indicativo na forma activa e passiva, tais como “poderá ser desenterrado”, “terá sido sepultado”, “terá morrido”, pois apesar de não haver certezas de que tal tenha acontecido ou venha a acontecer a crítica do jornalista fica patente.

O *Diário de Notícias* fez a primeira edição sobre o crime da Borrallheira a 29 de Outubro de 2007, com chamada à primeira página, “Homem morre amarrado a grades de café” (título); “Homem foi encontrado ontem em aldeia da Covilhã. PJ deteve quatro suspeitos do crime” (*superlead*). O *DN* opta assim por divulgar os dados do acontecimento de forma meramente informativa sem qualquer carga dramática ou emotiva. A peça no interior do jornal ocupa meia página, com fotografia da frente do café onde morreu João Inácio, acompanhado de “Covilhã. Vítima foi encontrada por um popular” (antetítulo); “Encontrado morto amarrado a gradeamento” (título); “Polícia

Judiciária deteve quatro suspeitos da morte de João Inácio” (*superlead*). Desta forma, o leitor com uma informação generalizada consegue identificar facilmente o acontecimento.

O *DN* volta a fazer mais quatro edições sobre o caso da Borracheira, embora nenhuma delas volte a ser chamada à primeira página. Na segunda edição em que o caso é referenciado, a 30 de Outubro, o *DN* faz uma peça que ocupa cerca de meia página novamente com foto da frente do café “O Regional” onde foi atada a vítima e com um título também informativo “PJ tem mais três suspeitos de crime em aldeia da Covilhã”. A 31 de Novembro, o *DN* faz uma peça acompanhado de foto sobre o funeral de João Inácio. “Covilhã. Indignação popular no funeral de João Inácio” (antetítulo); “‘Brincadeira’ foi ‘uma coisa mórbida’, diz padre” (título). O título apoiado em citações ajuda a esconder a posição e a interpretação pessoal do jornalista sendo reforçado com “diz o padre”, o que torna o título mais informativo e interpretativo do que emotivo.

Foi na última edição referente ao caso da Borracheira, a 3 de Novembro de 2007, que o *DN* aposta em fazer reportagem sobre o caso, com uma retrospectiva ao perfil da vítima e à sua vida, sendo assim das cinco edições a peça com maior destaque. “João Inácio. Tinha 42 anos, estava desempregado e era apontado como o “tolo da aldeia” na Borracheira, freguesia do Teixoso (Covilhã). Por causa disso, muitos brincavam com ele. Mas uma noite a brincadeira acabou em tragédia: foi amarrado e assim ficou até à morte. Ninguém parece ter-se apercebido disso em tempo útil” (antetítulo); “Ele não fazia mal a ninguém” (título); “Todos o conheciam na aldeia onde a sua vida acabou de forma trágica” (*superlead*). A peça de página inteira tem uma foto referente ao obituário de João Inácio afixado numa vitrine e que ocupa quase meia página do jornal. Ao canto inferior direito foi feita uma caixa a lembrar a noite do fatídico acontecimento, juntamente com uma foto do funeral da vítima.

Tabela 2: Análise dos títulos nos dois jornais nacionais

Título	Tendência	Jornal	Dia	Página
Homem encontrado morto amarrado a café	Informativa	JN	29-Out-07	10
Intoxicado com álcool foi amarrado e morreu por ‘simples’ brincadeira	Emotiva	JN	30-Out-07	1

Atado e “afogado” em álcool	Emotiva	JN	30-Out-07	2
“Afirmar superioridade com ser inferior”	Informativa	JN	30-Out-07	3
Padre condena crime de malvadez e morte bárbara	Mista	JN	31-Out-07	1
PJ busca imagens de ‘brincadeira’ fatal em telemóveis de suspeitos	Emotiva-Interpretativa	JN	31-Out-07	10
“Nunca pensariam, talvez, que ele morresse”	Informativa	JN	1-Nov-07	1
O boneco de cera com que todos se riam	Emotiva	JN	1-Nov-07	2
Homem morto por ‘brincadeira’ poderá ser desenterrado	Interpretativa	JN	5-Nov-07	1
Perseguido até na própria morte	Mista	JN	5-Nov-07	3
Acabaram-se as noitadas na Borracheira	Interpretativa-Informativa	JN	27-Nov-07	14
Morreu amarrado a grades de café	Informativa	DN	29-Out-07	1
Encontrado morto amarrado a gradeamento	Informativa	DN	29-Out-07	23
PJ tem mais três suspeitos de crime em aldeia da Covilhã	Informativa	DN	30-Out-07	21
“Brincadeira” foi “uma coisa mórbida”, diz padre	Informativa-Interpretativa	DN	31-Out-07	24
Autoridades desconhecem existência de imagens da morte	Informativa	DN	1-Nov-07	24
“Ele não fazia mal a ninguém”	Informativa	DN	3-Nov-07	9

2. Vocabulário utilizado e significado

O vocabulário usado revela as intenções do enunciador, e neste caso as intenções do jornalista ou jornal. O jornalista ao noticiar um facto tende a escolher certas palavras que melhor se adaptam ao que quer referenciar e as que melhor espelham a sua visão do acontecimento. Na análise ao vocabulário usado pelos jornalistas dos cinco jornais centrámos-nos, principalmente, no factor de proximidade, na descrição da vítima e do crime. Depois, analisaremos os verbos e tempos verbais, bem como o uso de adjectivos, advérbios e figuras de estilo também utilizados na descrição do crime. Importa assim perceber de que forma os cinco jornais²²⁵ transmitiram a informação, nomeadamente o

²²⁵ Continuaremos, contudo, a diferenciar os jornais regionais dos nacionais, usando tabelas separadamente.

ângulo de abordagem usado num caso pouco usual e que ocorreu no seio de uma comunidade.

a) Proximidade: Quisemos perceber se há diferenças entre o tratamento jornalístico de proximidade e o de âmbito nacional. E se o facto de o crime ter ocorrido numa zona perto do jornalista e dos jornais regionais influenciou o modo como a informação foi transmitida pelos mesmos. Fizemos, então, um levantamento do número de vezes que as palavras²²⁶ «aldeia», «Borralheira», «conterrâneo», «família», «população» e «vizinho» apareceram transcritas nos jornais.

Em termos de proximidade (tabela 3) o *Jornal do Fundão* destaca-se por ser o que mais vezes se referiu às famílias dos envolvidos, bem como à população e local do acontecimento. O *JF* foi assim aquele que mais importância deu aos dramas familiares e daí o elevado número de palavras que se referem à família. O *Notícias da Covilhã* preferiu generalizar mais o caso não dando tanto enfoque às pessoas e aos dramas pessoais. Daí uma linguagem mais abrangente com recurso às palavras «aldeia», «Borralheira» e «população». O jornal *O Interior* ficou mais próximo dos vizinhos e habitantes que deram informações sobre os envolvidos e o caso em si, mas à semelhança do *NC* também com uma linguagem abrangente no que se refere ao local.

Tabela 3: Análise de palavras de proximidade nos três jornais regionais

Proximidade	NC	JF	INTERIOR	Total
Aldeia	5	15	4	24
Borralheira	7	25	4	36
Conterrâneo	2	2	2	6
Família	2	39	4	45
População	7	12	3	22
Vizinho	1	1	6	8

Os jornais nacionais, em termos de proximidade (tabela 4), remeteram-se mais para o local do acontecimento, ou seja, «Borralheira» e «Aldeia». Uma vez que são jornais de âmbito nacional, é importante para os seus leitores que o local do

²²⁶ No levantamento inserimos nestas palavras-chave aquelas palavras que tinham a mesma conotação e/ou que fossem derivados. No caso de «família» foram ainda inseridas as palavras «pai», «mãe» e similares.

acontecimento seja mais destacado e com mais precisão, para que estes possam facilmente identificar o local, dado que não diz respeito à sua zona de habitação.

No entanto, além do local tantas vezes referido, o *Jornal de Notícias* destaca-se por ser o que mais próximo chegou da família dos intervenientes e por abordar o drama familiar vivido pelos entes mais próximos da vítima, o que se pode comprovar pelo elevado número de vezes que a palavra «família» ou seus derivados constam nas suas peças. O *Diário de Notícias* ficou mais próximo da comunidade vizinha, e das vezes que citou fontes próximas foi através do relato de vizinhos e populares. Contudo, o *DN* remete-se na maioria das suas peças apenas ao local do acontecimento.

Tabela 4: Análise de palavras de proximidade nos dois jornais nacionais

Proximidade	JN	DN	Total
Aldeia	17	23	40
Borralheira	20	16	36
Conterrâneo	3	2	5
Família	36	9	45
População	3	7	10
Vizinho	13	10	23

b) Descrição da vítima: Importa saber também de que forma os jornais descreveram a vítima. De notar que nos adjectivos encontrados, e que servem para descrever a vítima, nenhum tem uma conotação negativa, o que não acontece em relação aos acusados como veremos adiante. Mesmo o facto de a vítima ter o hábito de consumir bebidas alcoólicas, é descrito pelos jornais como “hábito de beber uns copitos” ou “às vezes bebia uns copos a mais”, citações e expressões usadas pela população vizinha para descrever a vítima.

Nos jornais regionais analisados (tabela 5), o nome da vítima, ou a sua alcunha (Maná), aparecem 42 vezes, sendo o *JF* quem mais utiliza. «Divorciado» é referido cinco vezes, «pacato» duas vezes, «desempregado» e «doente» são adjectivos que aparecem por duas e três vezes, respectivamente. Sendo que o *NC* nunca adjectiva a vítima como «doente» e o *JF* nunca faz referência à palavra «desempregado», frisando mesmo que a vítima era “quem apoiava os pais”. O *Interior* faz a mesma descrição da

vítima, mas apesar de não dizer a palavra «pacato», cita um popular que refere que “ninguém tinha razão de queixa dele”.

Tabela 5: Análise de palavras da descrição na vítima nos jornais regionais

Descrição da vítima	NC	JF	INTERIOR	Total
Desempregado	1	0	1	2
Divorciado	1	3	1	5
Doente ²²⁷	0	2	1	3
João Inácio	14	21	7	42
Pacato ²²⁸	1	1	0	2

O *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias* (tabela 6) quando falam da vítima referem sobretudo o seu nome e alcunha, daí estes aparecerem escritos 75 vezes. Porém, o *DN* é o único a revelar a sua alcunha. Ambos os jornais usam expressões para caracterizar a vítima que não foram descritas pelos jornais regionais, tais como “boneco de cera”, “bobo da corte” e “tolo da aldeia”. Referências novas que os jornais regionais optaram por não transmitir. Também o *JN* refere que a vítima faleceu embriagada e o *DN* cita igualmente alguns populares para referir que João Inácio “de vez em quando bebia alguns copitos a mais”. O *JN* na segunda edição sobre o caso faz uma caixa com uma fotografia da vítima e descreve-a como “um homem solidário, sossegado e humilde”. Aliás, também o *DN* começa a sua última peça com “«Ele não fazia mal a ninguém». Esta característica parece ser a que melhor define João Inácio”²²⁹. Esta ideia de que a vítima era uma pessoa bondosa e pacata foi transmitida de diversas formas em todos os jornais. E o único defeito que se lhe aponta é suavizado, tal como descreve o *DN*, a vítima “não tinha, em rigor, grandes defeitos, garante quem com ele convivia (...) A não ser «gostar de um copito»”²³⁰.

²²⁷ À palavra «doente» associámos também a palavra «asmático»

²²⁸ À palavra «pacato» associámos também alguns sinónimos como por exemplo «sossegado» e «calmo».

²²⁹ *Diário de Notícias*, 3 de Novembro de 2007, p.9

²³⁰ *Ibidem*

Tabela 6: Análise de palavras da descrição na vítima nos jornais nacionais

Descrição da vítima	JN	DN	Total
Desempregado	2	2	4
Divorciado	4	3	7
Doente	3	3	6
João Inácio	39	36	75
Pacato	2	2	4

c) Descrição do crime: A forma como o jornalista observa a realidade e como a transmite ao seu público é reforçada no seu texto pelo uso de adjetivos, advérbios e de linguagem substantivada. Pelo seu carácter qualitativo, esses termos normalmente são utilizados para intensificar e “colorir” os factos. No entanto, o seu uso exagerado pode deturpar o significado real e levar o leitor a cenários que nada condizem com a verdadeira realidade.

A descrição de um acontecimento leva à utilização de adjetivos por parte dos jornalistas. E quando o acontecimento é um crime o cuidado do jornalista, geralmente, é redobrado. Juntando a isto o factor proximidade, não é de admirar que os três jornais adjectivem, por suas palavras ou citando fontes, por 15 vezes, o crime como uma “brincadeira”. E por seis vezes usaram o termo sem aspas. O *Jornal do Fundão* vai mais longe e, rejeitando o termo «brincadeira», considera que a vítima foi “crucificada”, e sublinha por sete vezes a palavra «crime».

O jornal *Notícias da Covilhã* prefere contar a história pelos «suspeitos», pela «morte» e pela «brincadeira», referindo a «tragédia» que o crime originou (são estas as palavras mais vezes referidas pelo semanário), mas nunca fazendo referência a palavras como «crucificação», «culpa», «violência» ou «malvadez». O *Jornal do Fundão* refere a vítima por diversas vezes, usando a palavra «arguidos» ou «suspeitos» apenas uma única vez. Este semanário é o único a inserir a palavra «culpa» nos seus textos, interpretando o sentimento geral vivido pela população, pois considera que “ninguém fez nada para salvar João Inácio”. O *JF* também não se coíbe de adjectivar o crime de «malvadez», «barbárie», fazendo ainda referência a «marginais» e «estúpidos da terra». É ainda este o único semanário a usar palavras como «estupidez», «exibicionismo», «horível», «humilhação», «luto» ou «revolta». O jornal *O Interior* opta por uma

posição mais imparcial, não usando a palavra «crime» uma única vez e referindo-se assim ao caso também como «brincadeira». De notar que a palavra mais usada pelos três jornais (19 vezes) é «amarrado», forma como faleceu a vítima.

Tabela 7: Análise de palavras da descrição do crime nos jornais regionais

Descrição do crime	NC	JF	INTERIOR	Total
"Brincadeira"	4	8	3	15
"Crucificação"	0	3	0	3
Abandono	1	7	3	11
Acusados	2	6	1	9
Amarrado	5	7	7	19
Arguidos/Suspeitos	8	1	3	12
Brincadeira	3	1	2	6
Choque	1	1	0	2
Crime	1	9	0	10
Culpa	0	3	0	3
Homicídio	2	3	1	6
Malvadez	0	0	2	2
Morte	5	9	4	18
Tragédia	5	4	1	10
Violência	0	5	1	6
Vítima	2	9	6	17

Os jornais nacionais (tabela 8) por sua vez, mencionam mais vezes os arguidos do que os jornais regionais. Por 17 vezes, citando fontes ou por uso de eufemismo²³¹, também referem o crime como «brincadeira» e por 11 vezes sem aspas.

O *Jornal de Notícias* marca o acontecimento usando palavras como «brincadeira», «crime» e «morte». O *JN* é ainda o único a usar palavras como «intoxicado» e «afogado» em álcool, para se referir ao estado em que a vítima se encontrava quando faleceu. Contudo, as palavras mais usadas pelo *Diário de Notícias* são as que de forma informativa melhor encadeiam e resumem o acontecimento:

²³¹ Em termos gramaticais consideramos a palavra “brincadeira” com recurso a aspas como eufemismo – forma de suavizar uma expressão chocante – que evita e substitui assim o uso de palavras como “crime” ou “homicídio”.

«arguidos/suspeitos», «morte», «vítima», «amarrado». No entanto, é o único jornal a não fazer referência à palavra «abandono».

Tabela 8: Análise de palavras da descrição do crime nos jornais nacionais

Descrição do crime	JN	DN	Total
"Brincadeira"	14	3	17
Abandono	7	0	7
Amarrado	13	12	25
Arguidos/Suspeitos	23	14	37
Brincadeira	5	6	11
Choque	1	1	2
Crime	14	8	22
Homicídio	5	1	6
Malvadez	4	1	5
Morte	14	13	27
Tragédia	1	3	4
Violência	1	6	7
Vítima	8	11	19

d) Fontes utilizadas: Embora já nos tenhamos referido às fontes na análise quantitativa, achamos importante reatar a discussão das mesmas no que respeita à sua dimensão mais qualitativa. As respostas ao crime são dadas com recurso a inúmeras fontes e testemunhos de pessoas que presenciaram o crime ou que chegaram antes do jornalista ao local do acontecimento. Importa aqui perceber quais foram as fontes mais recorrentes em cada jornal e como foram apresentadas. O contacto com as fontes permite-nos também avaliar o nível de proximidade que cada jornalista conseguiu na abordagem do caso.

Como foi já referido anteriormente, o *Notícias da Covilhã* realizou a sua primeira peça a partir da *Lusa* e como tal as fontes citadas não foram reveladas directamente ao jornalista deste semanário e isso é explícito nas frases que se seguem às citações – “em declarações à *Lusa*”, “comenta à *Lusa*”, “ouvido pela *Lusa*”. Na segunda edição em que o caso da Borrallheira é referenciado, o *NC* realiza uma breve e novamente a única fonte utilizada é citada através da *Lusa*. Em entrevistas realizadas aos jornalistas deste semanário, sabemos que o contacto com a população da Borrallheira

foi feito um ano depois do caso ter decorrido e como tal, a análise que fazemos das fontes citadas pelo *NC* corresponde apenas ao contacto que a *Lusa* teve com as suas fontes. Nas fontes usadas apenas duas são identificadas. Uma é fonte oficial, um dos advogados de defesa, e a outra é não oficial, um dos irmãos da vítima. Os populares que são citados nunca aparecem identificados, sendo referidos como “os populares garantem”, “comenta outro aldeão”. A única fonte utilizada na segunda peça do *NC* através da *Lusa* também é anónima, aparecendo apenas como “fonte ligada à investigação”.

Também o *Jornal do Fundão* na primeira peça sobre o caso da Borrallheira recorreu à *Lusa*. Assim, as fontes que estão identificadas na peça além das mesmas do *NC*, um dos advogados de defesa e o irmão da vítima, é também mencionado o presidente da Junta de Freguesia do Teixoso. As fontes que se mantêm anónimas continuam a ser referentes a populares e que o *JF* menciona como “testemunhos ouvidos”, “um cliente”. A segunda peça do *JF* é a reportagem que vem assinada com o nome do jornalista, e como tal é o responsável por todo o texto. Neste caso, já é possível avaliar até que ponto o jornalista conseguiu chegar perto das suas fontes. O enquadramento seleccionado pelo jornalista foi sobretudo o sofrimento da família da vítima e como tal os familiares são as principais fontes mencionadas. No entanto, apenas é identificado pelo nome, um dos irmãos da vítima. As restantes citações são feitas pela “família da vítima” ou “um familiar de João Inácio”, não conseguindo o leitor identificar qual o seu grau de parentesco. Na mesma peça aparecem ainda referenciados os pais dos acusados, mais concretamente os pais dos dois adolescentes envolvidos, mas também aqui o jornalista atribui o testemunho dado a “uma das mães”.

A única peça sobre o caso realizada pelo jornal *O Interior* vem assinada pelo jornalista, uma vez que este teve presente no local. *O Interior* identifica duas fontes oficiais – um dos advogados de defesa (o mesmo citado pelo *NC* e *JF*) e o coordenador da PJ da Guarda – e uma não oficial – a sobrinha da vítima que foi quem deu o alerta às autoridades. Mais uma vez, os populares contactados pelo jornalista optam pelo anonimato e isso fica bem patente na seguinte frase do texto: “segundo os relatos de vários moradores que não quiseram ser identificados”. Outra fonte anónima utilizada pelo *O Interior* foi citada através da *Lusa* como “fonte ligada ao processo”.

É nítida a dificuldade que este três semanários regionais tiveram no contacto com a população. Apesar da maioria da população optar pelo anonimato, o *JF* foi o que chegou mais perto da família dos envolvidos, fazendo uma reportagem de duas páginas baseada sobretudo na perspectiva dos familiares da vítima.

Relativamente aos jornais nacionais, tanto o *Jornal de Notícias* como o *Diário de Notícias* apesar de citarem alguns populares no anonimato também conseguem identificar outros. Aliás, o *JN* é o único a revelar o nome dos pais da vítima. Tanto nas suas peças como na reportagem que realizou o *JN* revela nome de familiares, amigos e vizinhos e é o único também a publicar fotos de dois populares identificados que deram o seu testemunho. Contudo, o jornal revela ainda informações de algumas fontes no anonimato. Por exemplo: “revelou ao *JN* fonte próxima do processo”.

O *Diário de Notícias* também consegue revelar alguns nomes de vizinhos mas a maioria remete-se ao anonimato. No excerto de uma das peças o *DN* cita a explicação de um popular sobre esta preferência: “Ao *DN*, ontem, uma das habitantes que pediu anonimato, “porque todos se conhecem”, referiu que...”. O *DN* destaca-se por ser o jornal que mais vezes recorre a fontes oficiais, mantendo contudo também a origem confidencial de algumas informações.

Os dois jornais nacionais decidiram ainda recorrer a fontes especializadas. Como referimos no enquadramento teórico do trabalho, o *JN* entrevistou uma psicóloga forense e o *DN* entrevistou o chefe do Serviço de Psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra, ambos com o objectivo de tentar perceber o comportamento social que esteve na origem deste caso. De notar, que apesar das dificuldades na aproximação à comunidade, estes foram os jornais que conseguiram uma maior abertura e maiores esclarecimentos por parte da população.

e) Verbos e Tempos Verbais: Nos três jornais regionais os verbos mais utilizados referem-se à morte em si: amarrar, abandonar, encontrar, usados sobretudo no particípio passado. Exemplo: “Amarrado à morte” (*NC*); “Amarrado de mãos e pés e abandonado na rua” e “Encontrado sem vida” (*JF*). No entanto, também aparece a referência a verbos no presente do indicativo, sobretudo no que se refere aos títulos. Por exemplo: “«Brincadeira» acaba em morte na Borracheira” (*O Interior*); “«Brincadeira» dá em

tragédia” e “Crime da Borracheira já tem mais dois arguidos” (*NC*). Já o *Jornal do Fundão* é o único a optar por escrever os seus títulos no pretérito perfeito do indicativo: “A morte saiu à rua numa noite assim...” e “Aldeia que mudou depois do crime” (*JF*).

Os títulos usados no presente do indicativo conferem maior actualidade à notícia, no entanto, no corpo da notícia os tempos verbais tendem a ser apresentados no passado e no futuro composto do indicativo²³², uma vez que como se tratam de semanários, todos eles noticiam o facto depois de consumado. Deste modo, o jornalista usa o pretérito para explicar o acontecimento e o futuro composto para dar um tratamento impessoal aos responsáveis pelas acções, bem como para não se comprometer ao revelar certos dados mais concretos, quando estes ainda não estão provados. Daí o uso do conhecido advérbio “alegadamente” comumente utilizado em casos de crime. Exemplo (verbo no pretérito): “Um homem, 42 anos, foi encontrado amarrado”, “Alguém amarrou João Inácio” (*NC*); “João Inácio foi vítima de uma «brincadeira» do grupo”, “um dos habitantes da aldeia deu com o «cenário»” (*JF*); “aldeia acordou sob os holofotes dos media”, “«brincadeira» nocturna que resultou na morte de um homem” (*Interior*). Exemplo (verbo no futuro composto do indicativo): “autópsia terá indicado”, “situação poderá ter sido agravada”, “terão continuado” (*JF*); “terá partido a bizarra ideia”, “não terá passado de uma brincadeira”, “autoridades terão pedido” (*Interior*). De notar que, o *NC* é o único a não usar verbos no futuro composto do indicativo, limitando-se apenas ao uso de verbos no passado. O *JF* porém, é o único a usar um título no futuro do indicativo: “Na Borracheira o luto será uma longa e dura caminhada”. Este tempo verbal é usado por se tratar do título de uma reportagem, o que explica também o facto de no corpo da notícia serem usados verbos no presente. Exemplo: “população da Borracheira vive com profunda culpa”; “ruas estão quase sempre desertas”; “pergunta a população”; “interrogam os pais”; “tendência é dizer pouco”.

Os jornais nacionais seguem a mesma tendência com uso de verbos no pretérito, no futuro composto do indicativo e da voz passiva nos textos. O *Jornal de Notícias* nos seus títulos dá grande uso aos verbos no particípio passado como referentes à forma como se processou o crime. Exemplo: “intoxicado”, “amarrado”, “atado”, “afogado”,

²³² Tempo do verbo reconhecido por algumas gramáticas também como Futuro Perfeito do Indicativo (verbo auxiliar “ter” no futuro do indicativo conjugado com o verbo principal no particípio passado).

“perseguido”. O mesmo acontece no *Diário de Notícias*, embora de forma menos acentuada. Nos títulos os tempos verbais são usados quer no presente quer no passado. Exemplo (pretérito): “Morreu amarrado a grades de café” (*DN*); “Intoxicado com álcool foi amarrado e morreu por ‘simples’ brincadeira” (*JN*). Exemplo (presente): “PJ tem mais três suspeitos de crime em aldeia da Covilhã” e “Autoridades desconhecem existência de imagens da morte” (*DN*); “Padre condena crime de malvadez e morte bárbara” (*JN*). Menos comum, mas usado pelo *JN* é um título com chamada na primeira página aparecer no futuro perfeito do indicativo: “Homem morto por ‘brincadeira’ poderá ser desenterrado”.

No corpo da notícia os verbos também são maioritariamente usados no pretérito ou no futuro composto do indicativo. Exemplo (pretérito): “foi encontrado morto”, “abandonaram o vizinho”, “acabaram as noitadas” (*JN*); “ficaram em prisão preventiva”; “teceu duras críticas”, “referiu”; “alertou” (*DN*). Exemplo (futuro composto do indicativo): “terá sido amarrado”; “terão ditado a morte”, “terá apontado”; “terá começado”, “terá ficado”; “ter-se-á desenrolado”; “seria encontrado”, “ter-lhe-á sido fatal”; “dir-se-á de um desgraçado”; “terá morrido” (*JN*); “terão sido interrogados”; “terão ouvido barulho”; “não terá passado de uma brincadeira”; “terão sido determinantes”; “terá acontecido” (*DN*). Este tempo verbal permite assim ao jornalista isentar-se de qualquer responsabilidade sobre a informação que não foi totalmente comprovada. De notar que, tal como aconteceu no *JF* também nas reportagens feitas pelos dois jornais nacionais o tempo verbal passou a ser usado não só no passado mas também no presente. Exemplo (presente): “define João Inácio”; “são apontadas outras qualidades”; “ninguém parece conseguir explicar”; “admite”; “sustenta” (*DN*); “risos travam-se”; “Maná já descansa”; “há um espelho”; “esgueira-se por entre as fitas”; “é quem lembra”; “descansa de um dia de trabalho”; “Mário vai à fruta”; “há jazigos de granito” (*JN*). Conclui-se, portanto, que os verbos maioritariamente usados no desenvolvimento do texto estão no pretérito ou no futuro composto do indicativo, sobretudo quando o jornalista não consegue apurar a totalidade dos factos. Assim sendo, apenas nos textos com maior desenvolvimento, como acontece nas reportagens, o presente intercalado com o passado é que passa a ser o tempo verbal mais usado.

f) Adjectivos, advérbios e figuras de estilo: O uso de adjectivos, advérbios e figuras de estilo em notícias sobre crime, normalmente servem para dramatizar o que por si só, já é dramático. De acordo com o estatuto editorial de certos jornais, há os que permitem que o jornalista em casos de crime utilize mais uma linguagem de crónica do que propriamente de uma notícia, com linguagem expressiva e muitos pormenores. Esta forma de “colorir” os factos confere um carácter mais impressionável à notícia que mexem emotivamente com o leitor. A notícia de crime passa a ser contada como uma estória, cujo objectivo é fazer com que o leitor se identifique com algumas personagens e que de certa forma no final critique e condene o vilão.

Vejamos os diferentes artifícios estilísticos e linguísticos usados pelos três jornais regionais seleccionados. O *Jornal do Fundão* é o mais rico e abundante na utilização de adjectivos com carga semântica forte – *pobre, absurdo, perverso, doente, indefeso, humilde, sozinho, morto, pacato, abandonado, divorciado, alegados, detidos, desintegrados, marginais, frágeis, humilhante, horrível, frágeis, trágica, revoltada, branda, cruel, esmurrado, atroz*. Com presença de advérbios – *severamente, novamente, parcialmente, rigorosamente, sempre, hoje*; de substantivos expressivos – *morte, vítima, crime, desespero, indiferença, estupidez, crueldades, sentimento, humilhação, dor, exibicionismo*. O semanário utiliza ainda algumas figuras de estilo que reafirmam o carácter dramático da linguagem – personificação (*a morte saiu à rua; o crime não escolhe hora, forma ou lugar*), metáfora (*a aldeia que mudou depois do crime; o luto será uma longa e dura caminhada; aldeia sofreu um forte abalo; o ‘circo’ mediático desmontou-se e desapareceu; colocar uma pedra sobre o assunto; crueldades do destino*), hipérbole (*João Inácio foi ‘crucificado’*), hipérbole metafórica (*sociedade actual teima em ‘cuspir’ nos mais frágeis; o despertar daquela manhã trágica*). São também utilizadas por diversas vezes expressões com forte conotação – *brincadeira de mau gosto, situação macabra, marginais desintegrados, severamente punidos, morte humilhante, “circo” mediático, actos de exibicionismo e estupidez, sentimento de desresponsabilização, estúpidos da terra, ideias mórbidas, cenas macabras*.

O *Notícias da Covilhã* aposta em notícias de menor dimensão e com menos pormenores dos factos, tornando-se por isso mais contido no uso de adjectivos e expressões adverbiais para conotar o caso. Contudo, o *NC* ainda recorre a alguns

adjectivos, tais como *trágica, desempregado, preso, amarrado, acusados, agravada, pacata, imenso, velado, misteriosa* – com a presença de substantivação expressiva – *crime, morte, acalmia, enterro, aparato, vestígios, tragédia* – e recurso a algumas figuras de estilo – metáfora (*amarrado à morte*), hipérbole (“*Brincadeira*” dá em *tragédia*), metonímia (*não fazia mal a uma mosca*). De notar que apesar de o advérbio “aleadamente” não estar presente nas duas peças, este encontra-se substituído por expressões como “ao que tudo indica” e “suspeita-se que”. Já o jornal *O Interior* além do advérbio “aleadamente”, usa também o verbo “alegar” no gerúndio (alegando) e o adjectivo “alegados”. *O Interior* apoia-se também em expressões adjectivadas com alguma carga dramática – *estranha “brincadeira”, macabro incidente, bizarra ideia, contornos de malvadez, agressão violenta*. Contudo, este semanário à semelhança do NC emprega uma linguagem menos emotiva e com menor exploração de pormenores.

Quanto aos jornais nacionais por serem diários e possuírem mais edições relativas ao caso, expomos na análise apenas os termos que considerámos mais expressivos e com maior carga dramática a nível gramatical. O *Jornal de Notícias* recorre a diversos adjectivos para tornar os seus textos mais expressivos e emotivos. Exemplo (adjectivos): *morto, intoxicado, amarrado, embriagado, desempregado, alegada, afogado, solidário, sossegado, humilde, simples, bom, sozinho, tribal, selvático, perversas, hediondos, violento, fatal, pacatas, pacíficas, perturbadora, (morte) bárbara, doente, violento, condescendentes, impensável, indiferente, descontrolada, desgraçado, defunto*. A presença de substantivos e advérbios e expressões adverbiais que nos remetem para o caso também é abundante: *vítima, espancamento, morte, malvadez, corpo, agressão, crime, drama, barulho, acidente, incidentes, perdão, maldade, severamente (castigado), violência, horrores, desespero, tragédia, (presos) preventivamente, sensivelmente (normal), raiva, indiferença, normalidade, falecimento, preso*. O destaque vai também para as figuras de estilo que dão a intensidade que o jornalista pretende transmitir com o acontecimento – metáfora (*vida entortada por um divórcio; vento cortante da serra (...) varre as recordações dos pais do “morto”*), hipérbole metafórica (“*afogado*” em álcool; *queimava o tempo com cigarros e uns copitos*), personificação (*o boneco de cera com que todos brincavam*), comparação (*atiçavam-nos um contra o outro (...) tipo luta de galos; a vida segue como o vento*), eufemismo (*quem repousa sob aqueles montículos*).

O *Diário de Notícias* é o jornal mais pobre em adjectivação e substantivação, não indo além do que já tenha sido referido anteriormente. A linguagem usada na descrição do crime é menos chocante e menos expressiva com um tom quase seco e factual até ao fim. Mesmo a utilização de termos mais fortes são apoiados pela utilização de aspas de citação de fontes ou testemunhos. Exemplo: “*não fazia mal a uma mosca*” (popular), “*coisa tão macabra*” (popular), “*coisa mórbida e doentia*” (padre). A excepção a este registo verifica-se na reportagem, onde o jornalista apesar do uso de aspas, mas não explicitando directamente nenhuma fonte, refere que a vítima era apontada como “tolo da aldeia” e “bobo da corte”. Contudo, o porquê desses apelidos é explicado, nessa mesma peça, pelo chefe do Serviço de Psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra ao esclarecer que a vítima “no fundo, é um doente”.

Verifica-se assim que, o *Jornal do Fundão* e o *Jornal de Notícias* foram os que exploraram os factos mais ao pormenor e os que chegaram mais perto de vizinhos e familiares, orientando o leitor para os sinais da tragédia e dor que ali se viveu. Em suma, os textos maioritariamente expressivos, substantivados e impressionistas são os que mais facilmente agarram o leitor à notícia, pois fazem com que o leitor se imagine no local e “viva” o acontecimento. A emoção está patente em cada linha do texto que o seu olhar percorre. Mas será que ao noticiar estas histórias de crime quase como se tratasse de um “conto policial” não faz com que o jornalista possa destruir as regras básicas do jornalismo – objectividade, neutralidade e imparcialidade – e caia na teia do sensacionalismo?

ANÁLISE GERAL com base nas entrevistas realizadas aos directores dos jornais regionais e aos respectivos jornalistas responsáveis pela cobertura do caso

A Beira Interior é ainda uma zona do país onde existe baixo índice de criminalidade, sobretudo no que diz respeito a grandes crimes e de violência significativa. Como tal, a publicação de notícias sobre crime tem uma acepção diferente das que se vê nas grandes zonas urbanas. O crime é encarado de formas diferentes pelos jornais e pelos jornalistas da mesma zona. Mas normalmente um crime que resulte em morte é sempre notícia por ser pouco comum na região.

O caso da Borracheira como temos analisado foi bastante noticiado pelos diversos órgãos de comunicação. E ao contrário do que muitas vezes acontece, mesmo após dois anos do acontecimento, foi acompanhado pela imprensa até às sessões de julgamento e até à decisão do Tribunal.

Mas o que destaca este crime da maioria dos acontecimentos criminais? O contexto social em que ocorreu. Esse é um dos motivos que levou também o director do *Jornal do Fundão* a realizar uma crónica e um editorial sobre o caso. Fernando Paulouro reconhece que decidiu tomar “uma posição sobre o significado dos comportamentos e como é que estes emergiam entre os próprios actores e a vítima”²³³. Adiantando que “existia ali um jogo entre uma marginalidade, ou suposta marginalidade, e um quadro mental que reage violentamente em relação às pessoas que são portadoras de diferenças do ponto de vista social num microcosmos que é uma aldeia”. No caso específico da “brincadeira” que levou João Inácio à morte, Fernando Paulouro acredita que existiu “uma tentativa desculpabilizante, quando a vítima é uma pessoa já por si fragmentada e frágil na sua postura humana”. Sendo que o que considera realmente grave “é quando as pessoas ou a sociedade, mesmo quando se trata de um microcosmos como a Borracheira, tomar como natural aquilo que o não é”.

Nesta perspectiva o *JF* tenta ir mais além e interroga-se porque é que existe este tipo de comportamento, tentando não apenas relatar os factos mas também ser crítico quanto ao acontecimento em si, “porque um jornal também tem que ter um elemento de consciência pública e cívica”²³⁴. O *Jornal do Fundão* possui uma secção própria para os casos de crime intitulada “Polícia”. Esta secção foi criada porque o periódico considera este tipo de notícias uma informação importante do quotidiano. O *JF* distingue-se ainda por em casos de crime explorar mais o acontecimento, ou seja, tentar conhecer o universo dos envolvidos e dar a conhecer a sua história. Uma perspectiva que Fernando Paulouro considera ser importante “para o leitor ter uma visão mais alargada e compreender melhor as coisas”²³⁵. Assim, sempre que possível o *JF* tem em conta a perspectiva social que envolve um crime.

²³³ Director do *Jornal do Fundão* em entrevista concedida a 13/05/10.

²³⁴ *Ibidem*

²³⁵ *Ibidem*

Em muitos dos textos do *JF* são evidentes os seus traços emotivos e por vezes com algum teor dramático. Algo que acontece, porque como explica o director deste semanário “o indivíduo não pode ser neutro ou indiferente a uma situação em que morrem pessoas. Escrever com emoção é dar densidade humana às coisas”. Fernando Paulouro acrescenta ainda que “ser emotivo é uma forma de tomar partido nas coisas... E tomar partido às vezes é ser mais claro e chegar de uma forma mais eficaz e pragmática ao leitor”²³⁶. Para que tal aconteça, uma das técnicas do jornalista quando chega ao local do crime é saber colocar-se no lugar do leitor e tentar responder àquilo que ele gostaria de ver, transportando-o assim ao local do acontecimento.

Um pouco contrária a esta ideia, é a perspectiva do jornal *O Interior* relativamente à forma de noticiar casos de crime. Quando se trata de assuntos criminais, o jornal opta normalmente por uma descrição menos detalhada, apostando quase sempre na cobertura junto de fontes oficiais. Para Luís Baptista-Martins é fundamental saber tratar estes casos “com alguma delicadeza e com muita consideração pelas pessoas”²³⁷. O director considera o caso da Borrallheira como “um caso único e inaudito”. O caso foi acompanhado junto da população, de modo a perceber o que se dizia, mas também junto das autoridades “que é quem pode dar a informação oficial”. Porque quando se trata de assuntos de crime *O Interior* tem o cuidado de “não melindrar as pessoas, em especial os familiares das vítimas, sem deixar obviamente de dar a informação útil ao leitor”²³⁸. Ou seja, nota-se um cuidado e preocupação por parte deste periódico em preservar as pessoas envolvidas nos crimes.

Luís Baptista-Martins acredita que perante casos de crime, o jornalista tem de ser o mais imparcial possível, porque “o jornalismo não tem de ser jornalismo de psicologia, não tem que fazer análise psicológica dos intervenientes, nem juízos de valor”. Em casos de crime cabe ao jornal “redigir um bom texto, bem informado, bem documentado, ouvindo as diferentes partes para dar a perceber ao leitor o que é que aconteceu e como aconteceu”²³⁹. *O Interior* opta por não explorar ao pormenor os casos de crime, ou seja, não fazer um levantamento da vida dos intervenientes porque “fazer

²³⁶ *Ibidem*

²³⁷ Director do jornal *O Interior* em entrevista concedida a 03/05/10.

²³⁸ *Ibidem*

²³⁹ *Ibidem*

informação sobre o crime não significa necessariamente ir buscar a parte espectacular do crime”²⁴⁰. O semanário cinge-se a noticiar os casos de forma directa, “muito claro em relação às coisas e acompanhar de acordo com o Estatuto Editorial” e como tal, recusa-se a fazer reportagens sobre casos de crime e as suas especificidades.

O *Notícias da Covilhã* opta por uma política semelhante na forma de noticiar o crime. Este semanário de cariz religioso não tem por costume pegar nos crimes mais vulgares que acontecem na região, e quando o faz informa o leitor com o mínimo de factos possíveis e sem explorar qualquer lado menos positivo dessas ocorrências. O editor do *Notícias da Covilhã*, João Alves, confirma que não têm por hábito dar “grande destaque a esse tipo de assuntos a não ser que pela sua natureza seja completamente invulgar, como acabou por ser o crime da Borracheira”²⁴¹. Na abordagem do crime a posição do semanário é relatar “nunca explorando muito o lado mais negativo do jornalismo, como as imagens sensacionalistas ou as abordagens e declarações mais polémicas”²⁴². Assim, no que diz respeito ao crime este jornal tende a abordá-lo de forma mais superficial.

Um dos pontos fundamentais desta dissertação é perceber como se estabeleceu a relação entre o jornalista e a comunidade da Borracheira. Como temos vindo a referir, o *Jornal do Fundão* foi o que esteve mais próximo tanto da população como da família dos intervenientes. O jornalista deste periódico responsável pela reportagem, Filipe Sanches, conseguiu chegar perto dos familiares da vítima e verificou que o sentimento geral era de “grande revolta pelas circunstâncias em que o crime ocorreu”²⁴³. Um dos principais motivos que levou o jornal a fazer a reportagem, foi o facto de o caso ser apelidado de “brincadeira”, um termo que segundo Filipe Sanches, surgiu inicialmente pela *Lusa* com base na declaração de um popular.

De acordo com o jornalista, o *JF* tomou desde o início uma posição clara. “Considerámos que a questão do termo brincadeira não podia ser usado, era tudo muito mais que uma brincadeira”²⁴⁴. O *JF* tendo à partida recusado a ideia do crime como

²⁴⁰ *Ibidem*

²⁴¹ Editor do jornal *Notícias da Covilhã* em entrevista concedida a 12/05/10.

²⁴² *Ibidem*

²⁴³ Filipe Sanches, jornalista do *Jornal do Fundão* em entrevista concedida a 05/05/10.

²⁴⁴ *Ibidem*

“uma brincadeira que acabou mal” conseguiu aproximar-se dos familiares da vítima. “A família percebeu que íamos com o intuito de fazer uma reportagem diferente, defender um pouco a família e não ser tão condescendentes com os rapazes que tinham praticado o crime”²⁴⁵.

Numa aldeia pequena, onde todos se conhecem as respostas ao que aconteceu não são unânimes e as opiniões dividem-se. Também a jornalista Catarina Canotilho²⁴⁶, responsável por acompanhar as sessões de julgamento, sentiu grande dificuldade em falar com os populares. Em Maio de 2009, dias antes do primeiro julgamento a jornalista, a pedido do *DN*, esteve na Borrallheira e o que encontrou foi “uma aldeia em silêncio que fala em *off*, ou seja, eventualmente a algum custo aceitavam comentar mas pediam por tudo para não se colocar o nome”²⁴⁷. Catarina Canotilho acredita que este silêncio por parte da população foi crescendo gradualmente, “porque a aldeia sempre tentou compreender aquilo como uma brincadeira que acabou mal e tentou desculpar o que aconteceu”. No final, Catarina constata uma divisão de sentimentos. “Pena por que se perdeu um filho da terra com que toda a gente gozava, mas os outros também são de cá e só estavam a brincar”²⁴⁸.

Brincadeiras que, ao que tudo indica, eram costume na aldeia e que as pessoas se habituaram a presenciar e a considerar normal. “Falou-se logo em brincadeira porque é habitual pelos vistos esse tipo de «brincadeiras» acontecerem na Borrallheira e naquele dia correu mal”²⁴⁹. Foi esta a conclusão a que chegou a jornalista Ana Ribeiro Rodrigues depois de ter feito uma reportagem junto da população um ano depois do crime. A jornalista do *Notícias da Covilhã* também sentiu dificuldade em conseguir declarações por parte da população “porque toda a gente tem relações de parentesco, de amizade, de vizinhança, tanto com a família da vítima como com as famílias dos arguidos” e não esquece quando um habitante lhe pede para “«não lembrar, era preferível esquecer»”²⁵⁰.

²⁴⁵ *Ibidem*

²⁴⁶ Jornalista do *Jornal do Fundão* que escreveu também as peças sobre as sessões de julgamento para o *Diário de Notícias*.

²⁴⁷ Catarina Canotilho, jornalista do *Jornal do Fundão* em entrevista concedida a 05/05/10.

²⁴⁸ *Ibidem*

²⁴⁹ Ana Ribeiro Rodrigues, jornalista do *Notícias da Covilhã* em entrevista concedida a 12/05/10.

²⁵⁰ *Ibidem*

A jornalista Rosa Ramos considera que este é um crime com “contornos muito específicos: a vítima e os miúdos eram da mesma terra - pequena, por sinal”²⁵¹. A proximidade entre os envolvidos é uma das principais características que a ex-jornalista de *O Interior*, na altura responsável pela cobertura do caso, aponta e que dificultou, de certa forma, alguma recolha de informação no local. “Estabeleceram-se, pelo que me pude aperceber, conflitos entre as famílias. Houve muita informação que não pôde ser usada (nomeadamente referências às famílias dos miúdos). Muitos dos vizinhos não quiseram falar, claramente para se afastarem das divergências instaladas entre as famílias”²⁵². A conclusão a que chegou foi “curiosa” quando verificou que a posição da comunidade “de uma maneira geral, e pelo que me pude aperceber, desculpabilizava os miúdos”. Mas, por outro lado “parecia ser consensual a ideia de que a vítima era um «pobre desgraçado que não fazia mal a ninguém» e que, por isso, «não merecia uma morte assim»”²⁵³.

Concluimos assim que, perante o caso da Borracheira há diversas posições tomadas pelos órgãos de imprensa regional. Um crime “único e inaudito” que levantou várias questões sociais e morais, mas que até hoje divide opiniões. Duas posições se destacam nesta abordagem: o jornalista é crítico quanto ao crime e levanta outras problemáticas que vão além do acontecimento em si, ou mantém-se apenas como um fio condutor entre o acontecimento e o leitor, cingindo-se aos factos e sem fazer juízos de valor. Estas duas posturas distintas, condicionam à partida toda a abordagem que o jornalista vai manter com as suas fontes e conseqüentemente, a produção final do texto também é claramente diferente. Mas existe também outro factor a ter em conta, uma vez que, ao que conseguimos apurar, “geralmente, o ângulo depende pouco do jornalista, especialmente no jornalismo regional, em que há pouca vocação para o registo de reportagem”²⁵⁴, fazendo assim com que o jornalista esteja mais dependente do estatuto editorial que rege o jornal onde trabalha.

²⁵¹ Rosa Ramos, ex-jornalista de *O Interior*, em entrevista concedida a 14/06/10.

²⁵² *Idem*

²⁵³ *Idem*

²⁵⁴ *Idem*

Conclusão

As histórias de interesse humano ganham cada vez mais importância na comunicação pública no mundo contemporâneo, pois representam, de certa forma, o diálogo da sociedade com ela própria e sobre ela própria, que obrigam a pensar em questões fundamentais que se colocam no cotidiano. Transformada a cultura em espectáculo pelos produtores de mediação comunicativa, urge analisar o papel dos *media* na produção de representações sociais e circulação de sentidos sobre o crime e a sua passagem discursiva à técnica do espectáculo.

Assim, as questões relacionadas com as pessoas, com a sua vida íntima passaram a ser de interesse público e consequentemente de interesse jornalístico. Questões como o crime, que pertenciam ao domínio privado, a uma área restrita e publicamente interdita, adquirem nova dimensão à medida que se foi desenvolvendo a esfera pública.

Neste contexto, o crime constitui uma temática com forte incidência nos *media* nacionais e que começa também a ser cada vez mais incidente nos órgãos de comunicação locais e regionais. As notícias *light*, muitas vezes reportadas em *fait-divers*, são matérias que automaticamente apelam a atenção do leitor, porque mexem com a estabilidade social e com o enigmático da natureza humana. Vivemos assim, num mundo de *fait-divers* que, segundo os defensores, surgiram para dar voz às pessoas comuns, gerando nelas um sentimento de proximidade e identificação. Não é, portanto, de estranhar que a noticiabilidade do crime e a sua representação simbólica através dos *media* consiga alcançar uma grande dimensão pública.

O lado melodramático do crime desponta interesse público, vende jornais e aumenta audiências. A temática do crime interessa a toda a população e apela a uma tomada de posição, uma vez que o crime chega a todo o tipo de leitores por não requer conhecimento prévio sobre o tema. As notícias de crime surgem normalmente associadas ao jornalismo dito popular ou sensacionalista, por explorarem dramas pessoais apelando ao lado emotivo dos seus leitores. Contudo, este tipo de notícias pode ter uma vertente pedagógica, ou serem banalizadas ao explorar a sensibilidade dos leitores num formato tablóide.

O fenómeno do crime levanta várias questões sociais que muitas vezes são difíceis de serem retratadas pelos meios de comunicação social, devido à sua problemática e controvérsias que podem originar. São assuntos sensíveis e delicados, que exigem ao jornalista um certo cunho de atenção, precisão e delicadeza na produção de texto, de forma a não melindrar o leitor e sobretudo, familiares dos envolvidos. O que acontece na maioria das vezes, é que ao decidir retratar esta temática de infracções e controlo social, o jornal arrisca-se a trabalhar com “uma faca de dois gumes”. Se realiza um trabalho objectivo, rigoroso e imparcial, acaba por criar um produto onde fica a faltar uma certa humanização da estória. Caso contrário, se é acrescentado um pouco de compaixão e interpretação pessoal do jornalista arrisca-se a enfatizar apenas o sensacional e espectacular do acontecimento em detrimento de factos reais e concretos que envolvem o crime. O jornalismo vive assim na “corda bamba”. Por um lado, retrata os casos com um tipo de escrita virada para o factual e objectivo. Por outro lado, tem de agradar e conquistar audiências e a melhor forma de o fazer é apelando à emoção das pessoas. Foram estas duas posições que encontramos na análise do caso da Borracheira nos cinco jornais seleccionados.

Um caso com contornos tão específicos, que levantou várias questões, poderia ser retratado de diferentes formas pelos diferentes órgãos de comunicação. O caso da Borracheira é acima de tudo “uma história que mexe com famílias, com vizinhos, com emoções de gerações, hábitos e vivências de uma comunidade *sui generis*”²⁵⁵ e foi por isso que achámos por bem explorá-lo mais a fundo.

O caso da Borracheira levanta algumas questões sociais e morais e que achámos por bem analisar. O crime (o próprio uso desta palavra não é unânime na descrição do caso) ocorreu numa comunidade pequena com poucos habitantes, mas com grande proximidade entre si. Trata-se de uma aldeia cujas relações se estabelecem por graus de parentesco, amizade e vizinhança. O caso foi apelidado de “brincadeira de mau gosto”, uma vez que a vítima era alvo constante de brincadeiras perversas, mas que desta vez “acabou de forma trágica”. Toda a população tinha conhecimento destas brincadeiras, mas as mesmas eram encaradas com normalidade. Os populares fizeram ainda referência aos jornalistas de outro tipo de brincadeiras de que a vítima era alvo, “como roubarem-lhe a bicicleta”, por exemplo.

²⁵⁵ Rosa Ramos, ex-jornalista de *O Interior*, em entrevista concedida a 14/06/10

A vítima era um indivíduo estigmatizado reconhecido como um “tolo da aldeia”, “bobo da corte” ou “pobre coitado” que possuía uma deficiência física (andava curvado), aos 42 vivia com os pais devido a um divórcio, estava desempregado e passava o tempo a consumir bebidas alcoólicas. As suas relações sociais estabelecidas com os vizinhos eram pautadas por diversas brincadeiras maldosas para “um reinar saudável”, como disseram alguns vizinhos. A vítima aceitava as brincadeiras, nunca revelando “quem lhe tinha batido”. Talvez fosse esta a forma que a vítima encontrava para interagir com os demais populares e para não se sentir excluído. Com tantas problemáticas associadas ao crime, como foi feita a abordagem dos jornais que se inserem localmente próximos do acontecimento? Os *media* regionais conseguiram estabelecer um distanciamento crítico em relação aos valores e opiniões da comunidade?

Partindo da análise quantitativa e qualitativa e tendo como principal objectivo averiguar como se processou a cobertura mediática do crime nos referidos jornais regionais e estabelecendo uma base de comparação a dois jornais nacionais, com linhas editoriais distintas, chegámos a algumas conclusões quanto ao tipo de discurso e enquadramento seleccionados por cada um dos respectivos periódicos.

Na parte prática foi possível apurar os diferentes destaques dado ao crime, tendo em conta a periodicidade dos respectivos jornais (os regionais são semanários e os nacionais diários). Apesar dos jornais nacionais terem referido o caso em mais edições o número total de peças dos dois jornais nacionais é igual ao total da soma das peças publicadas pelos três semanários. Enquanto, os jornais regionais por terem o factor proximidade realizaram sempre chamada à primeira página, os jornais diários não seguiram esta tendência, mas o *Jornal de Notícias* das seis edições sobre o crime ainda fez chamada por quatro vezes à primeira página.

Dos três jornais regionais, o *Jornal do Fundão* destaca-se por ter realizado mais peças sobre o caso, sendo o único dos semanários a ter realizado crónica, editorial e reportagem, o que revela claramente uma maior aproximação ao caso. Nos jornais regionais as fontes mais recorrentes foram os populares e familiares da vítima enquanto os jornais nacionais recorreram sobretudo às fontes populares. O *Jornal do Fundão* e o *Jornal de Notícias* como realizaram reportagens junto dos familiares da vítima, foram

os que citaram mais vezes este tipo de fontes, que se traduz, como iremos confirmar, nos que mais apelaram a elementos emocionais e dramáticos. Verifica-se assim, uma crescente utilização de fontes ligadas à vítima e aos culpados, sejam familiares, amigos ou vizinhos, que fornecem pormenores aos jornalistas e que colmatam, de certa forma, a falha que existe da parte de outras fontes.

O *Jornal do Fundão* e o *Jornal de Notícias* também foram os únicos a publicar fotos da vítima e da sua família, personalizando assim a história ao atribuir-lhe um rosto. Já os restantes jornais optaram, sobretudo, pela publicação de fotos de locais, como por exemplo, o local do crime e o local onde a vítima foi sepultada. A publicação de fotos de familiares e da vítima é outro dos indicadores que contribuem para amplificar a carga emotiva e que na imprensa popular é reconhecido por ser tratado com maior destaque gráfico.

Chegando à análise qualitativa verifica-se a mesma tendência: o *Jornal do Fundão* e o *Jornal de Notícias* fazem um enquadramento mais crítico, expondo pormenores dramáticos e apelando a elementos emocionais. O *Notícias da Covilhã* e *O Interior*, à semelhança do *Diário de Notícias*, usam um enquadramento mais informativo e factual. Após a análise dos títulos nos respectivos jornais regionais e outras componentes da notícia, como antetítulo e *superlead*, verificamos que *O Interior* e o *Notícias da Covilhã* caracterizam-se por conterem um *frame* mais “distanciado” e menos crítico, enquanto o *Jornal do Fundão* optou por um enquadramento humano e pela emissão de opinião, que se traduz na realização de dois títulos puramente interpretativos. Na análise dos títulos verifica-se que também o *Jornal de Notícias* faz apelo a componentes mais emotivas, enquanto o *Diário de Notícias* opta por um enquadramento mais factual, não se registando qualquer teor de emoção nos seus títulos.

Na análise qualitativa fizemos ainda um estudo ao vocabulário usado pelos jornalistas dos cinco jornais onde nos centrámos, principalmente, no factor de proximidade, na descrição da vítima e do crime. Após a contagem das respectivas palavras, os resultados sobre proximidade indiciam uma vez mais que o *Jornal do Fundão* optou por um enquadramento do tipo “rosto humano”, mais próximo das pessoas. O *Notícias da Covilhã* e *O Interior* usam uma linguagem mais abrangente com

referência ao local do acontecimento. Verificamos que os três semanários possuem um enquadramento centrado na vítima. Todavia esse *frame* é uma vez mais reforçado pelo *Jornal do Fundão* por ser o que mais usa o nome e a alcunha, acentuando novamente o enquadramento emocional e de personalização. Também os dois jornais nacionais optam por um enquadramento mais centrado na figura da vítima.

Ao analisarmos a forma como cada jornal fez a descrição do crime surgem pormenores curiosos: o *Jornal do Fundão* usa um discurso normativo, sendo o único a mencionar a palavra “culpa” relativamente ao sentimento dos populares, o que indicia um enquadramento mais avaliativo, opinativo e interpretativo. Sendo também o que mais vezes usa a palavra “brincadeira” reforçada por aspas, o que indica um tom crítico por parte do jornalista quanto à palavra escolhida para descrever o crime. Este semanário distingue-se claramente pelo uso de palavras com semântica forte e intensa. *O Interior* é o único a não fazer referência à palavra “crime”, pois a ex-jornalista d’*O Interior*, Rosa Ramos, explica que “um crime pressupõe uma intenção - consciente ou inconsciente (no caso dos inimputáveis). O que, claramente, aqui não existiu”²⁵⁶. A análise do crime feita pelos jornais nacionais também realça o uso de diferentes enquadramentos. O *Jornal de Notícias*, novamente à semelhança do *Jornal do Fundão*, transparece um *frame* mais interpretativo, um discurso normativo com um tom mais condenatório do crime, que rotula pessoas e lugares. O *Diário de Notícias*, distingue-se desta orientação ao usar um enquadramento mais informativo.

Na análise do vocabulário utilizado, o *Jornal do Fundão* destaca-se por conter um *frame* marcado pelo uso abundante de adjectivos e de figuras de estilo com forte semântica, bem como o uso de expressões dramáticas que enfatizam a estigmatização da vítima e a responsabilização dos culpados. Este enquadramento encontra-se bem reforçado no *JF* por ser o único que utiliza crónica, editorial e reportagem, todos com características de cunho pessoal e opinativo. O *Notícias da Covilhã* e *O Interior* apostaram em notícias com menos pormenores dos factos e com uma linguagem menos expressiva, tornando-se por isso mais contidos no uso de adjectivos e expressões adverbiais para conotar o caso.

²⁵⁶ Rosa Ramos, ex-jornalista de *O Interior*, em entrevista concedida a 14/06/10

Também nos jornais nacionais existe uma grande diferença quanto ao léxico utilizado. O *Jornal de Notícias* indicia um enquadramento mais centrado no rosto humano e na dimensão emotivo, com o uso de vocabulário expressivo e dramático. Os adjectivos utilizados para descrever a vítima realçam bem o estigma a que se encontrada associada. O *Diário de Notícias* utiliza um vocabulário mais seco e conciso, revelando um *frame* factual e objectivo.

De salientar que em todos os jornais é nítida a dificuldade que os jornalistas tiveram no contacto com a população. Os jornais nacionais foram os que apesar de tudo, mais vezes conseguiram identificar essas fontes ao lhes conseguir atribuir um nome. O *Jornal de Notícias* além de conseguir atribuir o nome a alguns populares ainda lhes atribuiu um rosto, ao publicar fotos de dois populares, acompanhadas pelo destaque da respectiva citação. O que nos leva a crer que apesar da aparente dificuldade e do entrave colocado inicialmente pela comunidade, depende sobretudo do empenho do jornalista em conseguir ultrapassar essa barreira.

Em suma, é possível identificar diferenças no que respeita aos enquadramentos utilizados pelos jornais regionais. O *Jornal do Fundão* destaca-se por apresentar um *frame* “tipo rosto humano” com conotações críticas, centrado na vítima e com vários elementos interpretativos, avaliativos e opinativos sobre os acontecimentos. O *Notícias da Covilhã* e *O Interior*, embora contenham também alguns elementos deste tipo de enquadramento, nomeadamente as suas peças serem centradas na vítima, mantêm-se mais distantes dos acontecimentos, tentando não reforçar a componente dramática e emocional, tornando-se também mais contidos na apresentação de opinião e avaliação.

No que respeita aos jornais nacionais também existe uma clara diferença de enquadramentos. O *Jornal de Notícias*, tal como o *Jornal do Fundão*, está mais comprometido pela escolha de um *frame* do tipo rosto humano, centrado igualmente na vítima e nas pessoas que lhe são próximas, com uso de linguagem emotiva e expressiva. O enquadramento do *JN* destaca-se ainda por conter elementos condenatórios dos actos praticados, à semelhança da componente crítica que também surge realçada no *JF*. Por outro lado, o *Diário de Notícias* parece mais distante, menos empenhado na busca de detalhes que apontam na direcção do rosto humano, mas estando contudo, ainda

centrado na vítima. Assim, verifica-se que o *DN* opta por um enquadramento mais informativo e objectivo, próximo ao utilizado pelo *NC* e *O Interior*.

Podemos assim concluir que não existem diferenças significativas entre a imprensa regional e nacional no que respeita à forma como foi feita a cobertura mediática do crime. Contudo, existem diferenças significativas quanto ao valor que os *media* dão ao crime e que, ao contrário do que pensávamos inicialmente, não se prendem com o factor proximidade, mas sim ao respeito e cumprimento da linha editorial de cada jornal e do que os seus responsáveis consideram importante.

Ao longo desta dissertação fizemos um percurso por quatro capítulos distintos, dos quais retivemos algumas conclusões. Verificamos que, de acordo com a perspectiva habermasiana, o espaço público designa o lugar de formação de opiniões e de vontades políticas, garantindo assim a legitimidade do poder. O espaço público enquanto lugar de debate e de uso público da razão argumentativa é o local onde todos os cidadãos discutem livremente as questões políticas, relativas ao interesse colectivo da *polis*. Este espaço público prolongou-se numa imprensa ligada aos públicos, que interage com os seus membros, que se constitui como um espaço de exercício dialógico da razão e está intimamente relacionada com as condições de formação de uma opinião pública autónoma.

Constatou-se, todavia, que com a industrialização da imprensa, esta deixa de ser já uma actividade de redacção e edição de publicações onde ressoam marcas da oralidade e da argumentação típicas da esfera pública para dar lugar a uma actividade industrial e mercantil com características bem definidas e preocupada com a conquista das audiências. Nesta acepção, tem sentido falar-se da evolução do jornalismo até este se transformar em indústria jornalística. Assim, os jornais deixam de ser o mero suporte dos debates sobre problemas da esfera pública para darem uma ênfase crescente a secções destinadas ao entretenimento. Os assuntos de interesse colectivo e os problemas sociais são crescentemente preteridos pelos *fait divers*, pelas notícias de rosto humano, pela cobertura dos eventos sociais, dos acidentes, do crime, entre outros assuntos facilmente associados ao entretenimento.

A imprensa regional ao conseguir problematizar as questões do quotidiano sociopolítico da região onde se insere, reúne as características necessárias para potenciar a revitalização desse mesmo espaço público. É certo que os meios de comunicação regional apresentam algumas dificuldades e fragilidades que, por vezes, não lhes permite realizar essa revitalização em pleno. Mas é sobretudo através dos *media* regionais que o cidadão concretiza a sua liberdade de expressão, associação, reunião e intervenção em assuntos públicos e políticos.

A imprensa regional ao circunscrever-se a espaços delimitados onde se inserem pequenas comunidades reforça um “sentimento de pertença” entre pessoas que partilham a mesma realidade local e, como tal, reforça a ideia de vizinhança, ajudando a promover a vida associativa da região. Contudo, é também nas pequenas comunidades, onde existe interacção próxima entre as pessoas e onde estas partilham valores e modos de vida, que se processam acontecimentos mais obscuros e onde emergem diversos estigmas sociais. Se um indivíduo possui características que o torne diferente aos olhos dos outros, ele passa a ser estigmatizado, ficando à margem da vida social quotidiana. A distinção entre o bem e o mal passa a ser visto de uma única forma pela comunidade em geral, podendo, porém, não ser encarado da mesma maneira pelas pessoas que se encontram “fora” desse meio.

O crime por levantar questões sociais resulta, por vezes, numa mistura das fronteiras entre informação e espectáculo. Nesta mistura de fronteiras, a temática do crime acaba por surgir normalmente associada ao jornalismo sensacionalista. Há contudo, como verificámos, jornais que retratam estes casos de forma simplesmente informativa, abdicando dos cenários dramáticos e emotivos que compõem a estória. Existem ainda outros que desenvolvem uma atitude assumidamente crítica perante os factos, problematizando-os e procurando uma perspectiva pedagógica e de formação da opinião pública.

Em suma, apesar da temática do crime ser um atractivo forte para os leitores, há diversas posições quanto à forma da sua publicação nos jornais, que em muito se deve à postura do meio de comunicação em relação à sociedade e ao compromisso ético que estabelece com os seus leitores. O fundamental, é que o intuito do jornal ao abordar estes casos seja expor a sua vertente pedagógica, sem explorar o seu lado mais

espectacular. Independentemente da abrangência geográfica do jornal, a forma como este representa o crime é normalmente de acordo com o cumprimento do estatuto editorial pelo qual se rege.

Bibliografia

- Agrimani**, Danilo; *Espreme que sai sangue: um estudo de sensacionalismo na imprensa*, Summus, São Paulo, 1995
- Alves**, José; *O poder da Comunicação*, Casa das Letras, Cruz Quebrada, 2005
- Amaral**, Victor; *Os temas e as fontes na Imprensa Regional da cidade da Guarda*, Universidade do Minho, Braga, 2006
- Baudrillard**, Jean; *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa, 1991
- Bauman**, Zygmunt; *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003
- Brandão**, Nuno; *O Espectáculo das Notícias – A televisão generalista e a cobertura dos telejornais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002
- Camponez**, Carlos; *Jornalismo de Proximidade*, Edições Minerva, Coimbra, 2002
- Carvalho**, Alberto; *Legislação Anotada da Comunicação Social*, Casa das Letras, Lisboa, 2005
- Castells**, Manuel; *The Rise of the Network Society – The information Age: Economy, Society and Culture*, Blackwell Publishers Ltd, Oxford, 1996
- Chaparro**, Manuel; *Linguagem dos conflitos*, Minerva, Coimbra, 2001
- Chibnall**, Steve; *Law-and-Order News*, Taviustock Publications, London, 1977
- Chorão**, Mário; *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*, Castoliva Editora, Maia, 1984
- Coelho**, Pedro; *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003
- Correia**, João Carlos; *Comunicação e Cidadania – os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004
- Correia**, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998
- Correia**, João Carlos; *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, LabCom, Covilhã, 2009

Ericson, Richard; **Baranek**, Patricia; **Chan**, Janet; *Representing Order: Crime, Law and Justice in the News Media*, Open University Press, Buckingham, 1991

Ericson, Richard; **Baranek**, Patricia; **Chan**, Janet; *Visualizing Deviance: a Study of News Organizations*, University of Toronto Press, Toronto, 1987

Esteves, João Pissarra; *A Ética da Comunicação e os Media Modernos – Legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998

Esteves, João Pissarra; “Comunicação regional e local em Portugal” in *Revista de Comunicação e Linguagens* Nº8, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa, 1988

Esteves, João Pissarra; *Espaço Público e Democracia*, Edições Colibri, Lisboa, 2003

Fontcuberta, Mar de; *La noticia - Pistas para percibir el mundo*, Paidós Papeles de Comunicación, Barcelona, 1993

Galtung, Johan; **Ruge**, Mari; “A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros”, in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Giddens, Anthony; *As Consequências da Modernidade*, Celta, Oeiras, 1996

Giddens, Anthony; *Modernidade e Identidade Pessoal*, (2ª ed.), Celta, Oeiras, 1997

Goffman, Erving; *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, (4ª ed.), LTC Editora, Rio de Janeiro, 1988

Habermas, Jürgen; *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984

Hall, Stuart, *et al.*; “A produção das notícias: O *mugging* nos media”, in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Lopes, Rita; *Representação da Violência Quotidiana e do Crime nos Media Regionais*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006

McQuail, Denis; *Teoria da Comunicação de Massas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003

Miranda, Orlando (org.); *Para ler Ferdinand Tönnies*, Editora da USP, São Paulo, 1995

Molotch, Harvey; **Lester**, Marilyn; “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos” in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Penedo, Cristina; *O crime nos Media: o que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003

Penedo, Cristina; “O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas”, in *Revista Media & Jornalismo*, Nº3, Centro de Investigação Media e Jornalismo, 2003

Peruzzo, Cicilia; *Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*, (Vol. 12), Líbero, São Paulo, 2009

Pinto, Manuel; “Fontes Jornalísticas: Contributos para o mapeamento de campo” in *Comunicação e Sociedade*, nº2, 2000

Ponte, Cristina; *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

Ponte, Cristina; *Notícias e Silêncios: A cobertura da Sida no Diário de Notícias e no Correio da Manhã*, Porto Editora, Porto, 2004

Rodrigues, Adriano; *Estratégias da Comunicação*, Presença, Lisboa, 1990

Rodrigues, Adriano; “O acontecimento” in **Traquina**, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Romero, Andrés; “O Ensino do Jornalismo na óptica da Imprensa Regional”, in **Chorão**, Mário; *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*, Castoliva Editora, Maia, 1984

Santos, Rogério; *A fonte não quis revelar*, Campo das Letras, Porto, 2006

Santos, Rogério; *Jornalistas e Fontes de Informação – As notícias de VIH-Sida como estudo de caso*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002

Santos, Rogério. “Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação” in **Traquina**, Nelson; **Cabrera**, Ana; **Ponte**, Cristina; **Santos**, Rogério; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001

Santos, Sofia; *Imprensa Regional: Temas, Problemas e Estratégias da Informação Local*, Livros Horizonte, Lisboa, 2007

Saperas, Eric; *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições Asa, Porto, 1993

Sousa, Jorge Pedro; *As notícias e os seus efeitos: As "teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2000

Sousa, Jorge Pedro; *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso - um guia para estudantes de graduação*, Letras Contemporâneas, Florianópolis, 2004

Tengarrinha, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989

Tengarrinha, José; *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2006

Thompson, John B.; *The Media and modernity – a social theory of the media*, Polity Press, Cambridge, 1995

Tönnies, Ferdinand; *Comunidad y Asociación: El comunismo y el socialismo como formas de vida social*, Ediciones Península, Barcelona, 1979

Tönnies, Ferdinand; “Comunidade e Sociedade: textos selecionados”, in **Miranda**, Orlando (org.); *Para ler Ferdinand Tönnies*, Editora da USP, São Paulo, 1995

Traquina, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Traquina, Nelson; *A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004

Traquina, Nelson; *Jornalismo*, (1ª ed.), Quimera, Lisboa, 2002

Traquina, Nelson; **Cabrera**, Ana; **Ponte**, Cristina; **Santos**, Rogério; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001

Traquina, Nelson; “As notícias” in **Traquina**, Nelson (org.); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Traquina, Nelson. “Teorias das Notícias: O estudo do jornalismo no século XX” in **Traquina**, Nelson; **Cabrera**, Ana; **Ponte**, Cristina; **Santos**, Rogério; *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Caminho, Lisboa, 2001

Trindade, Maria; *Comunidade e Sociedade: norteadoras das relações sociais*, (Vol. I), Revista FARN, Natal, 2001

Wemans, Jorge. “O acesso às fontes de informação e as questões postas pelos leitores e pela sociedade civil” in **AACS**; *Acesso às fontes de informação*, Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa, 1999

Wolf, Mauro; *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 1987

Internet

AACS, Alta Autoridade para a Comunicação Social; *Estatuto da Imprensa Regional*, in http://www.aacs.pt/legislacao/estatuto_da_imprensa_regional.htm, consultado a 12/02/10

Amaral, Victor; “Fontes dominantes na imprensa local”, Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8ºLUSOCOM, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda, 2009 in <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/439/437>, consultado a 25/03/10

Carvalho, José Ricardo; “Média e cidadania na periferia portuguesa - O caso da Beira Interior”, in <http://www.bocc.uff.br/pag/carvalho-jricardo-media-cidadania.pdf>, consultado o a 14/12/09

Carvalho, José Ricardo; “Os media e os poderes locais”, Covilhã, 1996, in <http://www.bocc.uff.br/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf>, consultado a 05/04/10

Carvalho, Carolina Sá *et al.*; “A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário do crime”, Revista FAMECOS, v.30, Porto Alegre, 2006, in www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/492/416, consultado a 18/04/10

Correia, João Carlos; “A região e o espaço público: um contributo crítico”, Universidade da Beira Interior, Covilhã, sd, in http://www.bocc.uff.br/pag/jcorreia_espaco.pdf, consultado a 08/03/10

Dejavite, Fábila Angélica; “O poder do fait-divers no jornalismo: Humor, Espectáculo e Emoção”, INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2001, in www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2DEJAVITE.PDF, consultado a 18/05/10

Fidalgo, António; “O consumo de informação. Interesse e curiosidade”, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006, in <http://www.bocc.uff.br/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.pdf>, consultado a 21/11/09

Gradim, Anabela; “Manual de Jornalismo: Livro de Estilo do Urbi et Orbi”, Universidade da Beira Interior, Covilhã, s.d, in <http://www.bocc.uff.br/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>, consultado a 27/12/09

Lobo, Luís; “O que faz do acontecimento a notícia: notas para uma teoria da produção de notícia”, *Análise Social*, Lisboa, Vol.8, in <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224257283R1eQI5es9Qw39LO3.pdf>, consultado a 02/04/10

Manuel, Alexandre; “Globalização, localização e Imprensa Regional: O mais que provável retorno ao singular e às diferenças”, VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, 2008 *in* <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/581.pdf>, consultado a 26/04/10

Markttest, Bareme Imprensa Regional 2009, *in* www.markttest.pt, consultado a 08/03/10

Mesquita, Mário; “Em louvor da santa objectividade”, *in* <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=517&idCanal=300>, consultado a 13/12/09

Monteiro, Adriana; “Emoção no discurso da mídia impressa”, Faculdade de Comunicação Social de Patos, Paraíba, s.d., *in* <http://www.bocc.uff.br/pag/monteiro-adriana-emocao-discurso.pdf>, consultado a 23/11/09

Moretzsohn, Sylvia; “Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social”, Universidade Federal Fluminense, s.d., *in* www.bocc.uff.br/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf, consultado a 21/04/10

Palácios, Marcos; “Cotidiano e Sociabilidade no Cyberspaço: Apontamentos para Discussão”, *in* <http://www.scribd.com/doc/19447529/cotidiano-e-sociabilidade-no-ciberepespaco-1995>, consultado a 12/02/10

Pereira, António dos Santos; “Novo Mundo, Novas Interpretações, Novo Poder”, Universidade dos Açores, Açores, 2000, *in* http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/316/1/Antonio_Pereira_p359-375.pdf, consultado a 05/01/10

Público, *Livro de Estilo do Público*, *in* http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo, consultado a 03/05/10

Rodrigues, Adriano Duarte; “O Público e o Privado”, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Artigo publicado na Revista de Comunicação e Linguagens 2, Dezembro de 1985, *in* <http://www.bocc.uff.br/pag/rodrigues-adriano-publico-privado.pdf>, consultado a 03/11/09

Santiago, Maria Betânia; “Formação e Diálogo nos Discursos de Martin Buber”, Universidade Federal de Pernambuco, s.d., *in* <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2672--Int.pdf>, consultado a 12/02/10

Serra, Antonio A; *O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, p.18 *apud* **Moretzsohn**, Sylvia; “Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social”,

Universidade Federal Fluminense, s.d., *in* www.bocc.uff.br/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.pdf, consultado a 21/04/10

Sousa, Jorge Pedro; “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, *in* <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>, consultado a 05/11/09

Sousa, Jorge Pedro; “Comunicação regional e local na Europa Ocidental”, Universidade Fernando Pessoa, Porto, s.d, *in* <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>, consultado a 07/02/10

ANEXOS

Anexo 1

Estatuto Editorial do *Notícias da Covilhã*

Notícias da Covilhã é um jornal semanal de informação de âmbito regional ao serviço das populações do eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco.

Notícias da Covilhã procura em primeiro lugar o desenvolvimento da cidade da Covilhã, da Cova da Beira e da Serra da Estrela e localidades envolventes.

Notícias da Covilhã é um elo de ligação com as comunidades portuguesas no estrangeiro oriundas desta região.

Notícias da Covilhã identifica-se como jornal de inspiração cristã, promovendo os valores e os direitos do homem com base na verdade, na justiça e na solidariedade.

Notícias da Covilhã participa no debate de todas as questões regionais, acolhendo todo o leque de opiniões em ordem a uma cidadania mais dinâmica, em aprofundamento da democracia, e a um desenvolvimento regional com igualdade de oportunidades para todos.

Notícias da Covilhã orienta-se por critérios de rigor, com independência dos grupos económicos e ideológicos, dando voz aos que não têm voz.

Notícias da Covilhã recusa qualquer sensacionalismo informativo e a exposição da vida privada dos cidadãos.

Notícias da Covilhã quer contribuir, pelos seus critérios editoriais, para a existência de uma opinião pública rectamente informada.

Notícias da Covilhã responsabiliza-se em respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a Ética Profissional.

Notícias da Covilhã rege-se pelas regras do bom senso e do bom gosto e tem como único limite, no apuramento dos factos, a honestidade na verdade.

Anexo 2

Estatuto Editorial do *Jornal do Fundão*

1. Quando, em 1946, nasceu, o “Jornal do Fundão” traçou o seguinte rumo:

“A afirmação de presença que o nosso jornal traduz é, de si, vasto programa que dispensa mais largas explicações.

Na verdade procurar, nesta hora de divisões abertas e ódios recalcados, o trilho difícil que leva ao cumprimento dos deveres simples, ao amor da Terra Mãe, à solidariedade que devemos ao Homem nosso irmão, é tarefa não isenta de dificuldades e canseiras. Mesmo assim, a nós hão-de juntar-se – confiadamente esperamos – os que, de mãos limpas e coração puro, queiram viver a bela aventura deste combate.

Sem ódios nem ambições, com a clara noção do que podemos querer, procuraremos servir o Concelho, firmes na ideia de que servi-lo não é apenas conseguir a satisfação de realizações materiais mas sim a valorização espiritual, física e material dos seus habitantes. No nosso posto estaremos, ao lado dos que trabalham e dos que sofrem, em fraterna compreensão que não é de hoje mas de sempre”.

2. Este rumo de ontem é o de hoje e será o de sempre e norteará o nosso estatuto editorial, cujo enunciado é o seguinte:
 - a) O “Jornal do Fundão” é uma publicação regional de natureza informativa independente de qualquer poder;
 - b) O “Jornal do Fundão” tem por escopo principal assegurar aos seus leitores e ao povo da Beira Interior o direito a uma informação objectiva, rigorosa e isenta;
 - c) O “Jornal do Fundão” garante aos seus jornalistas o pleno respeito pelas normas constitucionais, pela deontologia da Imprensa e pela ética profissional;

- d) O “Jornal do Fundão” assegura a distinção entre os factos noticiados, hierarquizados de forma isenta segundo critérios jornalísticos, e os comentários;
- e) O “Jornal do Fundão” pode emitir opinião própria através de editoriais assinados pelo director ou de textos elaborados pelos seus redactores, sempre de acordo com a linha editorial, e garante o pluralismo de opinião;
- f) O “Jornal do Fundão” dedica particular atenção, na linha que lhe é tradicional, ao noticiário e à divulgação cultural da Beira Interior.

Anexo 3

Estatuto Editorial de *O Interior*

O INTERIOR é um jornal semanal de informação geral, com carácter regional, incluindo também assuntos de carácter nacional, orientado por critérios de criatividade e sem dependência de qualquer ordem.

O INTERIOR aposta numa informação diversificada, abrangendo assuntos de carácter geral, na região do interior e transfronteiriça, procurando corresponder ao interesse e motivação de um público diverso.

O INTERIOR considera importante divulgar os eventos culturais e actividades ligadas à educação e ao desporto.

O INTERIOR tem opinião plural e os seus colaboradores têm diversas motivações sociais, políticas, religiosas e outras. As crónicas são assinadas e reflectem a opinião dos seus autores independentemente da posição do jornal.

O INTERIOR é um agente de formação e informação, promovendo a análise e o debate dos problemas regionais, em prol do desenvolvimento da região.

O INTERIOR é responsável perante os leitores, numa relação clara e independente.

O INTERIOR assume o compromisso de respeitar os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrindo ou deturpando a informação.

COMPRA SELECIVA

Hotel VarGuarda 271 200 390
Hotel Turismo da Covilhã 275 330 400

IMB A sua Empresa pode contar conosco!
Congressos & Incentivos, Seminários, Jornadas, Catering...

FONTES **o interior** EXPRESSO

WWW.INTERIOR.PT 410 2011

IP2 até Trancoso lançado este mês

Via estratégica para o norte do distrito terá perfil de auto-estrada entre o rd de Açores (A25) e o Chafariz do Vento, seguindo depois como IP até Mação de Cavaleiros Pág.11



A escolinha do Hospital

Uma escola para crianças de famílias com problemas de saúde mental. A escola funciona no Hospital de Santa Maria da Covilhã, com aulas de leitura e matemática. Pág. 12

Vaca jarmelista certificada

O desafio é atingir os 300 exemplares em 2013 graças à inseminação artificial transferência embrionária Pág.12

AGORA TAMBÉM NA G

Baby Style

EXAMES VISUAIS
uma máquina e um profissional
Os seus olhos são

BRINCadeira de morte
Homem de 42 anos foi amarrado e abandonado no centro da aldeia por um grupo de indivíduos, quatro dos quais já estão em prisão preventiva

Arranjar a melhor família para uma criança
No distrito da Guarda apenas cinco crianças aguardam adoção, mas nenhuma corresponde às condições das 37 candidatas à futura casa...

Câmara com 949 mil euros de resultado positivo
Resumo das contas do município

“Brincadeira” acaba em morte na Borrallheira

Homem de 42 anos amarrado e abandonado no centro da aldeia por um grupo de indivíduos, quatro dos quais já estão em prisão preventiva



O crime aconteceu em plena noite na Borrallheira, no distrito da Guarda.

DESDÉ a madrugada de domingo que fatal deixou de dominar as conversas dos habitantes da Borrallheira, uma das freguesias do concelho da Covilhã. Nessa noite muito maluco do que se pensava, dois indivíduos, que estavam numa hora, a pouco e pouco, foram encontrados mortos no centro da aldeia. Um homem, João Inácio, de 42 anos, foi descoberto amarrado.

Quanto ao outro, que tinha 17 horas no Tribunal da Covilhã, na última segunda-feira, quatro indivíduos – dois com 17 anos, um de 22 e outro de 48 anos, natural de uma população vizinha, amarrado e com sequelas psicológicas mentais – ficaram detidos em prisão preventiva. Pouco passava das 22h15 quando os arguidos foram pelos trabalhos do escócio. Apenas um dia após a chegada de defesa, Fernando Pinheiro, prole de defesa, alegando que o processo está em andamento. Os quatro suspeitos poderão agora ser acusados de homicídio simples. Contudo, Mário Bento, coordenador da PJ da Guarda, não declara a hipótese de serem constituídos «novos arguidos» no processo, até porque ainda ficaram por fazer três indivíduos, também identificados pela Justiça, «cuja responsabilidade não se apurou».

Pouco horas antes, no Borrallheira, grande parte da população estava concentrada junto à casa mortuária, onde já se encontrava o corpo de João Inácio. Na mesma rua, porta sempre aberta e a poucos metros de capital, situam-se os locais de culto da freguesia. Desde domingo que “O Regional”, estabelecimento em cuja janela foi amarrado a vítima, não abre as portas. Mas mesmo em terra, no “Café Curral”, conversavam-se perto de uma dezena de populares para, em silêncio, assistirem ao noticiário no televisor que devia correr desenhos do acidente recente. Iona

de destino, na vítima ainda vítima de um acidente, e a que João Inácio também foi amarrado, já estava afiado o objetivo e dar conta de sua morte.

Uma habitação «sem conteúdos de mulheres»

Na noite de sábado, e segundo as relações de vítimas mortuárias que não querem ser identificadas, João Inácio descobriu-se no “Café Curral” para assistir ao jogo de futebol do Sporting. «É um adepto fervoroso», garante um vizinho, acrescentando que até à hora de fechar o estabelecimento, pouco antes de meia-noite, e vítima não «dinha bebido mais do que duas cervejas». Não a “festa” continua depois de “O Regional”, que tem sempre até de duas de manhã. Um grupo de indivíduos e a vítima continuaram a consumir bebidas alcoólicas no local. O coordenador da PJ da Guarda, Mário Bento, confirma que quando as autoridades chegaram ao local, alguns homens já estavam amarrados uns aos outros e a vítima estava amarrado a uma parede de cimento. Não se sabe de onde terá partido a ideia, mas trata-se de uma brincadeira classificada, por um habitante, como tendo «conteúdo de malícia». João Inácio acabou por amarrado e posteriormente abandonado à sua sorte por volta das «duas e meia de manhã», tendo sido encontrado sem vida à noite. O crime foi dado por uma subtrina de vítimas, que regressava a casa vindo de trabalho. Casa Amada, que não é via desde sexta-feira, apresenta-se rodeado por seixos do solo. «Fiz uma não amarrado à vítima de modo que não se pudesse mover de onde estava. Uma pena não se tivesse dado o direito de estabelecer-se ali. Não há ninguém a trabalhar no prédio de um Galvães, desconfio de quem, de imediato, alertou o pai e as autoridades. A GNR da Covilhã levou conta de

alunos, no Bairro do Seneiro, e estão desamparados há pouco mais de um ano, após ter trabalhado numa empresa de construção civil em Malpica, zona da Serra da Borrallheira, segundo fontes locais. O sucedido, mas prevalece a opinião de que «não há nada passado de uma brincadeira que acabou em tragédia».

Apesar de tudo, há também quem garanta que os jovens alegadamente envolvidos «há muito que eram conhecidos de desleixo na localidade e quem tinha de ir».

O corpo de João Inácio foi autopsiado nos serviços de Medicina Legal do Tribunal Piro da Covilhã ainda na segunda-feira. Fonte ligada ao processo, citada pela Agência Lusa, garante que exames não revelaram «sinais de agressão violenta» e que as autoridades terão pedido «vários complementares»-informações, contudo, não comentados por Casa Amada, responsável pelo Gabinete de Medicina Legal daquele hospital. A representação de quatro indivíduos para já implicados no caso está, para além de Fernando Pinheiro, Filipe De Macedo, Vítor Nunes – em representação do advogado Francisco Pinheiro –, Emília Pereira e Augusto Martins.

Ministra diz que Estatuto do Alano vai dar mais poder aos professores

Paulo Pôrto e Gabriel Lopes assinam Decreto de Responsabilidade dos Alunos

Jornal de Notícias

€0,12/min. para todas as redes.

Intoxicado com álcool foi amarrado e morreu por 'simples' brincadeira

► Três adolescentes dois dos quatro suspeitos de abandonar vítima no rio atado de pés e mãos
► Tribunal decreta prisão preventiva para detidos, indicados por homicídio qualificado

Nova equipa da PJ no caso Maddie volta a investigar apartamento no Algarve

Angélica Cabral regressa ao trabalho no gabinete

Criticos exigem a Mendez referendo europeu

Lidera comissão do Conselho Nacional de Investimento e falta de unidade no Parlamento

Quemada sem controlo mata homens e deixa jovem ferida

Deturbação de um sítio de recreio para o fim de semana de festas

Praga de insectos invade jardins em Cascais

Acidente de trânsito após tentativa de ultrapassagem

FALTA 3 DIAS

Naval marca aos 23 segundos mas cede à persistência do Braga (1-1)

► C. F. Porto impiedoso ganha Leixões
► Clássico de Benfica resulta Vitoria

S A MAGIA DO NATAL

TAXA CRESCENTE ATÉ 10%

Além de mais crédito, a taxa de juro para o crédito empresarial vai subir para 10,5%.

2

PrimeiroPlano

Atado e "afogado" em álcool

► Abandonaram o vítima, embriagado, depois de o gravarem de pés e mãos ► Refusa por vítima, intoxicação alcoólica e hipotermia terão dilato a morte

Um dos suspeitos estava para padre

VITIMA
Um homem solitário, solteiro e a trabalhar

SUSPEITOS
Dois estudantes e um amigo em férias

Medição letal

19,45h
23,45h
2,00h
3,00h
6,20h

1

Deputados querem explicações exactas

► Questão de saúde, como o PGR, a atribuir mais poderes ao PGR sobre a Judicaria

As secretas e as escutas

"Afirmar superioridade com ser inferior"

Medição letal

19,45h
23,45h
2,00h
3,00h
6,20h

Diário de Notícias

20 de Setembro de 2007

Chantagem com drogas e sexo ameaça família real **Cientista Carl Sagan foi um dos mentores de Al Gore**

Estudo do Estado arrasa imagem do sector público

Roberto Carneiro coordenou inquérito que é hoje divulgado

Trabalhadores só querem fim com garantia de Ulrich

Goto de Adu vira jogo e leva Benfica ao 2.º lugar

Operação da GNR 'vare' Lisboa

Apple limita dois iPhones por cliente

CORRIDA À POUPANÇA BPN

PORTUGAL

23

Encontrado morto amarrado a gradeamento

Publico, Judiciário e defesa quatro suspeitos da morte de João Inácio

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial para a investigação da morte de João Inácio. O caso envolveu o público, o judiciário e a defesa, com quatro suspeitos identificados.

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial para a investigação da morte de João Inácio. O caso envolveu o público, o judiciário e a defesa, com quatro suspeitos identificados.

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial

Alguns vídeos de DVD tornaram-se evidência crucial para a investigação da morte de João Inácio. O caso envolveu o público, o judiciário e a defesa, com quatro suspeitos identificados.

Diário de Notícias

20 de Setembro de 2007

Nova equipa da PJ volta a reconstituir crime **Jardim Gonçalves sai se houver fusão** **PPR públicas vão exigir 2% ou 4% do salário**

Taxa de insucesso escolar diminui 22% em dois anos

Escutas de secretária são alvo de PSP

Novas farmácias abrem-se em 2008

Menaceas à empresa de alteração de lei

REN sofre mais uma derrota na alta tensão

Let's penais vão mudar outra vez em 2009

Sarkozy abandona a meio entrevista à ABC

Falso quadro de Pomar ia hoje a leilão no Porto

CORRIDA À POUPANÇA BPN

PORTUGAL

21

PJ tem mais três suspeitos de crime em aldeia da Covilhã

Sanatório, Chega em revolta

População revoltada

Linhas, Agostinho e revolta

Deus, Mercado sem patas nem tortugas

Lozans, Detidos por tráfico de drogas

Leiria, Venda marialva fortaleza

Dez detenções no Cerco por tráfico de droga

Gurga de vítima mortal não terá sinais de violência

Leiria, Viagem com 17 mil quilos de coca

Diário de Notícias

Santos vai na 6.ª edição
Sousa Tavares já esgota

Vieira quer afastar quem
não o apoia no Benfica

Polícias usam detectives para fazer escutas

30 anos na função pública dá reforma

Diabetes curados com cirurgia

O Mundial vai regressar à Meca em 2014

Políticas de poupança e investimento
CORRIDA À POUPANÇA BPN

24 Diário de Notícias PORTUGAL

Três feridos graves em acidente no ICI

“Brincadeira” foi “uma coisa mórbida”, diz padre

Prossigue audição de traficantes de armas

Bombeiro de Viseu continua com prognóstico reservado

Agora, Paga para não abater de Fátima

Antares, Deixados por tráfico de droga

Pombal, Reabre-se a casa

Vila Real, Buscas desvendadas

Quilós, Eleições repetidas

Polícia de Viseu continua com prognóstico reservado

Agora, Paga para não abater de Fátima

Antares, Deixados por tráfico de droga

Pombal, Reabre-se a casa

Vila Real, Buscas desvendadas

Quilós, Eleições repetidas

Diário de Notícias

Recoo no chumbo por faltas

Aeroporto em Alcochete duraria o dobro que na Ota

Portugal retira o veto de Casal

10% convenções não abertor

Prisão a guarda do Carlinhos desde 2006

Atentados de Madrid custam 120 mil anos de prisão a terroristas

40% das crianças vítimas de agressões

Sporting salvo por Lechbon e Benfica fora

Misericórdias cogitam helicópteros e voos

Vacina do sarampo volta em 2014

Políticas de poupança e investimento
CORRIDA À POUPANÇA BPN

24 Diário de Notícias PORTUGAL

Autoridades desconhecem existência de imagens da morte

Com tanto dinheiro a ganhar, até o Pai Natal vai raspar

Diário de Notícias

